

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação:

Conhecimento e Inclusão Social

Jacqueline Fidelis Faria

**“UM FATOR SEGURO DE FORMAÇÃO ADEQUADA”: reformulação
curricular na Escola de Educação Física da UFMG (1974-1976)**

Belo Horizonte

2019

Jacqueline Fidelis Faria

“UM FATOR SEGURO DE FORMAÇÃO ADEQUADA”: reformulação
curricular na Escola de Educação Física da UFMG (1974-1976)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Profa. Dra. Meily Assbú Linhales

Belo Horizonte

2019

F224f

Faria, Jacqueline Fidelis, 1984-

“Um fator seguro de formação adequada” [manuscrito] :
reformulação curricular na Escola de Educação Física (1974-1976) /
Jacqueline Fidelis Faria. - Belo Horizonte, 2019.

124 f., enc.: il.

Inclui bibliografia e apêndices.

Mestrado - (Dissertação) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientadora: Meily Assbú Linhales.

1. Educação - Teses. 2. Escola de Educação Física da UFMG -
Currículos - Teses. 3. Governo militar – Teses. 4. Professores –
Formação – Teses. 6. Educação Física – História – Teses.

I. Título. II. Linhales, Meily Assbú. III. Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 375

Catálogo na Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

“Um fator seguro de formação adequada”: Reformulação Curricular na Escola de Educação Física da UFMG (1974-1976)

JACQUELINE FIDELIS FARIA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, área de concentração EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 29 de outubro de 2019, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Meily Assbu Linhales - Orientador
UFMG

Prof(a). Marcus Aurelio Taborda de Oliveira
UFMG

Prof(a). Eustaquia Salvadora de Sousa



*Dedico este trabalho ao meu esposo
Diogo, que me ensinou o verdadeiro
significado de amar e ser amada.*

AGRADECIMENTOS

Ao final desta jornada, depois de muito esforço, dedicação e superação, é chegada a hora de agradecer a todos que fazem parte da minha vida e que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Agradeço a Deus, por ser minha força, meu combustível, minha sustentação. Obrigada pelo dom da vida e pelo privilégio de poder desfrutá-la junto a pessoas que me são tão caras.

À professora Meily, agradeço a orientação sempre atenta a todos os detalhes. Não foi fácil, mas juntas conseguimos chegar onde a gente chegou!

Ao professor Marcus Taborda, agradeço por todos os momentos de partilha, como parecerista do meu projeto, na disciplina História do Currículo e das Disciplinas Escolares e nos valiosos apontamentos na qualificação. Agradeço ao professor Marcus e aos professores Eustáquia Salvadora de Sousa, Cynthia Greive Veiga e Sérgio Roberto Chaves por aceitaram o convite para compor a banca de defesa desse trabalho.

Ao querido professor Tarcísio Mauro Vago, cujo entusiasmo e dedicação à Educação Física me inspiram desde o primeiro período da graduação, agradeço a generosidade e disponibilidade. Tatá, sem sua ajuda eu não teria acessado fontes que foram tão caras à minha pesquisa!

Aos meus pais, Arlete e Elias, agradeço por todo amor, por me ensinarem a lutar pelos meus sonhos e por compreenderem minhas ausências que foram necessárias para a realização deste trabalho. Amo vocês!!!

Às minhas lindas irmãs, Fernanda e Camilla, agradeço por todo carinho e torcida pelas minhas conquistas na vida! Sim, podemos vencer nessa vida!

Ao Diogo, meu amor, meu marido, meu companheiro e meu maior incentivador. Obrigada por me estimular a dar sempre o meu melhor e por me apoiar mesmo sentindo a minha falta em diversos momentos. Como você sempre diz: “Se joga”! E eu me joguei. Se eu cheguei até aqui foi porque tive ao meu lado um parceiro que me deu todo suporte que precisei. Te amo meu lindo! De janeiro a janeiro...

À minha amada-*amante*-amiga Renata, agradeço por sempre me ouvir, me consolar, me incentivar e por me fazer acreditar que eu sou capaz de fazer qualquer coisa nessa vida! Você é espetacular!

Às minhas amigas de infância Thábata e Bú (Fabíola), obrigada por tantos anos de amizade sincera e por entenderem o distanciamento que este trabalho demandou. Amo vocês para todo o sempre!

Às minhas madrinhas-amigas Angélica e Claudinha, companheiras de viagens e sonhos, agradeço o carinho e o incentivo: vocês sempre acreditaram em mim!

À Marleninha, minha segunda mãe, agradeço pelas orações e intercessão junto à Nossa mãezinha!

À minha querida sogrinha Lenice, que sempre me deu muito carinho e apoio. Obrigada por entender as vezes que não pude estar tão perto.

A todos os meus amigos, familiares e padrinhos, por acreditarem na minha vitória, em especial Tia Mary e Dênia.

Aos familiares do meu marido, que também são minha família, obrigada pela acolhida e pelo apoio, em especial Josy e Niander, Adriene, Renato, Luis Filipe e Júlia.

Ao meu sogro Joaquim, Mardene e meus cunhados Larissa, Renan, Lisa e Kilder. Obrigada pelo acolhimento, por todo apoio e por entenderem as minhas ausências.

Aos amados Diogo Nonato e Elisa, padrinhos lindos que sempre torceram por mim. Nossa amizade é um presente na minha vida!

À Ione, minha analista, agradeço por me ajudar a perceber que sou capaz de vencer e que eu posso superar todas as dificuldades que surgirem no meu caminho.

À Dilia, minha amiga e aluna, obrigada por toda compreensão, todo cuidado, por me ouvir e me apoiar nas alegrias e dificuldades.

À Luciana Silva, agradeço pela amizade sincera, por toda força que deu e pelo *abstract* feito com tanto cuidado. *Thank you Darling!*

Aos amigos do Centro Pedagógico, principalmente do núcleo de Matemática, agradeço todo incentivo, todos os encontros, abraços e risos!

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFMG, em especial Rose e Gilson, que foram sempre muito atenciosos a todas as demandas deste trabalho.

Aos professores e colegas do GEPHE/UFMG agradeço por todo conhecimento compartilhado. Todas as contribuições foram muito valiosas.

Aos amigos do Cemef/UFMG, agradeço todos amparo e atenção. À Luciene, por todos os momentos de conversa. À professora Maria Cristina por ceder um

cantinho em sua sala. E a todos os bolsistas que sempre deixaram o clima leve e animado.

Às minhas lindas amigas do Cemef, Fernanda, Cassinha, Gio e Aninha, gratidão por todos os momentos de partilha e acolhimento. Saber que posso sempre contar com vocês é uma dádiva! Não tenho palavras para agradecer tudo que fizeram por mim!

À Elenice Duarte da Pró-Reitoria de Graduação da UFMG, agradeço por abrir o acervo da Reitoria, ainda em processo de organização, para que eu pudesse consultar a documentação. Obrigada por me receber sempre com um sorriso acolhedor! Agradeço ao Pro-Reitor de Graduação, Ricardo Takahashi, pela autorização para minha consulta.

À Iara Souto, sempre solícita, agradeço a ajuda com as fontes, bibliografias e pelas conversas que ampliaram meu olhar sobre o contexto em que meu objeto de pesquisa estava inserido.

À Gabriela Fischer agradeço por todas as “figurinhas” que trocamos durante o desenvolvimento deste estudo.

À Elma do Arquivo Público Mineiro, agradeço a atenção e a disponibilização das fontes que localizei no acervo.

Ao Luís Gustavo por generosamente me ceder todas as fontes relativas ao meu tema de pesquisa que havia coletado e pelo momento de conversa que norteou o início desta jornada.

Ao Dr. Reginaldo Teófanos, agradeço a disponibilidade em me receber e partilhar tantos fatos que contribuíram na compreensão desta trama.

À FAPEMIG, pelo financiamento da bolsa que me proporcionou ótimas condições para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus colegas do IEMG, obrigada por me receberem tão bem, por todo apoio, por todos os abraços, toda torcida e por toda compreensão. O carinho de vocês foi fundamental nessa reta final!

Aos meus alunos do IEMG, que me fazem a cada dia querer ser uma professora melhor. Vocês são sensacionais! Obrigada por me fazerem sentir tão amada!

A todos que me apoiam, me amam, torcem, oram por mim, o meu MUITO OBRIGADA!!! Partilho a alegria desse momento com todos vocês!

*Se podes olhar, vê.
Se podes ver, repara.*

José Saramago

RESUMO

Este trabalho aborda o processo de reformulação curricular ocorrido na Escola de Educação Física da UFMG entre 1974 e 1976. O objetivo principal do trabalho foi compreender como se deu o referido processo, os fatores que influenciaram seu desenvolvimento, bem como suas implicações para a formação de professores. O recorte temporal proposto situou-se entre 1974 – ano em que foi elaborada e indeferida a primeira versão curricular submetida ao Conselho de Graduação - e 1976, quando o segundo currículo proposto foi aprovado. Foram analisadas tanto as tentativas de reformulação quanto o currículo que vigorava em 1974. Investigou-se como se deu o processo de elaboração e reelaboração das propostas de reformulação curricular e quais modificações e permanências puderam ser percebidas entre a primeira e a segunda proposta. Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas como fontes prioritárias os documentos presentes nos Fundos Institucionais do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef) da Escola de Educação Física da UFMG, tais como: diferentes versões curriculares; ementas das disciplinas, ofícios; livros de ata; bem como o acervo do Conselho Graduação, pertencente à Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade. Além disso, constituiu-se como uma importante fonte o currículo aprovado em 1976, que foi publicado em forma de livro. No desenvolvimento desta pesquisa histórica, foram tomados como referência alguns pressupostos da micro-história, principalmente a redução e variação de escala. Para compreender o processo de reformulação curricular, ocorrido no período da ditadura militar, recorreremos às noções de estratégias de acomodação, conciliação e negociação. A análise do currículo aprovado permitiu constatar o estabelecimento das estreitas relações com a esportivização e com a busca pela cientificidade, fortemente presentes no campo da Educação Física no período. Problematizou-se a separação dos currículos por gênero, além das ligações com a Política Nacional de Educação Física e Desportos.

Palavras-chave: Currículo. Regime Militar. Escola de Educação Física da UFMG. Formação de professores. História da Educação Física.

ABSTRACT

This research paper addresses the process of curriculum reformulation that took place at the School of Physical Education at UFMG between 1974 e 1976. The main objective of this research was to understand how this process took place, the factors that influenced its development, as well as its implications for teacher education. The proposed timeframe was between 1974 - the year in which the first curriculum version submitted to the Undergraduate Council was drafted and rejected - and 1976, when the second proposed curriculum was approved. Both the reformulation attempts and the curriculum in force in 1974 were analyzed. We examined how the process of elaboration and re-elaboration of the curriculum reform proposals took place and what changes and immovability could be perceived between the first and the second versions. The priority sources used for the development of this research paper were the documents from the Institutional Funds of the Memory Center of Physical Education, Sport and Leisure (Cemef) of the School of Physical Education at UFMG, such as: different curriculum versions; course syllabus; meeting minute books; as well as the collection of the Undergraduate Council, which belongs to the Administrative Secretary of the Undergraduate Dean's Office. The curriculum which was approved in 1976, published as a book, was also an important source. In the development of this historical research, some assumptions of microhistory were taken as reference, like the reduction and variation of scale. To understand the process of curriculum reformulation that occurred during the military dictatorship, we used the notions of accommodation, conciliation and negotiation strategies. The approved curriculum analysis allowed us to authenticate the establishment of close relations with the sportivization and the search for scientific status, strongly present in the Physical Education field in that period. We also analyzed and discussed the split of curricula by gender and the links with the National Physical Education and Sports Policy.

Key words: Curriculum. Military Government. UFMG School of Physical Education. Teacher Training. Physical Education History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Decreto-lei nº 997 de 21 de outubro de 1969	28
Figura 2 – Capa do livro Currículos e Programas: Curso de Educação Física. 1977	88
Figura 3 – Programas da Disciplina Ginástica – Métodos. Turmas Masculinas e Turmas Femininas	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Disciplinas Obrigatórias por período nos Currículos Feminino e Masculino da EEF em 1972	33
Quadro 2 – Disciplinas Optativas Complementares – Currículos Feminino e Masculino da EEF em 1972	34
Quadro 03 – Disciplinas Optativas – Currículos Feminino e Masculino da EEF em 1972	35
Quadro 4 – Disciplinas Criadas em 1974	53
Quadro 5 – Aumento de carga-horária (horas-aula) por departamento	54
Quadro 6 – Mudança nas rubricas das disciplinas nas propostas de reformulação curricular em 1974 e 1976	69
Quadro 7 – Comparação da carga horária dos dois currículos	80
Quadro 8 – Aumento de cargas horárias das disciplinas Biofísicas nos currículos Feminino e Masculino	95
Quadro 9 – Relação quantitativa de bibliografia em português e em língua estrangeira das disciplinas do Departamento de Esporte	102
Quadro 10 – Divisão das disciplinas relativas aos conhecimentos relativos aos esportes e às ginásticas nos currículos masculino e feminino	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNED	Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
Cemef	Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer
CEU	Centro Esportivo Universitário
CEP	Coordenação de Ensino e Pesquisa
COSEG	Coordenação Geral de Segurança
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEMG	Diretoria de Esportes de Minas Gerais
DI	Departamento de Instrução da Polícia Militar
DIPLAN	Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento
DOPS	Departamento de Ordem e Política Social
EF	Educação Física
EEF	Escola de Educação Física
EEF-MG	Escola de Educação Física de Minas Gerais
EEFFTO	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
ENEFD	Escola Nacional de Educação Física e Desportos
EUA	Estados Unidos da América
FaE	Faculdade de Educação
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira

LAFISE	Laboratório de Fisiologia do Esforço
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NAP	Núcleo de Assessoramento Pedagógico
O.C.	Disciplinas Optativas Complementares
OBR.	Disciplinas Obrigatórias
OPT.	Disciplinas Optativas
PED	Plano de Educação Física e Desportos
PNE	Plano Nacional de Educação Física e Desportos
PROGRAD	Pro-Reitoria de Graduação
SODS	Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Sobre fontes e orientações metodológicas	17
Os anos iniciais da Escola de Educação Física de Minas Gerais.....	20
CAPÍTULO 1 – “HOUE CERTA PRESSA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM CONFECCIONAR O NOVO CURRÍCULO”: A PROPOSTA CURRICULAR INDEFERIDA.....	30
1.1 Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais - “Nova Escola, antigos professores”	30
1.2 Reformar é preciso - a reformulação curricular torna-se necessária ..	40
1.3 Da elaboração ao indeferimento da proposta curricular.....	45
CAPÍTULO 2 – ENFIM, O CURRÍCULO APROVADO	64
2.1 A reconstrução do currículo	64
2.2 A aprovação do currículo pelo Conselho de Graduação.....	75
CAPÍTULO 3 - “UM CURRÍCULO AMPLO E MEDITADO, PROFUNDO E OBJETIVO”: O QUE ANUNCIAVA O NOVO CURRÍCULO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFMG?	87
3.1 Feito para durar – O Currículo em forma de livro.....	87
3.2 As sub-áreas que compõe o currículo.....	92
3.3 As estreitas relações do currículo: a Política Nacional de Educação Física e Desportos, a esportivização e a cientificidade.....	97
3.3.1 O currículo e a Política Nacional de Educação Física e Desportos	98
3.3.2 O currículo e a esportivização	104
3.3.3 Currículo e Cientificidade.....	106
3.4 Masculino, feminino: dois currículos?	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICES	123

INTRODUÇÃO

Este estudo abordou o processo de reformulação curricular pelo qual passou a Escola de Educação Física da UFMG, entre 1974 e 1976. O intuito foi compreender como ocorreu tal processo e quais as suas implicações para a formação de professores. Também interessou identificar as relações que puderam ser estabelecidas com o currículo aprovado. O processo de reforma do currículo ocorreu durante o regime ditatorial iniciado em 1964, após a federalização da Escola de Educação Física (EEF) que, passou a pertencer à Universidade Federal de Minas Gerais em 1969.¹ Depois de federalizada, a EEF teve que se adequar às normas da UFMG que, por sua vez, também passavam por adaptações, em decorrência da Reforma Universitária aprovada em 1968². As modificações exigidas por tais mudanças tornariam o curso de características predominantemente práticas, em um curso de maior abrangência acadêmica e científica. Nesse processo, tornou-se necessária uma reformulação curricular, que teve como principal objetivo o aumento da duração do curso de três para quatro anos. O período em que ocorreu a modificação curricular foi tomado para fundamentar o recorte temporal, que se situou entre 1974 – ano em que foi elaborada e indeferida a primeira versão curricular submetida ao Conselho de Graduação - e 1976, quando o segundo currículo proposto foi aprovado.

Este processo de reformulação curricular, objeto desta pesquisa, aproxima-se da noção de “acontecimento”, proposta por Veyne (1971), por ser um episódio sucedido no curto espaço de menos de uma década. Por mais que tal objeto seja um “fato individualizado”, ele revela o que está “disperso em sua exterioridade” (CARDOSO JÚNIOR, 2005, p.107), ou seja, permite que, por meio de sua análise, fossem identificadas as correlações com os elementos do contexto em que ocorreu³.

¹ Antes de ser federalizada, a Escola era estadual e chamava-se Escola de Educação Física de Minas Gerais.

² BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.*

³ Os argumentos de Veyne (1971) da obra “Como se escreve a história”, analisados posteriormente por Hélio Rebello Cardoso Jr. (2005) contribuíram para a sistematização do objeto desta pesquisa como um “acontecimento”.

Minha aproximação com o tema da pesquisa se deu pela participação, desde 2013, no grupo de pesquisa do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef), localizado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG. A inserção no grupo foi de fundamental importância para minha iniciação como pesquisadora e para a ampliação de meus conhecimentos relacionados à História da Educação, em especial, a História da formação de professores de Educação Física, temática sobre a qual sempre me interessei. Em diálogo com membros do Cemef, tive ciência do projeto de pesquisa iniciado, e não finalizado, por Luiz Gustavo dos Santos Moraes, sobre a proposta de reforma curricular promovida pelo Colegiado de Graduação da Escola de Educação Física da UFMG, em 1974, que foi indeferida pelo Conselho de Graduação da Universidade. Em contato com o referido autor, tive acesso à documentação por ele arrolada e catalogada.⁴ Nos primeiros contatos com as fontes chamou-me a atenção o fato da nova proposta de reformulação curricular ter sido enviada ao Conselho de Graduação da UFMG pelo Colegiado da Escola de Educação Física em 1976, dois anos após o indeferimento da primeira. O currículo foi aprovado nesse mesmo ano e passou a vigorar em 1977.

Sobre fontes e orientações metodológicas

Como elementos primordiais para a construção de um estudo histórico, as fontes encontradas ao longo da pesquisa foram de fundamental importância na construção deste trabalho. A maior parte delas está sob a guarda do Cemef, que se constituiu como o principal acervo consultado ao longo deste estudo. Em tal acervo, a maioria das fontes consultadas pertencia ao Fundo “Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (1969-1979)”, função “Direção”, séries “Dossiês”, “Atas da Diretoria, Congregação e Conselho Departamental” e Relatórios e função “Ensino”, séries “Cursos”, Dossiês”,

⁴ Agradeço ao colega Luiz Gustavo dos Santos Moraes pela generosidade no compartilhamento de seus arquivos e pelo momento de conversa. Tomo como ponto de partida as ideias que o autor sistematizou para o seu projeto, presentes no artigo que escreveu para o CONBRACE de 2011. Veja-se: MORAES, Luiz Gustavo dos Santos. Formação de professores de Educação Física: a reforma curricular indeferida em 1974 na Escola de Educação Física da UFMG. In: **Anais VXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2011.

“Programas de curso e Planos de Ensino” e “Atas”. As fontes referentes ao processo de reformulação curricular remetiam a um diálogo com o Conselho de Graduação da Universidade, mas, descobrir se tais fontes existiam, bem como obter acesso a elas, exigiu uma longa jornada, além da ajuda de algumas pessoas.

No início, pensei que se tais fontes existissem estariam sob a guarda da Reitoria da UFMG. Com esse pensamento fui até o prédio onde funciona este órgão, na Universidade, e me apresentei como estudante da pós-graduação, interessada em conhecer o acervo documental existente. Fui orientada a enviar um e-mail para a Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior (SODS), explicando qual documentação eu gostaria de consultar. Não obtive resposta deste e-mail, nem dos dois seguintes que enviei. Na esperança de conseguir alguma informação, conversei com o professor da Escola de Educação Física Tarcísio Mauro Vago, que exerce a função de Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da Universidade. O professor Tarcísio prontamente me ofereceu ajuda e me acompanhou em uma jornada para descobrir se os documentos que eu procurava existiam e, em caso afirmativo, onde estariam. Após entrarmos em vários gabinetes e conversarmos com diversas pessoas, chegamos até a Elenice Duarte, secretária administrativa da Pro-Reitoria de Graduação, e responsável pela organização documental da Reitoria. Elenice também me recebeu muito bem e me levou até o prédio onde estaria a documentação que eu procurava. O acervo, ainda em processo organizacional, estava armazenado em uma sala com caixas de papelão empoeiradas, identificadas com o setor e as datas referentes aos documentos que continha. Após selecionar as caixas correspondentes ao período pesquisado, iniciei a busca pelas fontes anunciadas pelos documentos presentes no Cemef. De um amontoado de caixas consegui encontrar documentos pertinentes à pesquisa em três delas, cujas etiquetas de identificação continham: “PROGRAD. SEC – OFÍCIOS. ANOS – 1975 – 1976 – 1977. PASTA 43; ATAS DO CONSELHO DE GRADUAÇÃO DE 1969. DOC DIVERSOS 1980-1994, 99-2000 (ANOS DIVERSOS)” e “SECRETARIA 1969 a 2002”. Entre os documentos encontrados, um que chamou atenção foi a versão

original do parecer⁵ que indeferiu a primeira tentativa de reformulação curricular da EEF. Nos arquivos do Cemef eu já havia consultado uma cópia de tal documento. Além disso, encontrei as atas das reuniões do Conselho de Graduação, tanto do momento da reprovação do currículo em 1974, quanto da aprovação do mesmo em 1976, com o registro de comentários de alguns conselheiros que corroboraram na construção deste trabalho.

Além dos acervos do Cemef e da Reitoria, encontrei no Arquivo Público Mineiro fontes importantes que contribuíram na construção deste trabalho. Foram consultados documentos oficiais relativos a órgãos de segurança como o Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), e da Coordenação de Gestão e Segurança (COSEG). Tais fontes foram determinantes para a compreensão do contexto político vigente e de como tais órgãos buscaram controlar ações e sujeitos dentro da UFMG.

Diante de um primeiro levantamento de fontes e da complexidade das mesmas, passei a interrogar sobre as ancoragens teóricas que melhor contribuiriam para a abordagem da temática curricular. Nessa perspectiva, me aproximei das proposições de Ivor Goodson, para quem a dimensão política é fundamental no processo de compreensão do currículo, sendo este considerado um

curso aparente ou oficial de estudos, caracteristicamente constituído em nossa era por uma série de documentos que cobrem variados assuntos e diversos níveis, juntos com a formulação de tudo – “metas e objetivos”, conjuntos e roteiros – que, por assim dizer, constitui as normas, regulamentos e princípios que orientam o que deve ser lecionado (GOODSON, 1995, p.117) (Grifos do autor).

Considerando que a elaboração de um currículo pressupõe disputas, tensões, classificações, Goodson (1995) nos ajuda a pensar o currículo como uma “construção social” complexa e conflitante, que resulta de lutas e disputas no âmbito do poder político, sendo criado para alcançar objetivos humanos deliberados e que carrega consigo transações, negociações, imposições, interesses e lutas por poder. Segundo o autor, o currículo, “como qualquer outra reprodução social [...] constitui o campo de toda sorte de estratégias,

⁵ UFMG/PROGRAD – Setor da Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação. Acervo do Conselho de Graduação da UFMG (1969-1978) – Parecer nº 089/74 – Reformulação do Curso de Educação Física (Acervo em processo de organização documental).

interesses e relações de dominação” (GOODSON, 1995, p. 17). Embora a História do Currículo e a História das Disciplinas Escolares sejam campos de estudos distintos, nesse estudo tais áreas apresentam-se em estreito diálogo. O movimento metodológico proposto por Goodson para entender a história das disciplinas leva em consideração a necessidade de uma análise histórica dos currículos e de suas reformas, e coloca diferentes sujeitos e instituições em tensão ao longo de suas análises. Neste sentido, interessou compreender as negociações, os conflitos e as lutas que estiveram presentes durante o processo de reformulação curricular da Escola de Educação Física da UFMG.

Nas diferentes versões curriculares apresentadas ao Conselho de Graduação da Universidade, novas disciplinas foram incluídas, algumas se fundiram, outras foram excluídas. Embora meu estudo opere com a noção de *currículo* e de *disciplina*, tomando como referência o âmbito acadêmico, realizei uma aproximação com as reflexões que Viñao Frago (2008) postula para as disciplinas escolares, consideradas como “organismos vivos”, pois elas “nascem e se desenvolvem, evoluem e se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem e se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas de outras) etc.” (VIÑAO-FRAGO, 2008, p.204).

Vale pontuar que meu objeto de investigação diz respeito a um processo que ocorreu em uma universidade pública que, ao acolher o curso de Educação Física, recebeu também um corpo docente no qual grande parte dos professores possuía formação e atuação militar. Nessa perspectiva, com auxílio dos estudos de Motta (2014), levou-se em consideração as relações entre universidades, a ditadura e práticas de tendências autoritárias.

Um outro aspecto a ser considerado é que, embora eu estivesse trabalhando com um objeto bastante específico, não poderia perder a dimensão das relações deste com a Universidade e com o contexto político e social da década de 1970 no Brasil. Nessa perspectiva, a construção argumentativa levou em consideração a variação das *escalas de análise*, elemento da microhistória que nos ajuda a “perceber melhor o embaralhamento das lógicas sociais, a resistir melhor, também, à tentação de uma reificação das ações e das relações assim como das categorias que nos permitem pensá-las” (REVEL, 1998, p. 13).

Para uma melhor compreensão do processo de reformulação curricular, tornou-se relevante compreender o contexto no qual este processo esteve inserido, bem como como se deu o surgimento da Escola até o momento de sua federalização.

Os anos iniciais da Escola de Educação Física de Minas Gerais

Em 17 de abril de 1939 foi promulgado o Decreto-Lei 1.212⁶ que criava, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) e pretendia normatizar a prática de Educação Física nos diversos estabelecimentos de ensino. A ENEFD foi a primeira escola de formação de professores para a educação física brasileira ligada a uma universidade e teve fundamental importância no desenvolvimento da educação física nacional (CAMPOS, 2007). Cinco cursos foram criados: Superior, Normal, Técnica Desportiva, Treinamento e Massagem, e Medicina da Educação Física e dos Desportos. Todos os cursos teriam um ano de duração, exceto o Superior, que duraria dois anos. O currículo dos cursos também seguia as especificações do Decreto-Lei 1.212, indicando a divisão das turmas de acordo com o sexo, o que estabelecia, conseqüentemente, currículos distintos para homens e mulheres. Ainda segundo o decreto, para o exercício das funções de professor de Educação Física, nos estabelecimentos oficiais (federais, estaduais e municipais) e particulares de ensino superior, secundário, normal e profissional, em todo o país, passou-se a ser exigida a apresentação de diploma de licenciado em Educação Física, e nos estabelecimentos oficiais e particulares de ensino primário, a apresentação do diploma de normalista especializada em Educação Física. Nessa ambiência, Minas Gerais já possuía demanda de professores suficiente para que fosse criada uma Escola de Educação Física no Estado, o que só ocorreu em 1952. Até essa data, ocorreram em Belo Horizonte os cursos de monitores do Departamento de Instrução (DI) da Polícia Militar, que tinha como modelo os cursos do exército do Rio de Janeiro (MORAIS, 2015, p.124), e os cursos intensivos de Educação Física destinados às professoras das Escolas Normais de Minas Gerais, organizados pela Inspetoria de Educação Física.

⁶ Decreto-Lei nº 1.212, de 2 de maio de 1939. *Cria, na Universidade do Brasil, a Escola de Educação Física e Desportos.*

Estes foram dirigidos por Renato Eloy de Andrade e funcionaram de 1928 a 1934⁷.

É importante comentar que em 1947 um grupo de professores⁸ apresentou ao governador do Estado de Minas Gerais – Milton Campos – um documento intitulado “Necessidade de criação da Escola de Educação Física e Desportos de Minas Gerais”, solicitando a criação de uma Escola de Educação Física e Desportos em Minas Gerais⁹. Neste documento, os signatários relatavam ao Governador que eram especialistas e residiam em Belo Horizonte e que necessitaram ir até a capital federal – Rio de Janeiro – para a melhoria e aperfeiçoamento de seus conhecimentos. Argumentaram que, diante das dificuldades e despesas decorrentes deste deslocamento, outros professores não eram estimulados a fazer o mesmo. Além destas inquietações, é possível constatar a partir dos estudos de Lima (2012, p.53-54) que,

Os professores demonstraram nesse documento que não estavam somente preocupados com as necessidades materiais inerentes a esse empreendimento, mas também ao pessoal preparado para assumir as tarefas dessa nova instituição. Argumentam que a preocupação com a formação de professores de Educação Física não era um debate novo, sendo que desde o início do século XX essa questão era discutida.

Nessa perspectiva, Linhales (2013, p. 2) ressalta que “este documento representa uma mudança significativa nos encaminhamentos relativos à escolarização da Educação Física em Belo Horizonte, estreitamente vinculada às ações de formação docente”. A criação da Escola de Educação Física e Desportos em Minas Gerais permitiria que fossem ampliadas as atividades de formação já realizadas no Estado e elogiadas pelos signatários do documento.¹⁰

Ainda segundo Linhales (2013, p. 8), não se tem informações sobre a “repercussão deste documento junto ao gabinete do Governador Milton Campos”, mas sabe-se, de todo modo, que “não foi em seu governo que o pedido

⁷ Sobre os cursos organizados pela Inspeção de Educação Física ver Silva, Giovana (2009) e Morais (2015).

⁸ Os signatários do documento são os professores: Sylvio José Raso, Teodomiro Marcelos, Antônio Macedo, Antenor Francisco Vasconcelos Horta, Ayrton José de Araújo, Maria Yedda Vecchio Maurício, Herbert Almeida Dutra, e Gabriel Godoi.

⁹ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Função: Coordenação. Atividade: -. Cx. 01. Pt. 01. Documento: “NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DE MINAS GERAIS”.

¹⁰ Sobre os cursos de formação mencionados ver Silva (2009).

foi atendido”. Em 1952, quando foi criada a primeira Escola de Educação Física, denominada Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais, o governador já era Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK). A Escola era mantida por meio de verbas mensais oriundas da Loteria Mineira e repassadas à Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG)¹¹, e apoiava-se no Decreto-Lei nº 1.212 para orientar sua base de funcionamento. Já em maio do mesmo ano foi instalada por Dom Antônio dos Santos Cabral, a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura¹². O quadro de professores era composto por militares, médicos e alguns professores formados na ENEFD, da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Seu currículo se diferenciava da outra Escola apenas pela inclusão da disciplina Cultura Religiosa.

No dia 15 de novembro de 1953 as duas Escolas se fundem em uma única instituição – a Escola de Educação Física de Minas Gerais (EEF-MG) – pelo acordo firmado por Juscelino Kubitschek e Dom Cabral. Possivelmente problemas financeiros e um pequeno número de candidatos inscritos nos exames vestibulares tornaram inviável a existência de ambas escolas de forma isolada. Em 13 de abril de 1955 a fusão foi oficializada pela homologação do decreto nº 37.161, que concedeu reconhecimento federal aos cursos ofertados pela instituição. A base curricular da Escola manteve a estrutura que vigorava nos cursos das Faculdades Católicas.

A EEF-MG funcionou sob o regimento pedagógico das Faculdades Católicas e com investimento financeiro do Estado, através de repasse monetário da Loteria, o que conferiu um caráter híbrido à Instituição (LIMA, 2012). A Escola percorreu um caminho de afirmação na cidade de Belo Horizonte e no Estado de Minas Gerais. Para além da formação regular foram realizadas atividades como as Ruas de Recreio e as Jornadas Internacionais de Educação Física. As Ruas de Recreio foram organizadas “para a diversão da população,

¹¹ Órgão criado por meio do Decreto-Lei n. 922, de 16 de julho de 1943. *Dispõe sobre concessão do uso e gozo das praças de esportes Minas Gerais e sua administração*. Tinha como uma de suas funções coordenar as atividades de Educação Física e Esportes em Minas Gerais. (OLIVEIRA, 2014, p. 27).

¹² Decreto Federal nº 32.168, de 29 de janeiro de 1953. *Autoriza o funcionamento dos cursos superior de educação física, medicina especializada, técnica desportiva, massagem especializada e educação física infantil da Escola de Educação Física das Faculdades Católicas de Minas Gerais*.

de cunho recreacionista, ocorrendo em Belo Horizonte e em outras diversas cidades mineiras, entre as décadas de 1950 e 1970. Eram promovidas pela DEMG, em parceria com a EEF-MG, que era responsável pela elaboração e execução das atividades” (OLIVEIRA, 2014, p.67). Já as Jornadas foram realizadas em parceria com a DEMG e a Associação de Ex-Alunos da EEF-MG. Houve cinco edições, ocorridas entre os anos de 1957 e 1962, compostas de cursos de aperfeiçoamento técnico e pedagógico, que contavam com a participação de professores de renome internacional (LIMA, 2012). Tais aspectos, já presentes na historiografia da Educação Física mineira, apontam o lugar de importância que a Escola de Educação Física foi construindo na cidade de Belo Horizonte.

Até a construção da sede própria da EEF-MG no bairro da Gameleira – que ocorreu no início da década de 1960 – a escola utilizou as dependências de outras entidades, como o Minas Tênis Clube, o Colégio Marconi e o DI da Polícia Militar de Minas Gerais. Em 2 de junho de 1960, ao assumir a direção da EEF-MG no lugar do Dr. José Guerra Pinto Coelho, o General Olavo Amaro da Silveira enfatizaria que uma sede própria para a Escola era necessária para uma formação mais aprimorada dos alunos – “futuros educadores aos cuidados de quem será entregue a nossa juventude”¹³. O General defendia que a formação de professores tivesse orientação cristã, a fim de evitar que se caísse no “puro materialismo”¹⁴. Ao estudar a temática de gênero, Eustáquia Salvadora de Sousa afirmou que, segundo seu entendimento, a Escola de Educação Física buscava “formar docentes orientados por princípios cristãos, impregnados de valores morais, eugênicos e cívicos, capazes de entender a Educação Física como atividade humana situada na esfera do religioso, tendo por finalidade última a aproximação com Deus” (SOUSA, 1994, p. 128). Podemos perceber uma proximidade a esse argumento no ato inaugural da sede própria da EEF-MG em 19 de novembro de 1960, pois, como consta em ata, a direção, corpo docente, discente e administrativo da Escola assumiriam “solene compromisso e cumprir

¹³ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Função: Direção. Atividade: -. Cx.4. Pt. 04. Ata da reunião da Congregação da EEF-MG em 2 de junho de 1960.

¹⁴ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Função: Direção. Atividade: -. Cx.4. Pt. 04. Ata da reunião da Congregação da EEF-MG em 2 de junho de 1960.

bem e fielmente os objetivos da Educação Física para o aperfeiçoamento do homem, orientando-se sempre pelos sólidos princípios cristãos”¹⁵.

Logo no início da década de 1960 a Escola enfrentava problemas para dar continuidade ao seu funcionamento, inclusive de ordem financeira. Essa crise se agravou em 1964, ano do golpe militar, quando as atividades foram encerradas temporariamente, no anseio de uma reação do governo. Foi solicitada ajuda ao presidente em exercício, da ditadura recém instaurada, general Humberto de Alencar Castelo Branco, sem obter êxito. O diretor da Escola, prof. Herbert de Almeida Dutra, lutou pela sobrevivência da instituição e empenhando-se para evitar seu fechamento, buscou a participação de alunos e ex-alunos da EEF-MG¹⁶. A situação da Escola continuou precária por mais alguns anos e seus membros entendiam que a federalização seria uma possível solução para os problemas que vinham enfrentando.

Apesar da federalização da Escola de Educação Física ter ocorrido por meio de um decreto militar, em 1969, é possível perceber movimentos com esse intuito já em 1955. Consta em ata que, durante a Reunião da Congregação da EEF-MG realizada em 12 de setembro de 1955, o professor Dr. Jair Roiz Pereira apresentou um ofício assinado pela maioria da Congregação, solicitando que fosse nomeada uma comissão destinada a promover estudos em prol da Federalização da Escola¹⁷. Tendo a proposta sido aprovada, a comissão foi composta pelos seguintes professores: Dr. José Bolivar Drummond; Dr. Jair Roiz Pereira; Ciro Marinho de Paula Mota, e Sylvio José Raso. Este anseio continua perceptível pela correspondência enviada em 1963 pelo então diretor da EEF-MG, juntamente com a Comissão de Federalização, ao Governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, expondo as razões para que a Escola fosse federalizada¹⁸.

O intuito da federalização continuou em pauta nos anos seguintes, como consta em ata da reunião do Conselho Técnico Administrativo da instituição, de

¹⁵ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Função: Direção. Atividade: -. Cx.4. Pt. 04. Ata da reunião da Congregação da EEF-MG em 19 de novembro de 1960.

¹⁶ Herbert de Almeida Dutra foi diretor da Escola de Educação Física de Minas Gerais entre 1963 e 1970.

¹⁷ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Função: Coordenação. Atividade: -. Cx. 4. Pt. 10. P. 4a

¹⁸ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Função: Coordenação. Atividade: Cursos. Cx. 39. Pt. 01.

23 de janeiro de 1967, já sob a presidência de seu diretor. Durante a reunião foi debatida e aprovada a validade de enviarem um ofício ao Presidente da República “pedindo urgência para o andamento da federalização”¹⁹. Este ofício foi remetido em 3 de abril do mesmo ano, e foi assinado pelo Diretor da EEF-MG e pelo Reitor da Universidade Católica de Minas Gerais – Dom Serafim Fernandes de Araújo. No documento é ressaltado o amplo espaço físico que a Escola dispunha; é enaltecida a competência do corpo docente; é explicitado o grande volume de discentes no Estado e a necessidade de ampliação do número de professores habilitados diante do déficit apresentado. Diante dos motivos expostos é solicitado ao presidente que conceda à EEF-MG uma das três alternativas:

a condição de escola federal isolada ou integração na Universidade Federal de Minas Gerais, ou subvenção federal suficiente para que possa, como deve e deseja, contribuir para a grande obra de restauração social e econômica do País que está sendo empreendida pelo Governo de Vossa Excelência que ora se inicia”.²⁰

Ainda que a federalização pudesse ser vista como possibilidade de solução para os problemas financeiros que a Escola de Educação Física vinha enfrentando, uma possível justificativa para a ocorrência da transferência para a UFMG seria o interesse do governo militar pela Educação Física. Durante o período ditatorial, o esporte tornou-se sinônimo de Educação Física e “era considerado um dos vetores do possível reconhecimento do Brasil no cenário mundial” uma vez que nos slogans do governo era frequente a ideia que “o Brasil queria ser grande, forte, reconhecido, importante!” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 387). Desta forma, é possível pensarmos que “a incorporação da Escola à UFMG não se resumiu a um ‘ato de solidariedade’ do regime militar para com a difícil situação da Escola de Educação Física, visto que o governo percebia a Educação Física (Esporte) como um meio de visibilidade política” (SANTOS, 2017, p. 75) (Grifos do autor). Taborda de Oliveira (2004, p.13) afirma que o mote do regime autoritário era a *modernização* e, nesse cenário, a Educação Física no Brasil foi pensada numa perspectiva de “controle social” (TABORDA DE

¹⁹ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 4. Pt. 14.

²⁰ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Função: Coordenação. Atividade: Cursos. Cx. 39. Pt. 02.

OLIVEIRA, 2004, p.13). Entre as modernizações almeçadas pelo governo militar estava a reforma do ensino superior; porém, a política universitária ainda não estava pronta em 1964. Após quatro anos do início do regime militar, em 1968, a Lei n.º 5540/ 1968, chamada “Lei da Reforma Universitária”²¹ é assinada pelo General-Presidente Costa e Silva, determinando mudanças significativas no ensino superior, como o “estabelecimento dos currículos mínimos dos cursos superiores; disciplinas semestrais e matrícula pelo sistema de créditos” (VEIGA, 2007, p. 311). Em seu artigo 1º, a Lei postula que “o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e arte e formação de profissionais de nível universitário”²². Com relação à Educação Física, a Lei citada estabelece em seu artigo 40º, alínea c, que “as Instituições de Ensino Superior estimularão as atividades de educação física e de desportos, mantendo para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais”²³. Esta mesma lei foi utilizada para fundamentar o Decreto-Lei 997²⁴, publicado em 21 de outubro de 1969, por meio do qual a Escola de Educação Física de Minas Gerais é federalizada e transferida à órbita da Universidade Federal de Minas Gerais, posto que em suas linhas iniciais são mencionados três artigos para justificá-lo: o artigo 2º considerava apenas com caráter excepcional a existência de estabelecimentos isolados de ensino superior e os artigos 8º e 10º da mesma lei instituíram a regra de que as escolas isoladas se aglutinem, sempre que possível, às universidades existentes no mesmo distrito geo-educacional. O mesmo decreto que federalizou a Escola de Educação Física de Minas Gerais à UFMG, integrou a Escola de Serviço Social de Natal à Universidade Federal de Natal, e a Escola Superior de Educação Física de Porto Alegre à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

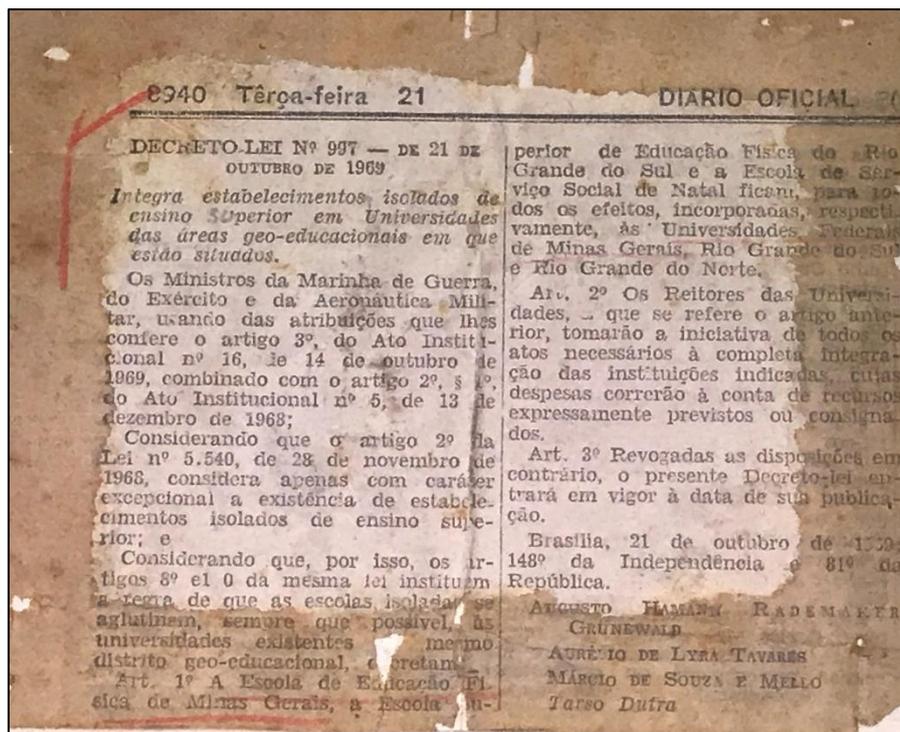
²¹ Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.*

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴ Decreto-Lei nº 997, de 21 de outubro de 1969. *Integra estabelecimentos isolados de ensino superior em Universidades das áreas geo-educacionais em que está situado.*

Figura 1 – Decreto-lei nº 997 de 21 de outubro de 1969.



Fonte: Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Função: Coordenação. Atividade: -. Cx. 01. pt. 03f.

Diante das pistas relativas ao percurso que a Escola realizava nos anos 1970 e diante de toda a documentação levantada sobre os processos de federalização e de reforma do currículo, exigido pela Universidade, algumas questões se apresentaram: Quais as justificativas para a mudança curricular e para o indeferimento do primeiro currículo proposto? Diante de tal fato, que estratégias foram implementadas para sua aprovação na UFMG? E, por fim, o que este currículo aprovado anunciava para a formação de professores em Educação Física? Estas questões orientaram a investigação que foi então, estabelecida em três capítulos.

No primeiro capítulo intentamos analisar como a reforma curricular se torna necessária na EEF da UFMG. Buscamos compreender como foi elaborada a primeira proposta de reformulação do currículo em 1974 e quais os motivos que levaram ao seu indeferimento. Para a compreensão deste processo foi importante identificar quem eram os sujeitos envolvidos (corpo docente, discente e Reitoria) e como estes se relacionavam. Foram analisadas as atas da Congregação da EEF e do Conselho de Graduação da UFMG; os ofícios e a

correspondência entre EEF, ICB e Reitoria; as atas do Conselho Técnico Administrativo e da Congregação da EEF; leis e decretos pertinentes; o currículo em vigor na EEF antes da proposta de reformulação, além dos ofícios remetidos entre a EEF e a Reitoria.

No segundo capítulo, buscamos compreender como se deu a reelaboração do currículo indeferido, até o momento de sua aprovação em 1976. Com tal intento foram identificadas as mudanças e as permanências entre a primeira e a segunda proposta, bem como os jogos de poder e as influências políticas que marcaram esse decurso. Algumas fontes deslocaram nosso olhar do âmbito da EEF para o âmbito do Conselho de Graduação e contribuíram na construção das interpretações estabelecidas.

No terceiro capítulo, busquei analisar de forma mais específica o currículo aprovado em 1976, a partir dos conteúdos revelados por seus arranjos e por suas disciplinas. A partir de tal análise foi possível estabelecer as relações entre o currículo e uma política nacional de valorização Educação Física, além das ligações com a esportivização e a busca pela cientificidade, fortemente presentes no campo naquele momento. Também foram analisados alguns aspectos relativos a uma configuração curricular denominada masculina e feminina.

CAPÍTULO 1 – “HOVE CERTA PRESSA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM CONFECCIONAR O NOVO CURRÍCULO”: A PROPOSTA CURRICULAR INDEFERIDA

Em 1974, cinco anos após sua federalização, a Escola de Educação Física da UFMG ainda operava com o currículo elaborado pela Escola de Educação Física de Minas Gerais. A incorporação à Universidade demandou um conjunto de ações, dentre elas, a modificação deste currículo. Desta forma, este capítulo tem como objetivo analisar o processo de elaboração da primeira proposta de reformulação curricular da EEF, partindo da identificação de sua necessidade, passando pelo decurso de sua construção e culminando nos fatores que levaram a seu indeferimento.

1.1 – Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais - “Nova Escola, antigos professores”

Durante os anos da ditadura militar, iniciada em 1964, importantes ações políticas relacionadas à Educação Física e ao Esporte foram estabelecidas pelo governo federal. O objetivo principal destes movimentos era estimular a população a práticas relacionadas à Educação Física e aos Esportes, além de dar visibilidade aos possíveis benefícios à nação, resultantes de tal aplicação. Nesse sentido, o esporte foi um importante recurso na constituição da “brasilidade”, ressaltando o nacionalismo, e foi considerado um potencial fator de reconhecimento do Brasil internacionalmente, como enfatizado nos estudos de Santos (2017) e Taborda de Oliveira (2009).

Objetivando a “elevação, no país, do nível da Educação Física Integral; do Desporto, em todas as suas áreas; e da Recreação Ativa e Passiva”, foi criado no início da década de 1970, o Plano de Educação Física e Desportos (PED) (BRASIL, 1971, p.14). Um dos objetivos específicos do PED era a promoção da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, criada para “conscientizar o país da importância da prática de atividade física integrada à educação”, criando e desenvolvendo uma “mentalidade desportiva” (BRASIL, 1971, p.30). Através desta Campanha, o governo pretendia que o esporte passasse a “fazer parte do dia a dia dos brasileiros”, como ressalta Taborda de Oliveira (2009, p.390).

As ações do governo ocorridas na década de 1970, direcionadas à Educação Física, foram consequência de movimentos já iniciados na década anterior, como a citada Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68). Segundo Tabora de Oliveira (2004, p.15), o “incremento da Educação Física Brasileira” se deu a partir da publicação da referida lei, que determinava que as instituições de ensino superior deveriam estimular atividades de educação física e de desportos, mantendo orientação adequada e instalações especiais. Nesta ambiência, no ano seguinte à Reforma, a EEF-MG foi federalizada, passando a pertencer à UFMG e tornando-se a sua 19ª Unidade Acadêmica. Antes da federalização, a EEF-MG funcionava como uma escola isolada e, segundo a Lei 5.540/68, estes estabelecimentos deveriam incorporar-se a universidades da mesma localidade ou localidades próximas (BRASIL, Lei 5.540/68, art. 8º).

Após a federalização da EEF, a UFMG absorveu o corpo docente da Escola do Estado, porém o processo de enquadramento funcional deste foi, de certa forma, conflituoso²⁵. O corpo docente era composto por 32 professores, sendo que, destes, treze tinham origem militar.²⁶ Segundo Santos (2017):

Devido à singularidade da formação de alguns desses docentes, que muitas vezes eram formados por Escolas de Instrução, como a da Polícia Militar, por exemplo, e não por instituições de ensino superior, a UFMG encontrou problemas para a análise da titulação dos docentes. A dificuldade diante dessa questão se reforçou ainda pela falta de recomendação legal por parte do decreto que federalizou a Escola, ficando exclusivamente a cargo da Universidade as medidas cabíveis sobre a questão. No primeiro ano após a incorporação da Escola à UFMG, os professores receberam um enquadramento provisório, o que acabou por provocar em muitos deles um sentimento de insatisfação, levando à reivindicação de que o processo fosse revisto pela Universidade. No ano seguinte, em 1971, o Conselho de Graduação abriu um processo para a apreciação da questão. Após passar por vários órgãos e setores, tal processo chegou a seu fim em 1972 sem conclusão. O desfecho desse jogo de idas e vindas ocorreu apenas em outubro de 1973, após uma manifestação contrária à demora do processo, realizada pelos professores da Escola e levada a conhecimento do Reitor da Universidade. Assim, por meio de Comissão Especial, foram emitidos relatórios sobre a questão que, após votação, foram aprovados, confirmando, deste modo, a nomeação de “Professor Titular” para 14 docentes, o que se

²⁵ Sobre este processo de enquadramento funcional dos professores da Escola de Educação Física ver CORRADI (2011) e SANTOS (2017).

²⁶ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 01.

tornou para a Escola um momento de grande celebração, como consta na ata da primeira reunião de Congregação da EEF-UFMG²⁷.

Após sua inserção na universidade, tornou-se uma demanda da UFMG que a Escola de Educação Física se adequasse às normas da instituição. A Escola teve que se adaptar às especificidades da Universidade, com impactos sobre sua organização de ensino e administrativa, seu corpo docente, corpo discente e seus funcionários. A necessidade de adequações foi discutida na reunião da Congregação ocorrida em 05 de junho de 1970:

O Senhor Diretor Professor Herbert de Almeida Dutra [...] passou a palavra ao Gen. Olavo Amaro da Silveira que deu conhecimento da Resolução nº12 de 2-3-69 [sic] do Conselho Federal de Educação que fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos cursos de Educação Física. Além disso discorreu sobre as alterações a serem introduzidas no ensino em consequência do seu enquadramento na UFMG²⁸

Houve necessidade de reestruturar os cursos então ofertados, conforme regimento específico da UFMG. Permaneceu sendo ofertado o curso Superior em Educação Física, enquanto o relativo à Educação Física Infantil foi paulatinamente desativado, sendo os últimos registros de sua existência datados de 1971 (CAMPOS, 2007). Em 1972 vigoravam os currículos feminino e masculino, organizados em seis períodos letivos do Curso de Educação Física (Licenciatura Plena)²⁹. Estes currículos são marcados por uma dominância de disciplinas esportivas e das ginásticas, caracterizando-se como um curso predominantemente prático. Havia separação entre homens e mulheres, mas a maior parte do currículo era comum para ambos os sexos, e apesar das mudanças que ocorreram desde a inserção da EEF na UFMG, a estrutura curricular se assemelhava à presente no Decreto-Lei nº 1212 de 17 de abril de 1939.

²⁷ Santos (2017, p. 75-76).

²⁸ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 05. Vale considerar que embora a ata registre a resolução nº12 de 2 de março de 1969, conferindo a documentação pertinente, constatamos que a resolução que fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos cursos de Educação Física, é a de nº 69 de 6 de dezembro de 1969.

²⁹ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 04. Currículo do Curso de Educação Física (1972).

O currículo feminino possuía 50 disciplinas (33 obrigatórias – OBR., 13 Optativas Complementares – O.C., e 4 Optativas – OPT) e era concluído com uma carga horária de 1920 horas e 123 créditos. Já o masculino possuía uma disciplina a mais (30 OBR, 17 O.C. e 4 OPT), totalizando 1980 horas e 127 créditos. A maioria das disciplinas obrigatórias eram comuns a ambos os currículos (exceto 3 presentes apenas no currículo feminino: Rítmica II e III, e Recreação II). As cargas horárias dessas disciplinas também coincidiam, à exceção de Atletismo I que tinha 60 horas para as mulheres e 30 horas para os homens. O inverso ocorria na disciplina Atletismo II. A distribuição das disciplinas obrigatórias nos currículos, por seus respectivos períodos, pode ser identificada no Quadro 01.

Quadro 1 – Disciplinas Obrigatórias por período nos Currículos Feminino e Masculino da EEF em 1972

Período		Disciplinas Obrigatórias	C.H	Créd.
Fem.	Masc.			
1º	1º	Biologia	45	3
1º	1º	Anatomia Humana	75	5
1º	1º	Fisiologia	45	3
1º	1º	Socorros de Urgência	30	2
1º	1º	Ginástica I	60	4
2º	2º	Biometria	30	2
2º	2º	Higiene Aplicada ao Esporte	30	2
2º	2º	Ginástica II	60	4
2º	2º	Rítmica I	30	2
2º	2º	Recreação I	60	4
2º	2º	Natação I	30	2
3º	3º	Ginástica III	60	4
3º	-	Rítmica II	60	3
3º	3º	Atletismo I	60 F/30 M	4 F/2 M
3º	3º	Natação II	30	2
3º	3º	Didática	45	3
3º	3º	Psicologia da Aprendizagem	30	2
3º	3º	Introdução à Educação	30	2
4º	4º	Cinesiologia I	15	1
4º	4º	Atletismo II	30 F/ 60 M	2 F/4 M
4º	4º	Psicologia do Desenvolvimento I	30	2
4º	4º	Estrutura e Func. Ens. 1º grau	30	2
4º	4º	Prática de Ensino I	60	2
4º	4º	Estudo de Prob. Brasil. I	30	2
5º	5º	Cinesiologia II	30	2
5º	-	Rítmica III	30	2
5º	5º	Natação III	30	2

Período		Disciplinas Obrigatórias	C.H	Créd.
Fem.	Masc.			
5º	5º	Psicologia do Desenvolvimento II	30	2
5º	5º	Estrutura e Funcion. do Ensino de 2º Grau	30	2
6º	6º	Ginástica IV	60	4
6º	-	Rítmica IV	30	2
6º	-	Recreação II	30	2
6º	6º	Atletismo III	45	3
6º	6º	Prática de Ensino II	60	2
6º	6º	Estudo de Problemas Brasileiros II	15	1

Fonte: Currículo do Curso de Educação Física, 1972. Acervo do Cemef/UFMG

Com relação às disciplinas Optativas Complementares, o currículo masculino apresentava quatro disciplinas a mais que o feminino (Futebol I e II e Judô I e II), conforme o Quadro 2 abaixo. As treze disciplinas O. C. do currículo feminino também estavam no currículo masculino com diferença de carga horária em duas disciplinas: Esportes Complementares II e Ginástica Desportiva II:

Quadro 2 – Disciplinas Optativas Complementares – Currículos Feminino e Masculino da EEF em 1972

Disciplinas Optativas Complementares	C.H. Fem.	Cred. Fem	C.H. Masc	Cred. Masc.
Voleibol I	45	3	45	3
“Hand Ball” I	30	2	30	2
Natação I	30	2	30	2
Esportes Complementares I	30	2	30	2
Basquetebol I	45	3	45	3
Organiz. e Administ. E. Fís. I	30	2	30	2
Ginástica Desportiva I	45	3	45	3
Esportes Complement. II	30	2	45	3
Esforço Físico I	30	2	30	2
Organização e Administração de Ed. Física II	30	2	30	2
Ginástica Desportiva II	45	3	30	2
Fisioterapia Aplicada	30	2	30	2
Esforço Físico II	45	3	45	3
Futebol I	-	-	45	3
Futebol II	-	-	45	3
Judô I	-	-	45	3
Judô II	-	-	60	4

Fonte: Currículo do Curso de Educação Física, 1972. Acervo do Cemef/UFMG

As disciplinas optativas dos dois currículos, listadas no Quadro 3 abaixo, eram as mesmas e possuíam a mesma carga horária. Dentre elas, alunos deveriam escolher duas para cursar:

Quadro 03 – Disciplinas Optativas – Currículos Feminino e Masculino da EEF em 1972

Disciplinas Optativas	C.H.	Cred
Basquetebol II	45	3
Voleibol II	45	3
"Hand Ball" II	45	3
Esgrima	45	3

Fonte: Currículo do Curso de Educação Física, 1972. Acervo do Cemef/UFMG

Pela análise das fontes torna-se importante ressaltar que, enquanto a Escola de Educação Física se adequava ao regimento da UFMG, a própria Universidade também realizava modificações. O Conselho de Graduação aprovou a Recomendação nº 01/71³⁰, em 31 de maio de 1971, estabelecendo diretrizes para a elaboração dos currículos de graduação da UFMG, visando obter homogeneidade de critérios e garantir flexibilidade curricular, de acordo com as exigências da Reforma Universitária. No ano seguinte, o referido Conselho elaborou a Recomendação 02/72³¹, com a finalidade de fornecer diretrizes complementares à Recomendação 01/71, reforçando os pontos por ela estabelecidos e fixando critérios adicionais para a elaboração de currículos.

Neste cenário de mudanças, a UFMG também se ajustava às determinações da Lei 5.540/68 e às demais mudanças legais, o que fica evidente nos debates realizados pelo Conselho de Graduação. Na ata da 19ª reunião do Conselho, ocorrida em 23 de fevereiro de 1970, consta que:

³⁰ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 07.

³¹ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 04.

Foi discutida a elaboração de projeto de resolução a ser enviada à Coordenação de Ensino e Pesquisa, que dispõem sobre a prática de Educação Física para os alunos dos cursos de graduação da universidade e estabelecendo normas para apuração de rendimento escolar da disciplina.³²

A resolução nº 05/70, de 06 de março de 1970, assinada pelo então reitor Marcello de Vasconcellos Coelho, dispôs sobre a prática da Educação Física na UFMG e implementou normas para aferição do rendimento escolar³³. Para a elaboração do documento foram considerados o Decreto-Lei nº 705, de julho de 1969, que estabeleceu a obrigatoriedade da prática de Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior, e o artigo 40 da Lei 5.540/68, alínea c, que determinou que caberia às instituições de ensino superior, como já mencionado, estimular as atividades desportivas mantendo para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais. Esta obrigatoriedade da prática de Educação Física nas universidades foi, segundo Taborda de Oliveira (2009), um exemplo de tentativa do governo militar de criar uma “mentalidade esportiva” fundamentada na prática esportiva.

Neste cenário de adequações e investimento do governo na construção de instalações desportivas nas Universidades Federais, foi inaugurado em 8 de março de 1971, o Centro Esportivo Universitário, espaço de uso de toda a comunidade, no qual o corpo docente da EEF ficaria responsável por ministrar as aulas de Educação Física para os outros cursos superiores da Universidade³⁴. Além desta responsabilidade, outras dimensões de mudança também tocaram a EEF. Novas normativas do governo federal e as estabelecidas pela Universidade exigiram adequações por parte da EEF, e foram colocadas em

³² UFMG/PROGRAD – Setor da Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação. Acervo do Conselho de Graduação da UFMG (1969-1978) – Ata da 19ª reunião do Conselho de Graduação. 23 de fevereiro de 1970 (Acervo em processo de organização documental).

³³ Marcello de Vasconcellos Coelho foi Reitor da UFMG de 1969 a 1973.

³⁴ O Centro Esportivo Universitário (CEU), órgão suplementar da Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais, foi construído em razão de um convênio firmado entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a Universidade. Assinaram o acordo o Governador Dr. Israel Pinheiro da Silva, e o Reitor, Professor Marcello de Vasconcelos Coelho. Anos antes, na década de 50, a UFMG cedeu ao governo uma área total de 300 mil metros quadrados, onde o estádio Governador Magalhães Pinto (o Mineirão) foi erguido. O governo de Minas ficou, então, responsável pela construção do Centro Esportivo Universitário. O CEU foi edificado em uma área de aproximadamente 176.000 m², em frente ao Mineirão. Disponível em <<https://www.ufmg.br/ceu/site/estrutura>> e <<https://www.ufmg.br/cedecom/labcon/disciplinas/jornalismo-on-line/o-que-voce-nao-sabe-sobre-o-ceu-centro-esportivo-universitario-da-ufmg/>> Acesso em 17 de novembro de 2018.

pauta na reunião da Congregação ocorrida em 16 de dezembro de 1970, presidida pelo então diretor Pedro Ad-Víncula Veado Filho³⁵. O primeiro ponto estava relacionado às disciplinas pedagógicas que deveriam ser incluídas no currículo no ano seguinte. Outra questão que também começou a ser debatida nesta reunião, era o “currículo biológico”, denominação dada pelos membros da Congregação da EEF ao conjunto de disciplinas a cargo do Instituto de Ciências Biológicas (ICB). Por decorrência da reforma universitária, os alunos do curso de Educação Física deveriam cumprir o ciclo básico biológico no ICB. O cumprimento desta norma ocasionaria um grande deslocamento dos alunos entre as unidades da UFMG (na Gameleira estava a EEF e, no bairro de Santa Efigênia, o ICB³⁶). Além disso, a implementação do “currículo biológico” e das disciplinas pedagógicas, demandariam um aumento de carga horária no curso de EF, mas neste momento a maior preocupação era com relação à distância entre as unidades. Estes assuntos foram discutidos nesta reunião, na qual, após alguns assuntos iniciais, o diretor informou que

[...] um grupo formado pelos Professores Ellos Pires de Carvalho, José Guerra Pinto Coelho, Olavo Amaro da Silveira, Luiz Afonso Teixeira Vasconcelos e Almeida e Pedro Nazareth está estudando os currículos para o próximo ano [1971], aos quais devem ser introduzidas, por exigência legal, quatro novas disciplinas: Introdução à Educação, Estrutura e Funcionamento das Escolas de 2º Grau, Prática de Ensino e Estudo de Problemas Brasileiros. Em face da existência de disciplinas sem professores, comunicou que é pensamento da Direção solicitar a contratação de dois professores para as disciplinas de Esgrima e de Futebol, indicando os nomes dos Professores Waldir Soares e Fernando Antônio Grosso, sendo que o primeiro já pertenceu ao corpo docente da Escola e o segundo é ex-aluno desta Escola. Sobre o assunto o professor Herbert de Almeida Dutra discordou da forma de contratação, lembrando também que o Departamento Esportivo deve ser ouvido primeiramente. Com referência às disciplinas do currículo biológico, comunicou o Diretor que obteve a aquiescência do diretor do Instituto de Ciências Biológicas para que as mesmas, ainda no ano de 1971, continuassem sendo ministradas na própria escola, dadas as

³⁵ Pedro Ad-Víncula Veado Filho foi diretor da EEF entre 1970 e 1974.

³⁶ O ICB foi criado em 11 de novembro de 1968. Em 1970, o Instituto passou a ocupar as instalações da Patologia Geral, na Faculdade de Medicina no bairro Santa Efigênia. A transferência para o prédio próprio, no campus Pampulha, se deu em 1979.

dificuldades que adviriam com o deslocamento dos alunos para aquele Instituto”.³⁷

A preocupação da EEF com a questão das disciplinas do currículo biológico continuou em pauta no ano seguinte, em reunião da Congregação, ocorrida em 09 de dezembro de 1971. Conforme a ata, o diretor, professor Pedro Ad-Víncula Veado Filho,

Focalizou a questão das disciplinas do currículo biológico e as providências tomadas no sentido de evitar que, ainda (sic) no ano de 1972, os alunos tivessem que frequentar aulas no Instituto de Ciências Biológicas, dada a impossibilidade de conciliar o currículo pleno da Escola com o currículo básico do ICB.³⁸

Atento à essa questão, o diretor Pedro Ad-Víncula Veado envia, em 3 de janeiro de 1972, um ofício ao Reitor Doutor Marcello de Vasconcellos Coelho, informando que não obteve êxito em suas tentativas de que as aulas das disciplinas do ciclo biológico permanecessem sendo ministradas na EEF³⁹. “De nossos entendimentos com o Sr. Diretor daquela unidade [ICB], resultou-nos a convicção de que essa providência é impraticável, no momento.”⁴⁰. Para que os alunos fizessem o primeiro ciclo no ICB teriam que se deslocar até esta unidade, o que demandaria tempo, reorganização dos horários. Além disso, haveria um significativo aumento de carga horária pois, na EEF, as disciplinas biológicas eram realizadas em 180 horas e no ciclo básico do ICB os alunos teriam que cumprir 700 horas. Ocorrendo essa mudança seria necessário um aumento na duração do curso, o que, não estava, ainda, nos planos da direção da Escola: “II – O aumento na duração do curso, de três para quatro anos, única forma de atendermos a essas modificações, é absolutamente inoportuno”⁴¹. Desta forma as solicitações da direção eram:

³⁷ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 05. Ata nº 51 da Congregação em 16 de dezembro de 1970.

³⁸ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 05. Ata nº 54 da Congregação em 09 de dezembro de 1971.

³⁹ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 02. Ofício 03/72.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

“1ª – Que em 1972 as disciplinas biológicas (Biologia, Anatomia e Fisiologia Básica) ainda fossem ministradas na EEF.

“2º - Que se proceda um estudo visando estabelecer um currículo básico biológico, adequado ao Curso Superior de Educação Física, para aplicação em 1973”.⁴²

Em 24 de janeiro de 1972, o Diretor executivo do Conselho de Graduação nomeou o conselheiro Eurico Alvarenga Figueiredo, que por sua vez era professor do ICB, para apreciar e dar parecer sobre esse processo. No documento produzido, o relator afirmou que “apesar da afirmativa do Sr. Diretor da EEF de que a Escola de Educação Física está incluída ao mesmo tempo nas áreas de Educação e Saúde, pelas informações que obtive não há nenhuma resolução aprovada neste sentido”⁴³ e declarou que

Apesar de cursarem a EEF para se tornarem professores de Educação Física, apenas isso não me parece justificável para incluí-la na área da Educação, pois há também no ICB curso de formação de Professores, e o ICB está na área da Saúde.

Parece-me que, como muitos outros ramos da medicina, a Educação Física tem basicamente uma função profilática relacionada com a prevenção da doença e manutenção da saúde, contribuindo para o bom desenvolvimento físico do indivíduo, pelo que deveria ser incluída entre as profissões da área da saúde, o que levaria à obrigatoriedade de serem cursados pelos alunos da EEF os dois primeiros períodos do ICB.⁴⁴

O olhar do parecerista sobre a Educação Física constitui-se como uma representação de que o curso era predominantemente voltado para a área da saúde. Entretanto, era um curso de natureza essencialmente prática, inclusive, com uma carga horária das disciplinas biomédicas significativamente inferior a dos outros cursos da mesma área. Este entendimento da EF como um “ramo da medicina”, vem acompanhando o processo de constituição de seu campo pedagógico e científico, desde seus primórdios, tanto no Brasil como em outros países, como apontam os estudos de Fernanda Paiva (2003); Carmen Lúcia Soares e Vinícius Terra (2007), entre outros. Soares e Terra (2007) nos provocam a refletir sobre essa questão, argumentando que, assim como o primeiro paciente do médico é o cadáver, este também é o primeiro corpo

⁴² Idem

⁴³ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 02.

⁴⁴ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 02.

humano com o qual o estudante de Educação Física interage no início de sua formação.

Além de realizar um ajuste no currículo, a Escola precisaria também organizar o seu modo de funcionamento, suas instâncias de tomada de decisão, e para isso era necessário um novo regimento interno. Nesse intuito, a EEF, em reunião da Congregação realizada em 14 de abril de 1972, designou uma comissão para elaboração do anteprojeto do regimento interno da Escola para a qual foram escolhidos os professores "José Guerra Pinto Coelho, Ellos Pires de Carvalho, Olavo Amaro da Silveira, Pedro Nazareth, Almir Wildhagem Figueira e Jacy Roys Pereira [...] em face dos novos Estatutos da UFMG já aprovado pelo Conselho Universitário e aguardando apenas homologação pelo Conselho Federal de Educação".⁴⁵ As escolhas relativas à estrutura e ao funcionamento de uma instituição educativa também afetam sua lógica e constituição curricular, uma vez que o espaço não é neutro, como indicam os estudos de Frago (2001). Nesta direção, Escolano (2001, p.45) também afirma que a organização de um estabelecimento de ensino "pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo".

1.2 - Reformar é preciso - a reformulação curricular torna-se necessária

Além do debate travado entre a EEF e o ICB, um outro aspecto da sua inserção na UFMG dizia respeito às disciplinas pedagógicas, pois, determinações legais e resoluções da Coordenação de Ensino e Pesquisa da UFMG exigiam que as aulas das referidas disciplinas fossem ministradas na Faculdade de Educação (FaE). Tais disposições ampliariam os deslocamentos dos alunos pela cidade uma vez que a FaE já funcionava no campus da UFMG, localizado na Pampulha, desde 1972⁴⁶; a EEF continuava no bairro Gameleira e

⁴⁵ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 05. Ata nº 55 da Congregação em 14 de abril de 1972.

⁴⁶ A Faculdade de Educação da UFMG foi criada pelo Decreto-lei n. 62.317, de 28 de fevereiro de 1968, que reestruturou a Universidade Federal de Minas Gerais. Funcionou durante exatos quatro anos no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), na Rua Carangola, 288, no bairro Santo Antônio. A partir de 28 de fevereiro de 1972, passou a funcionar no Campus Universitário da Pampulha, no prédio anteriormente destinado a abrigar

o cumprimento do ciclo biológico no ICB, conforme proposto pela Reforma Universitária, exigia o deslocamento para o bairro de Santa Efigênia. O aumento dos deslocamentos dos alunos entre três unidades diferentes era uma preocupação que perdurava na EEF. Outra questão que passou a ser recorrente nas reuniões do Colegiado era a reclamação de alguns professores da EEF com relação ao tempo insuficiente para a total execução de seus programas de ensino e para a adequada formação profissional de seus alunos. Já a Coordenação Geral do curso relatava ter sérias dificuldades para o cumprimento das cargas horárias. Diante deste cenário, a Congregação da EEF passou a apreciar a necessidade de ampliação do curso de três para quatro anos, em reunião ocorrida em 08 de junho de 1974, na qual se discutiu sobre as dificuldades mencionadas:

Atendendo a sugestão do Professor Pe. Carlos José Gonçalves e tendo o professor Herbert de Almeida Dutra se colocado à disposição da Escola para esse trabalho, o Diretor designou os professores José Guerra Pinto Coelho, Herbert de Almeida Dutra, Pedro Nazareth, José Pereira da Silva, Nella Testa Taranto e o aluno Ricardo Penna Machado para, em Comissão, estudarem o assunto nos seus aspectos legais e políticos e emitirem parecer sobre a conveniência ou não de se fixar em quatro anos a duração do Curso de Educação Física. O parecer será levado imediatamente depois à consideração da Congregação e caso seja decidido favoravelmente, passado aos órgãos Colegiados do setor de Ensino".⁴⁷

Diante dos debates travados, nota-se que as disciplinas pedagógicas não eram, em si, um ponto de questionamento, pois já haviam sido incorporadas ao currículo desde 1971. Parece que as dificuldades guardavam relação com a manutenção da duração do curso em três anos, pois o cumprimento do ciclo básico biológico acarretaria aumento da carga horária. Nesse sentido, quando a Coordenação Geral de Ensino alegou que seria "praticamente impossível compatibilizar as aulas dos ciclos biológicos e pedagógicos com as disciplinas profissionalizantes", podemos inferir que se tratava de uma situação inexistente anteriormente, na qual a predominância dos conhecimentos práticos e/ou as

o Colégio Universitário. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/a-faculdade/historia/>> e <<http://www.fae.ufmg.br/apresentacao/>> Acesso em 17 de nov de 2018.

⁴⁷ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 05. Ata nº 62 da Congregação em 26 de junho de 1974. Grifos nossos.

aulas ministradas em um único instituto, constituíam as referências principais para a formação em Educação Física.

Dando sequência a essa discussão, na reunião seguinte da Congregação foi apreciado o parecer elaborado pela Comissão Especial designada para opinar sobre a conveniência ou não da ampliação do Curso de Educação Física, de três para quatro anos⁴⁸. O documento em análise é datilografado, contém três páginas e intitula-se “Relatório”. Não está assinado pelos membros da comissão e sim pelo diretor, Pedro ad-Vincula Veado Filho. Note-se que a data que consta no documento é a de 24 de junho de 1974, ou seja, apenas dois dias antes da reunião de congregação que o aprovou.

Quanto ao seu conteúdo, o referido Relatório é iniciado informando que todo o corpo docente da Escola foi consultado. Não é mencionado se o corpo docente pôde opinar. Em seguida foram enaltecidas as políticas de amparo que a Educação Física vinha recebendo do Governo Militar:

A Educação Física e os desportos nunca tiveram, por parte do poder público, uma ajuda e um apoio material tão grande como agora.

A política do governo federal, desenvolvida por intermédio do Departamento de Educação Física e Desportos do MEC e do Conselho Nacional dos Desportos, faz crescerem as responsabilidades dos professores de educação física e dos técnicos desportivos. De nada valerão a inversão (sic) de verbas vultosas, nem a construção de modernas e grandiosas instalações desportivas e de escolas de educação física ou as grandes promoções de âmbito regional, nacional e internacional, se o pessoal técnico disponível não estiver capacitado para a execução cabal das tarefas de base, de massificação das atividades físico-educativas e da seleção e preparação da elite desportiva.⁴⁹

No documento é ressaltado, ainda, que não havia uma preocupação por parte dos órgãos especializados do Ministério de Educação e Cultura (MEC), como o DED (Departamento de Educação Física e Desportos), em resolver o “problema da quantidade” de professores que se encontrava deficitária e sim em “melhorar os padrões de conhecimento” dos professores. Nesse intuito, a

⁴⁸ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 03. Pt. 05. Parecer elaborado pela comissão designada pela Congregação para avaliação da pertinência do aumento da duração do Curso de Educação Física da UFMG de 3 para 4 anos, intitulado “Relatório”.

⁴⁹ Idem.

Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo editou uma série de publicações, realizou cursos ministrados por professores estrangeiros, enviou professores e técnicos brasileiros ao exterior, “a países onde a educação física e desportos já atingiram alto nível de desenvolvimento” (Relatório, 1974, p. 1). Algumas pesquisas corroboraram esse argumento, como Taborda de Oliveira (2009) e Santos (2017). Segundo estes estudos, nesse estabelecimento de intercâmbios, “a Alemanha e os Estados Unidos foram os países mais procurados” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 396).

Na sequência do documento é anunciado que, entre os professores, havia convicção “quase unânime (e que desse pensamento também participam os alunos) de que os três anos de duração atual do Curso são insuficientes para a formação do professor de educação física” (Relatório, 1974, p. 1). Embora destacando que a opinião entre os docentes não era unânime, não foram mencionados os professores que alegavam ser suficiente a duração do curso em três anos e nem explicados os motivos da discordância às ideias pela maioria.

Uma das justificativas para a ampliação do tempo de formação era de que a formação filosófica, científica, pedagógica e técnica seria melhor contemplada e não se tratava apenas de um aumento de horas-aula necessárias para o desenvolvimento de programas. Desta forma o estudante poderia ter uma formação que lhe proporcionasse um “amadurecimento, a preparação cultural, a consciência profissional e toda a noção de responsabilidade que lhe pesará sobre os ombros no exercício de sua futura missão de educador” (Relatório, 1974, p. 1).

Em seguida foram citados no documento outros dois pareceres do Conselho Federal de Educação (85/70 e 26/70) para fundamentar que o currículo mínimo só seria suficiente *onde e quando* não fosse possível enriquecê-lo e, na sequência; o parecer traz um questionamento relacionado à valorização secundária da Educação Física diante dos outros cursos de licenciatura da UFMG, que tinham todos a duração de quatro anos, alegando que a Educação Física não deveria ficar “sujeita a uma carga formativa deficiente” pois era uma “extensa área de conhecimentos humanos e parte essencial da educação plena” (Relatório, 1974, p.2).

Após argumentações apresentadas, são enumeradas nove “razões de ordem técnica e pedagógica que justificam, plenamente, a realização do Curso de Educação Física num período de 4 (quatro) anos”:

- 1 – Maior elasticidade programática pelo adequamento do conteúdo disciplinar às reais necessidades profissionais;
- 2 – Maior vivência do aluno no ambiente desportivo escolar aliada a uma maior possibilidade de pesquisa, sob controle didático;
- 3 – No espírito do art. 3º da Resolução 24/73 da Coordenação de Ensino e Pesquisa, maiores possibilidades no atendimento dos alunos em dependência que, às vezes, as vêem forçados a voltar à escola após o término do curso para cumprir uma recuperação que foi impossível de ser oferecida dentro das cargas horárias normais;
- 4 – Possibilidade de se atender à abertura prevista na Resolução nº 12, no sentido de se formarem técnicos em desportos, pelo acréscimo de carga horária adequada e suficiente nas respectivas disciplinas.
- 5 – Não subsiste a alegação de que o aumento de um ano na duração do Curso viria prejudicar a continuidade de dotação do magistério especializado. Apenas no 3º ano de funcionamento seria quebrada a sequência de fornecimento de professores ao mercado de trabalho. No ano seguinte, a graduação de professores voltaria ao ritmo normal, acrescentando a circunstância de que a essa época, a Escola, já instalada em sua nova sede, teria condições de aumentar suas vagas anuais, o que viria compensar amplamente o “déficit” mencionado.
- 6 – Maior desenvolvimento das aulas práticas. – Aponta-se, a título de exemplo, o atletismo, cujas aulas, no campo ou na pista, são muitas vezes precedidas de pequenas explanações, com prejuízo do “ensino prático” dentro da já exígua carga horária. Estas explanações, sem maior proveito, seriam transformadas em aulas teóricas, de modo generalizado, dentro de todas as disciplinas;
- 7 – Possibilidade de inclusão de disciplinas de relevante importância, ora excluídas do currículo por absoluta falta de vaga nas cargas horárias, como é o caso de “História da Educação Física e dos Esportes”, abordada como mero complemento das aulas de Organização e Administração da Educação Física.
- 8 – Distanciando-se do aspecto profissional, não seria impróprio e nem mesmo estranhável, que se lembrasse, como enriquecimento da formação magisterial, a inclusão da “Deontologia” ou “Sociologia”, hoje tão necessárias aos alicerces da carreira de professor⁵⁰.
- 9 – Possibilidade de se estabelecer carga horária adequada para as disciplinas da área biológica do ciclo básico, as quais no currículo atual são precariamente atendidas, ao contrário do que acontece com as disciplinas pedagógicas cuja carga horária já atende, amplamente, os dispositivos do art. 3º da Resolução nº

⁵⁰ Deontologia é o estudo dos deveres profissionais e regras de natureza ética de qualquer categoria profissional, minuciados em códigos específicos. (Dicionários Michaelis e Aurélio)

9, de 10.10.1969, do Conselho Federal de Educação. (Relatório, 1974, p. 2-3) (Grifos dos autores).

O parecer é encerrado com o julgamento da comissão que “se torna urgente e inadiável a ampliação do Curso de Educação Física para um período de 4 (quatro) anos, com uma carga horária em torno de 2.280 horas-aulas” (idem). Conforme consta em ata, após discussão, o diretor “considerou muito bem fundamentado o parecer e elogiou o trabalho da Comissão, concluído no prazo antes fixado. Não havendo qualquer manifestação por parte do plenário, o parecer e respectiva conclusão foram postos em votação, sendo aprovados por unanimidade”⁵¹.

É nesse momento, após os debates realizados pela Congregação, que a EEF vai vivenciar a sua reforma curricular, visto que se tornara inevitável uma mudança no currículo existente, ainda era inspirado nas proposições da década de 1940. A Escola já havia sido federalizada e a Universidade não era mais organizada por cátedras e sim por disciplinas. O cumprimento das exigências decorrentes da reforma universitária como o ciclo básico biológico, bem como a dificuldade percebida pelos docentes na execução dos programas das disciplinas e as demais justificativas apresentadas demandariam o aumento da duração do curso e para isto uma nova proposta curricular deveria ser elaborada.

1.3 - Da elaboração ao indeferimento da proposta curricular

Após a Congregação da Escola de Educação Física ter aprovado, em 26 de junho de 1974, o parecer que concluía pela conveniência do aumento do tempo de duração do curso de Educação Física, o Colegiado deu início à elaboração de uma proposta curricular a ser remetida ao Conselho de Graduação. Nesse intuito, o diretor Pedro ad-Vincula Veado Filho encaminhou aos professores da Escola o Ofício Circular nº 007/74⁵², de 19 de julho, informando sobre o processo de reformulação curricular em desenvolvimento e solicitando para essa fase do trabalho a colaboração deles, “sob a forma de sugestões quanto aos planos de curso, cargas-horárias e programas de suas

⁵¹ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 05. Ata nº 62 da Congregação em 26 de junho de 1974.

⁵² Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 04. Ofício Circular nº007/74

respectivas disciplinas” (Ofício Circular nº007/74, p.1). O diretor, então, requisitou que os professores procedessem, “imediatamente, a estudos relativos à sua disciplina” e apresentassem ao Colegiado de Curso “suas reivindicações, sobretudo em relação à carga-horária, impreterivelmente até o dia 15 de agosto” (p.1). Esclareceu, ainda, que a ampliação da duração do Curso seria submetida à aprovação do Conselho de Graduação e da Coordenação de Ensino e Pesquisa da UFMG. Portanto, as pretensões deveriam “ser acompanhadas de completa e convincente justificativa” e o Colegiado não levaria em consideração os pedidos de aumento de carga horária que não estivessem devidamente justificados ou que fossem apresentados fora do prazo supracitado (p.1). Por fim foi explicitado que a falta de resposta à esta solicitação, por parte de qualquer professor, seria tomada “como uma manifestação de que a sua disciplina não necessita de alteração e deve permanecer no currículo do Curso de Educação Física, exatamente como se encontra atualmente” (Ofício Circular nº007/74, p.1). O aparente rigor relacionado ao prazo de resposta dos professores a este Ofício Circular parece ter sido relativizado, pois o professor Herbert de Almeida Dutra encaminhou ao Diretor suas sugestões com relação à disciplina Natação Masculina em 28 de agosto – duas semanas após o prazo estipulado, conforme indicam as fontes⁵³.

Dando sequência ao processo de elabora o do novo currículo, o Colegiado do Curso de Educa o Física designou comissões especiais para estudar as necessidades de cada área, especialmente, as dos Departamentos de Educa o Física e de Esportes. Cada comissão deveria escolher entre seus membros um presidente para o ordenamento dos trabalhos e poderia solicitar ajuda de outros colegas para a realiza o dos estudos, cujas conclusões deveriam ser apresentadas em relatório em tempo hábil, para que no mês de setembro daquele ano pudesse ser remetido aos  rg os Superiores da Universidade⁵⁴. Apesar de constar em ata da reunião do Colegiado que comissões especiais foram designadas para analisar as dificuldades de cada área, encontramos o registro de composi o de apenas duas comissões: a

⁵³ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educa o Física - UFMG (1969-1979). Fun o: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 04.

⁵⁴ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educa o Física - UFMG (1969-1979). Fun o: Dire o. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 05. Ata da reunião do Colegiado em 06 de agosto de 1974.

primeira composta pelos professores Pedro Nazareth⁵⁵, José Pereira da Silva⁵⁶ e Fernando Antônio Grosso⁵⁷, designados para a execução dos trabalhos de reformulação do Currículo das disciplinas práticas da área de Esportes e a segunda, formada pelos professores Francisco Veloso Meiberg⁵⁸, Jacy Rodrigues Pereira⁵⁹ e Paulo Pinto Coelho de Vasconcelos⁶⁰, responsáveis pela análise das disciplinas Cinesiologia II, Biometria, Fisioterapia, Higiene, Socorros Urgentes e Fisiologia do Esforço, todas do Departamento de Educação Física⁶¹. Somente desta segunda foi encontrada a conclusão dos estudos realizados.⁶² Segundo o relatório enviado pela comissão ao Coordenador do Colegiado, as seis disciplinas examinadas necessitavam de aumento de carga horária de 50% ou mais. Neste documento foi ressaltado que a única disciplina que sofreu modificação de seu programa foi Cinesiologia II. A composição das outras comissões e os resultados dos estudos realizados não constam nos acervos consultados. Tais documentos auxiliariam na compreensão de como estes grupos contribuíram na elaboração da proposta de reformulação curricular em construção. Sua ausência, por outro lado, pode denotar o caráter mais pragmático e, talvez, não sistematizado das contribuições.

Durante a produção do novo currículo, foram feitas escolhas e definidas as prioridades entre as solicitações que seriam atendidas para que, ao final, a Escola alcançasse seu objetivo principal: a ampliação da duração do curso de 3 para 4 anos. Tais escolhas, como nos lembra Goodson (1995), são inseparáveis da dimensão política, pois todo currículo é construído socialmente, e o da Escola de Educação Física não é diferente. Torna-se relevante ressaltar que ele é resultante de “conflitos sociais”, nos quais as forças que o disputam não são equivalentes. Nessa perspectiva, o currículo em questão mereceu ser compreendido para além da descrição do *quê* e *quando* ensinar, levando em

⁵⁵ Professor da disciplina Atletismo. Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 01. Pt. 07.

⁵⁶ Professor da disciplina Organização e Administração da Educação Física.

⁵⁷ Professor das disciplinas Iniciação Esportiva e Futebol de Salão.

⁵⁸ Professor da disciplina Biometria Aplicada.

⁵⁹ Professor da disciplina Higiene Aplicada.

⁶⁰ Professor da disciplina Primeiros Socorros.

⁶¹ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 04.

⁶² Dos professores que compuseram as comissões mencionadas, somente Fernando Antônio Grosso não tinham formação militar. Já os professores Francisco Veloso Meiberg, Jacy Rodrigues Pereira e Paulo Pinto Coelho de Vasconcelos, além de militares, eram médicos.

consideração seu contexto de produção e execução. Desta forma, a proposta de reformulação curricular foi elaborada em um contexto de valorização da Educação Física pelo governo militar que foi utilizada para reforçar as justificativas e balizar as pretensões da EEF pela mudança curricular.

Após três meses de preparação, o Colegiado da EEF remeteu os novos currículos, o feminino e o masculino, por meio do Ofício nº 316/74⁶³. Este documento com três páginas possui um anexo contendo 13 páginas, composto por uma lista de disciplinas denominadas “Currículo do Curso de Educação Física”, e as Considerações Gerais e Específicas que justificavam a proposta. O documento é iniciado destacando que a Educação Física e os Desportos passavam por uma reformulação e que, por interesse do governo nesta área da educação, o MEC preocupava-se com esta formação. Lançando mão do argumento relativo à política vigente, coordenada por militares no MEC, o documento priorizou o argumento técnico de que o Ministério tinha “o dever de introduzir nas normas e nos padrões vigentes, as modificações indispensáveis ao aprimoramento da cultura, dos conhecimentos técnico-pedagógicos e da consciência profissional dos futuros professores e técnicos” (Ofício nº 316/74, p.1).

Na sequência do documento segue o relato de que há muito tempo, – não especificando quanto – percebia-se na Escola, que o conteúdo de seus programas e a duração escolar do Curso de Educação Física vinham se tornando “insuficientes para a formação profissional dos alunos, tal o volume dos conhecimentos que, constantemente, se acrescentam ao embasamento científico e técnico do professor e do técnico (Ofício nº 316/74, p.1)”. É salientado que o Curso Superior de Educação Física era ministrado em 3 anos, “apesar do elevado número de disciplinas que o compõem e que têm de abranger três áreas diferentes de conhecimentos: a biológica, a pedagógica e a específica profissionalizante (Ofício nº 316/74, p.1)”

No ofício foi ressaltado também que, com a incorporação à UFMG, foram introduzidas no currículo as disciplinas pedagógicas, ministradas na Faculdade de Educação, e que deveria ser acrescentado o currículo mínimo biológico, a ser cumprido no Instituto de Ciências Biológicas. Segundo o documento, “a carga

⁶³ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1976). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 14. Ofício nº 316/74, 27 de setembro de 1974.

horária total dessas duas áreas toma um terço de todo o curso, sacrificando sensivelmente o desenvolvimento das disciplinas do currículo profissional” (p.2). Pela análise dos documentos este currículo profissional referia-se às disciplinas à cargo da EEF, que estariam mais ligadas às práticas do ofício dos professores em formação. Tais práticas conformariam o formato curricular, o que segundo Gimeno Sacristán (2000),

é substancial na configuração do currículo, derivando-se dele importantes repercussões na prática. Como se organizam os diversos elementos que compõem o mesmo não é uma mera qualidade sem transcendência ou formal, mas passa a ser parte integrante da mensagem transmitida, projetando-se na prática⁶⁴

O volume ocupado pela carga horária das disciplinas biológicas e pedagógicas era motivo de reclamação de vários professores da EEF, que solicitavam o aumento da duração do curso. Desta forma foi exposto no documento que era um pensamento “praticamente unânime” entre os professores e alunos a queixa de ser escasso o tempo para o aprendizado. O entendimento de que era necessário um aumento na duração do curso, parece ter sido averiguada entre os alunos. Em junho de 1974 – durante o período de elaboração do Parecer que concluiu pela necessidade da ampliação do curso – foram consultados 86 alunos⁶⁵. Destes, 13 alunos votaram contra a mudança pois se diziam satisfeitos com o curso. Os outros 73 votaram a favor da reformulação do currículo pleno do Curso de Educação Física e da mudança de 3 para 4 anos, ou de 6 para 8 períodos, alegando estes “o currículo estar muito fraco para as pretensões de uma Escola de Educação Física”. Neste documento, assinado pelo representante discente na Congregação, Ricardo Penna Machado, este foi o único argumento utilizado para justificar a necessidade de aumento da carga horária. Embora o documento evidencie uma forma de participação discente, este seria um dos temas criticados posteriormente, na análise do currículo remetido ao Conselho de Graduação.

No ofício remetido à Reitoria foi ressaltado que o parecer que concluiu pela necessidade de ampliação do curso foi emitido por “uma comissão especial

⁶⁴ GIMENO SACRISTÁN, 2000, pág. 76.

⁶⁵ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 04. Relatório do representante dos alunos na Congregação – Ricardo Penna Machado, em 17 de junho de 1974.

de membros da Congregação, da qual [fazia] parte um aluno” (Ofício nº 316/74, p.2). Com a afirmação da participação de um aluno, o diretor objetivava frisar que houve participação do corpo discente na elaboração do relatório, buscando demonstrar que foi dada abertura à comunidade escolar, porém não foi possível perceber nas fontes se houve de fato tal cooperação. Na sequência do documento é salientado o percurso do Colegiado do Curso de Educação Física até a elaboração do novo currículo. Destacou-se que, durante o processo, todos os professores da Escola foram ouvidos, bem como as comissões especiais e os três representantes dos Departamentos do Instituto de Ciências Biológicas no Colegiado do Curso. Nota-se novamente a utilização da expressão “comissão especial”. A primeira referia-se à que elaborou o parecer, denominado “Relatório”, que trazia as justificativas para o aumento do tempo do curso. A segunda ocorrência, no plural, referia-se às comissões que realizaram estudos das necessidades de cada disciplina, para auxiliar a construção da proposta curricular.

Foi citado no ofício que, por fim, foi elaborado um currículo “para 8 (oito) períodos, a serem cumpridos basicamente em 4 anos, com uma carga horária total em torno de 2.600 aulas” (Ofício nº 316/74, p.2) em que “procurou-se atender a todas as determinações do Conselho Federal de Educação e da Coordenação de Ensino e Pesquisa, às recomendações dos representantes do ICB e conservou-se integralmente o conjunto de disciplinas pedagógicas” (p.2). No documento salienta-se que os currículos propostos eram diferentes para os dois sexos e finaliza-se com a solicitação de que fossem encaminhados para estudo e aprovação pelos órgãos competentes a tempo de entrarem em vigor no ano seguinte.

O Diretor afirma ao Reitor que o aumento da duração do curso não teria repercussões imediatas com relação ao seu custo e que o acréscimo real de número de aulas só se faria sentir no quarto ano da sua vigência. Ainda é ressaltado, mais uma vez, que a Educação Física e os Desportos vinham recebendo incentivos do Governo Federal, e isto é usado como um argumento para auxiliar a aprovação da proposta. A utilização deste argumento parece reforçar o clima autoritário: se algo possuía apoio do governo militar, deveria ser unanimemente aceito.

Nesses termos, ao final do documento o Diretor vale-se da força de uma Política Nacional de valorização da Educação Física, que é utilizada como referência, frisando a certeza da aprovação da proposta: “Estamos certos de que essa proposição, de tamanha significação para nossa área, encontrará eco favorável nos órgãos superiores de Ensino – o Conselho de Graduação e a Coordenação de Ensino e Pesquisa, de forma a receber a aprovação final que esperamos confiantes”. Assim, a EEF, recém-chegada à UFMG, parecia tentar impor sua legitimidade ancorada nas especiais diretrizes e investimentos que o governo da ditadura conferia ao setor de Educação Física e Esportes.

O documento anexo ao Ofício nº 316/74, intitulado “Proposta de Alteração dos Currículos e Cargas Horárias do Curso de Educação Física”⁶⁶, indica que as Considerações Gerais são uma reprodução do parecer (Relatório) elaborado pela comissão designada pela Congregação da EEF. Já nas Considerações Específicas foi explicitado que “o aumento da carga horária curricular do Curso de Educação Física, de 6 para 8 períodos, tem a sua justificativa, na esfera de cada disciplina” (p.4). Então foram elencadas as justificativas de mudança de carga horária de cada disciplina dos Departamentos de Educação Física e de Esportes, do ICB e da FaE. Entre as alterações listadas, observa-se que a maioria das disciplinas teve sua carga horária aumentada, sendo privilegiadas aquelas de caráter ginástico-esportivo, expressando que este perfil permaneceria como prioridade no novo currículo. Quanto às disciplinas ministradas pelo ICB, somente a “Biologia” teve aumento de 45 horas-aula. Já as disciplinas de cunho pedagógico, ministradas na Faculdade de Educação, não sofreram alterações.

O currículo enviado ao Conselho de Graduação em 27 de setembro foi apresentado como uma lista de disciplinas, sem distribuição por período do curso e sem o ementário. Uma possível justificativa para tais ausências pode ser devido ao fato da EEF, antes da federalização, ser uma escola isolada, não sendo desta forma, subordinada à normas como as vigentes na UFMG. Até aquele momento a Escola não havia necessitado se adequar à um padrão de apresentação curricular. A Reitoria, ao perceber essas ausências, solicitou à EEF que retificassem estas informações. Esta questão foi sanada em 4 de

⁶⁶ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 14.

novembro do mesmo ano, por meio do Ofício 381/74⁶⁷ enviado pelo novo diretor, Cel. Ellos Pires de Carvalho, ao Reitor.⁶⁸ Este documento trazia como anexo a “distribuição, por período, das disciplinas dos Currículos, Masculino e Feminino, do Curso de Educação Física [...], bem como o ementário dos respectivos programas” (Ofício 381/74, p.1).

Ainda em 4 de novembro, o diretor da EEF remete um segundo ofício⁶⁹ ao Reitor, contendo a “proposta feita pelo Colegiado de Graduação em Educação Física, no sentido de se darem novas denominações a determinadas disciplinas dos Currículos Masculino e Feminino do Curso de Educação Física” (Ofício nº 382/74, p.1). Segundo o Colegiado, as disciplinas Ginástica Geral, Ginástica Olímpica e Esportes Complementares, possuíam tópicos de programa e atividades específicos para cada um dos sexos, devendo, portanto, serem distintas em cada currículo. Para marcar essa diferenciação no currículo, os nomes das disciplinas seriam sucedidos das palavras “Feminino” e “Masculino”. Consultando o programa de Ginástica de 1973 nota-se que os programas masculino e feminino eram bem semelhantes quanto aos conteúdos, ocorrendo maior diferenciação com relação às cargas horárias⁷⁰. Observa-se que esse segundo ofício, com correções, foi enviado por iniciativa da EEF, não tendo sido solicitado pela Reitoria. Este fato mostra indícios de que a própria Escola já percebia que havia ajustes a serem feitos na proposta remetida.

Nos novos currículos, feminino e masculino, enviados à Reitoria, foram criadas 15 disciplinas – 8 no Departamento de Educação Física e 7 no de Esportes. Das novas disciplinas, 12 eram desdobramentos das já existentes e as outras três eram: 1) História, Sociologia e Deontologia da Educação Física; 2) Métodos e Processos de Treinamento, e 3) Ginástica Moderna (esta somente para o currículo feminino). No Quadro 4 abaixo consta a relação das disciplinas

⁶⁷ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 13.

⁶⁸ O professor Cel. Ellos Pires de Carvalho assumiu a direção da EEF, sucedendo o prof. Pedro Ad-Vincula Veado, durante o período de análise do currículo pelo Conselho de Graduação. Exerceu o cargo de Diretor da Escola de Educação Física de 1974 a 1978.

⁶⁹ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 14. Ofício nº 382/74

⁷⁰ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 52. Pt. 69. Programa de Ginástica 1973.

criadas em cada Departamento, bem como sua “natureza” (CM – Currículo Mínimo e OP – Optativa) e carga horária.

Quadro 4 – Disciplinas Criadas em 1974

	Disciplina	Natureza	CH
Departamento de Educação Física	Ginástica Geral V (masc)	CM	45
	Ginástica Moderna I (fem)	CM	45
	Ginástica Moderna II (fem)	CM	45
	Ginástica Moderna III (fem)	CM	30
	Ginástica Moderna IV (fem)	CM	30
	Ginástica Olímpica III	CM	30
	Ginástica Olímpica IV	CM	30
	Recreação II (masc)	CM	60
Departamento de Esportes	Basquetebol III (masc e fem)	OP	45
	Handball III (masc e fem)	OP	45
	Voleibol III (masc e fem)	OP	45
	Futebol III (masc)	OP	45
	Judô III (masc)	OP	45
	História, Sociol. e Deontologia da Ed. Física	CM	45
	Métodos e Processos de Treinamento	CM	60

Fonte: Currículo do Curso de Educação Física (1974)

Observamos que a criação da disciplina História da Educação Física foi feita no Departamento de Esportes com a inclusão dos termos Sociologia e Deontologia em sua rubrica. Na “Proposta de Alteração dos Currículos e Cargas Horárias do Curso de Educação Física” constava que a História da Educação Física vinha sendo “fracionada e insuficientemente abordada no limiar de cada esporte ou ginástica” (Ofício nº 382/74, p.5). História, Sociologia e Deontologia foram consideradas “setores de natureza colateral” (Ofício nº 382/74, p.6). Outra justificativa para a criação da referida disciplina foi a necessidade de se normatizar “as responsabilidades profissionais dos futuros mestres da Educação Física” (Ofício nº 382/74, p.6). Esta disciplina, cuja criação foi proposta neste momento na EEF, já fazia parte do currículo da primeira Escola de Educação Física criada em 1939⁷¹.

Parece que o entendimento sobre a História da Educação Física dos responsáveis pela elaboração do currículo, evidencia um predomínio relacionado ao fenômeno do esporte e a ementa da nova disciplina destacaria um caráter

⁷¹ Para maiores detalhes dos diferentes momentos da disciplina História da Educação Física e sua institucionalização nos currículos dos cursos de formação em Educação Física ver o trabalho de Priscilla Kelly Figueiredo (2016).

esportivo e regulador que seria associado à mesma, conforme se pode observar no conteúdo programático proposto,

Origem e Evolução das atividades físicas e do esporte. – O esporte no Brasil – O esporte e o meio. – Fatores sócio-diferenciais do esporte: Influxo e efeitos sociais das atividades físicas e desportivas. – Direitos e deveres do professor de Educação Física. – Princípios e comportamentos funcionais. (Ementário do Curso de Educação Física)⁷²

Na nova proposta curricular, 8 disciplinas do Departamento de Esportes e 10 do Departamento de Educação Física tiveram suas cargas horárias aumentadas. Conforme apresentado no Quadro 5, as justificativas para os aumentos se resumiam a um melhor desenvolvimento do conteúdo dos programas e um tempo maior para as atividades práticas. Neste mesmo quadro estão presentes quais disciplinas tiveram sua carga horária aumentada em cada Departamento e as justificativas bastante elementares de cada acréscimo.

Quadro 5 – Aumento de carga-horária (horas-aula) por departamento

	Disciplinas	Aumento	Justificativa
Departamento de Esportes	Atletismo II	+30hs	Maior aplicação prática das atividades
	Atletismo III	+15hs	
	Handeball I	+15hs	Melhor desenvolvimento do conteúdo programático
	Natação I	+30hs	Melhor desenvolvimento do conteúdo programático
	Natação II	+15hs	
	Natação III	+15hs	
	Esportes Complementares I	+15hs (fem)	Maior profundidade e amplitude
		+30hs (masc)	
Esportes Complementares II	+15hs (fem)		
	+30hs (masc)		
Departamento de Educação Física	Biometria	+15hs	Melhor desenvolvimento do programa, especialmente aulas práticas.
	Socorros Urgentes	+15hs	
	Higiene Aplicada	+15hs	
	Fisioterapia Aplicada	+15hs	
	Cinesiologia I	+30hs	Maior profundidade didática
	Fisiologia do Esforço I	+15hs	
	Ginástica Olímpica I (masc)	+15hs	Maior dinamicidade inicial
	Rítmica I	+15hs	Normatizar conteúdo dos programas
	Rítmica III	+30hs	

Fonte: Ofício nº 382/74

⁷² Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 13.

Ainda que a proposta de reformulação curricular fosse alicerçada no aumento da duração do curso, as disciplinas Ginástica Geral I, II, III e IV e Rítmica II sofreram uma redução de 15 horas da carga horária cada. A possibilidade de estender exercícios generalizados a outras áreas do curso, sem aumentar excessivamente a carga horária total, foi a justificativa para a diminuição da carga horária das disciplinas de Ginástica Geral e a redução em Rítmica II objetivava a normatização do conteúdo dos programas. Observa-se que a maior redução ocorre no currículo feminino com 75 horas-aula a menos, uma vez que a disciplina Rítmica II era ministrada somente para este sexo. O currículo masculino sofreu diminuição de 60 horas. A diferença entre cargas horárias dos currículos foi compensada pela criação das disciplinas Ginástica Moderna I, II, III e IV para o feminino, e Ginástica Geral V e Recreação II para o masculino, deixando desta forma os currículos equilibrados.

Ainda sobre as modificações realizadas, algumas disciplinas sofreram alteração em sua denominação: Esforço Físico foi alterado para Fisiologia do Esforço e Ginástica Desportiva, para Ginástica Olímpica. Ambas foram subdivididas em I e II. Fisiologia teve a inclusão do termo “Básica” e a disciplina Ginástica foi acrescida do termo “Geral”. As disciplinas Ginástica Geral, Ginástica Olímpica e Esportes Complementares tiveram a inclusão das palavras feminino e masculino, conforme consta no supracitado Ofício nº 382/74.

Uma semana após o envio dos ofícios corretivos mencionados, em 11 de novembro de 1974, o Conselho de Graduação se reuniu sob a presidência do professor Hélio Pontes, da Faculdade de Educação, que ocupava o cargo de Diretor-Executivo, para deliberar sobre propostas de alterações curriculares dos cursos de Psicologia, Comunicação Social, Letras, Farmácia, Odontologia, Educação Física e Enfermagem⁷³. Este Conselho era composto por 14 membros: 12 professores e 2 alunos de diferentes unidades da UFMG⁷⁴. Nesta reunião, os membros presentes eram:

⁷³ UFMG/PROGRAD – Setor da Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação. Acervo do Conselho de Graduação da UFMG (1969-1978) – Ata da reunião do Conselho de Graduação da UFMG em 11 de novembro de 1974. – Em processo de organização documental.

⁷⁴ Para alguns desses integrantes conseguimos identificar sua inserção institucional embora para outros não tenha sido possível encontrar.

Professores:

- Célio Garcia – Faculdade De Filosofia e Ciências Humanas – departamentos de Psicologia e Filosofia;
- Celso de Vasconcelos Pinheiro – Escola de Arquitetura;
- Alcione Araújo – Escola de Engenharia (suplente do Conselheiro Ênio Medeiros Cunha, também da Escola de Engenharia);
- Eurico Alvarenga Figueiredo – Instituto de Ciências Biológicas;
- Fabiano Marques dos Santos – Instituto de Geociências;
- Hely Ferreira Drummond – Escola de Música;
- José Silvério Santos Diniz - Faculdade de Medicina;
- José Tavares de Barros – Escola de Belas Artes;
- Milton Fernandes – Faculdade de Direito;
- Vera Lúcia Lopes Teixeira Pinto – Faculdade de Farmácia;
- Wolney de Andrade Lima – Faculdade de Odontologia;

Estudantes:

- Reginaldo Teófanos Ferreira de Araújo – Medicina;
- Roseana Silva Nicolau – Faculdade De Filosofia e Ciências Humanas.

Nesta reunião todas as propostas de mudanças curriculares analisadas foram aprovadas com algumas ressalvas, exceto a da Educação Física, que foi indeferida. Os conselheiros solicitaram algumas correções nas propostas de mudanças curriculares dos cursos de Psicologia, Letras, Farmácia e Odontologia. Estas versavam a respeito de ajustes nas disciplinas optativas ofertadas e nas cargas horárias de algumas disciplinas. As proposições dos cursos de Comunicação Social e Enfermagem foram aprovadas sem ressalvas. É nesse sentido que se tornou relevante buscar, nas fontes, indícios acerca do indeferimento.

Nesta direção, destacamos o parecer nº 089/74⁷⁵, que concluía pela não aprovação do currículo proposto pela EEF. A elaboração deste documento ficou sob a relatoria de Reginaldo Teófanos Ferreira de Araújo, que exercia a função

⁷⁵ UFMG/PROGRAD – Setor da Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação. Acervo do Conselho de Graduação da UFMG (1969-1978) – Parecer nº 089/74 – Reformulação do Curso de Educação Física (Acervo em processo de organização documental).

de representante discente no Conselho de Graduação⁷⁶. Este parecer “foi aprovado após longa discussão dos conselheiros”, de forma unânime. Embora conste na ata a existência de um longo debate, o registro não traz detalhes dos temas que foram discutidos. Já o documento aprovado trazia as razões pelas quais a proposta não foi deferida, os erros encontrados, as correções a serem feitas e as sugestões para uma reformulação da proposta enviada.

Logo no início do referido parecer foi descrito um “Histórico” mencionando as datas (com grifos): do início da discussão referente à alteração do currículo; da aprovação da proposta pelo Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Educação Física e a de envio desta ao Conselho de Graduação. Neste documento foi citada a conclusão de outro parecer, elaborado pela comissão designada pelo Colegiado da EEF: “Em face do exposto, esta comissão julga que torna urgente e inadiável a ampliação do curso de Educação Física para um período de 4 (quatro) anos, com uma carga em torno de 2.880 horas-aula”⁷⁷. Nota-se que a palavra “ampliação” e a expressão 4 (quatro) anos, foram grifadas pelo relator. No documento original elaborado pela EEF e remetido ao Conselho, tais expressões não apresentavam grifos, evidenciando, desta forma, que o relator quis dar luz à questão do aumento da carga horária. Já os argumentos relacionados à Política Nacional não foram mencionados no parecer.

No parecer são citadas ainda algumas das justificativas para o aumento do tempo do curso, como “execução cabal de tarefas de base, massificação das atividades físico-educativas e seleção e preparação da elite desportiva”. Tais argumentos mencionados pelo relator guardam relação com alguns elementos de contexto como, por exemplo, os crescentes investimentos financeiros do Governo para o desenvolvimento da Educação Física e Desportos. Tais investimentos constam no PED/1971, acompanhados por uma projeção crescente de recursos oriundos da Loteria Federal, para os anos de 1972, 1973 e 1974. A EEF valeu-se desta política ao relacionar tais justificativas à

⁷⁶ Reginaldo Teófanos Ferreira de Araújo era estudante de medicina e exerceu a função de representante discente no Conselho de Graduação em 1974 e 1975. Em conversa informal com o agora médico, Reginaldo informou que foi o conselheiro Celso Vasconcelos Pinheiro que o incumbiu da tarefa de ser o relator na análise da proposta de reformulação curricular da EEF. Para elaborar seu parecer, Reginaldo relata que na época foi à Escola algumas vezes para esclarecimentos, e além de contar com a ajuda da professora Maria Lisboa, da Faculdade de Educação.

⁷⁷ Grifos do documento.

necessidade de preparação de profissionais cujas responsabilidades cresciam diante da “política do Governo Federal, desenvolvida por intermédio do Departamento de Educação Física e Desportos do MEC e do Conselho Nacional dos Desportos”⁷⁸.

Ainda no parecer, após as considerações gerais e específicas, são mencionadas as conclusões seguidas de sugestões

Parecer

1 – Pelo exposto acima, conclui-se que houve certa pressa da Escola de Educação Física em confeccionar o novo currículo.

2 – E, também, o nível de participação na feitura do currículo, parece-nos que não foi o ideal, porque (além dos motivos enumerados) segundo fontes da própria Escola não foi feita uma abertura ao corpo discente, porque poderia ser criado uma “polêmica”.

3 – Confrontando as ementas propostas e as atuais notamos que praticamente NÃO ocorrem mudanças, sendo que na maioria das vezes as ementas conferem na íntegra. Achamos também que as ementas estão incompletas pois se muitas disciplinas estão subdivididas em I, II, III e IV, as ementas também deveriam estar.

4 – Não nos parece ser necessário o aumento do tempo do curso, ainda mais se considerarmos que a Escola de Educação Física, coloca isto como “valorização” do curso (“é a única na UFMG como curso de Licenciatura de 3 anos de duração”).

5 – Pelo nosso entender o curso de Educação Física é, talvez, mais prático do que teórico, então porque, o sistema rígido de para cada 15 horas-aula corresponder 1 crédito (exatamente o contrário do que deveria ser). Seria para valorizar os créditos e concomitantemente aumentar o tempo do curso?

6 – Relacionando os itens 4 e 5, podemos concluir que por causa do sistema de créditos, nem mesmo um(a) aluno(a) “bem dotado”, conseguirá concluir o curso em menos de 4 anos.

7 – Sugestões

- O Colegiado do Curso de Educação Física, deveria fazer uma revisão geral do que foi solicitado, inclusive atendendo e observando os princípios recomendados pelo Conselho de Graduação e que foram adotados na maioria das Escolas.

- também que o Conselho de Graduação ou Colegiado de Educação Física solicite ao Núcleo de Assessoramento Pedagógico⁷⁹, que assessore os estudos para uma futura modificação do currículo.

- que o Colegiado promova uma maior abertura ao corpo discente

⁷⁸ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 03. Pt. 05. Relatório.

⁷⁹ O Núcleo de Assessoramento Pedagógico (NAP) foi criado em 1971 como “programa básico de melhoria do ensino”. Em 1975 o Núcleo contava com 38 professores com dedicação exclusiva ao trabalho, dentre eles, a professora Rosa Belma (Relatório das Atividades – UFMG – 1975. p.42).

- que o Colegiado promova um maior entrosamento com o ICB, a fim de melhorar a situação do ensino (pois parece-nos que as aulas são dadas na Escola de Educação Física por professores que ainda não estão lotados no ICB)
- que procure, além do ICB, entrosamento com outras Unidades da Área da Saúde, pois existem disciplinas afins como: Socorros Urgentes, Fisioterapia, Fisiologia Aplicada (isto também poderia ser feito pelo Conselho de Graduação).
- que estude melhor estas disciplinas que estão subdivididas e com pequena carga horária.⁸⁰ (Grifos do autor).

Parece evidente que o fato de um parecer contrário à aprovação da reforma ser elaborado por um estudante de medicina criou um mal-estar no interior da Escola; porém, na elaboração da proposta curricular a EEF parece não ter observado os trâmites referentes a essa matéria dentro da Universidade. Analisando o parecer, é possível observar que a EEF precisaria dialogar com outros institutos da Universidade para elaborar seu currículo e que tal comunicação não foi feita. Antes da federalização, a Escola estava habituada a tomar decisões e realizar as modificações que julgava necessárias, independentemente da aprovação de outras instâncias. Uma vez que passa a pertencer a uma Instituição ampla como a UFMG, a Escola é inserida em um contexto de atualização e proposições como a alteração curricular, demandariam a intervenção de outros setores para ser aprovadas.

Um dia após a aprovação do parecer, o diretor da EEF Cel. Ellos Pires, recebe o documento em que são expostas as razões pelas quais o Conselho se mostra contrário à modificação do currículo do curso de Educação Física⁸¹. Dois dias após seu recebimento, o Coordenador do Colegiado do curso de Educação Física, Pedro Nazareth, encaminha um recurso ao Reitor contestando cada um dos argumentos apresentados no parecer de indeferimento⁸².

O ofício remetido pelo Colegiado de Educação Física à Reitoria apresenta certa indignação do Colegiado pelo indeferimento da proposta de reformulação curricular. Ao longo de todo o documento são refutados os argumentos do parecer elaborado pelo aluno Reginaldo Teófanos Ferreira de Araújo, bem como

⁸⁰ UFMG/PROGRAD – Setor da Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação. Acervo do Conselho de Graduação da UFMG (1969-1978) – Parecer nº 089/74 – Reformulação do Curso de Educação Física (Acervo em processo de organização documental).

⁸¹ O referido parecer presente no acervo do Conselho de Graduação confere na íntegra com o existente no acervo do Cemef.

⁸² Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Direção. Atividade: -. Cx. 02. Pt. 05. Ofício nº 417/74.

colocada em dúvida a competência dos discentes para discutir sobre currículos. No corpo do texto há referências ao aluno como: “Acadêmico”, “ilustre Relator”, “ilustre parecerista”, sendo esta última utilizada para criticá-lo por uma das justificativas para o indeferimento da proposta, de que o aumento do tempo do curso contribuiria para a valorização do curso de Educação Física

O ilustre parecerista valeu-se, numa justificativa sólida, organizada em 9 páginas, de um pequeno comentário que contém, relativo à duração do curso em comparação com as demais licenciaturas da Universidade. E apenas esse comentário lhe serviu, deixando de lado as considerações de inegável fundamento inscritas nas restantes 9 páginas de texto.⁸³

O recurso é iniciado com a contestação de que “em momento algum, o Parecer discute o mérito da proposta” e é afirmado de forma imperativa que “não poderíamos aceitar, de nenhuma forma, o simples indeferimento de uma proposta sem que lhe tenham sido discutidos os méritos e justificada, em razões de conhecimento, a posição assumida” (Ofício 417/74). É relatado no documento que “na realidade deseja a Escola de Educação Física [...] aumentar a duração dos cursos” e que isto foi embasado em “estudos realizados ao longo de todo o ano letivo de 1974” e contestada a afirmação de que houve “certa pressa” na elaboração do currículo sendo que não foi discutido “se a proposta é melhor do que atualmente se vem ministrando, e quais seriam suas implicações” (Ofício 417/74).

Neste mesmo ofício, um dos argumentos que embasaram o indeferimento, de que as ementas propostas para o novo currículo eram praticamente iguais às do currículo que estava em vigor, foi contestado com a afirmação de que as ementas não necessitavam de mudanças. Quanto às disciplinas subdivididas que apresentavam a mesma ementa, houve reconhecimento do argumento – único ponto de concordância relativo ao parecer - e anunciada a disposição em realizar as modificações.

Todas as sugestões elencadas no parecer do Conselho de Graduação também foram contestadas. No documento foi sugerido que deveriam ser revisadas as solicitações “atendendo e observando os princípios recomendados pelo Conselho de Graduação e que foram adotados na maioria das Escolas”

⁸³ Idem.

(Parecer nº 089/74), o que foi contestado no recurso com o argumento de que “as instruções do Conselho de Graduação sobre currículos (...) não chegaram em tempo hábil” bem como questionado o uso da expressão “na maioria” com o intuito de saber se as Escolas que não atenderam às instruções tiveram suas propostas indeferidas. Quanto à sugestão de que fosse solicitado que o Núcleo de Assessoramento Pedagógico auxiliasse os estudos para uma futura modificação do currículo, é argumentado no ofício que o Colegiado não sabia da existência do Núcleo e, por consequência, sobre seu funcionamento. É possível supor que a Escola desconhecesse toda a estrutura de funcionamento acadêmico da UFMG ou que mesmo o conhecendo, considerou desnecessário acioná-lo, pois antes da inserção na Universidade não necessitavam recorrer a nenhum auxílio externo em suas tomadas de decisão.

A sugestão de que o Colegiado promovesse uma maior abertura ao corpo discente na reelaboração da proposta é contestada com o argumento de que havia um representante dos alunos na Comissão de elaboração do currículo e que “não há que se abrir a mais ninguém”. Quanto a essa questão, é questionada a capacidade de colaboração dos alunos em contribuir no debate sobre currículos quando é afirmado que “uma assembléia de alunos, de qualquer curso, nunca chegaria a uma conclusão sobre um currículo. E alunos talvez não tenham condições para julgar currículos. Nem dos cursos que realizam” (Ofício 417/74).

O documento remetido ao Reitor é encerrado com uma apelação para que a Coordenação de Ensino e Pesquisa deferisse o recurso, a favor da reformulação curricular proposta, para que, a partir do ano de 1975, fosse colocado em execução um “currículo bastante melhorado”. É sabido que esse recurso também foi indeferido.

No recurso elaborado pelo Colegiado do Curso de Educação Física, é nítido que a Escola não concordou com nenhuma das sugestões especificadas no parecer emitido pelo Conselho de Graduação bem como não admitiu os erros encontrados na proposta. Com o intuito de que o aumento da duração do curso fosse aprovado em tempo hábil para vigorar a partir do ano seguinte, o Colegiado formulou e enviou sua proposta de alteração curricular, sem solicitar o auxílio do Núcleo de Assessoramento Pedagógico (alegado não se saber de sua existência), o que talvez pudesse ter evitado os problemas apontados no

parecer. Neste documento foi declarado que a proposta da EEF não seguiu às orientações do Conselho de Graduação para a elaboração de currículos e que na versão curricular submetida havia uma supervalorização dos créditos das disciplinas, sistema implementado pela Reforma Universitária de 1968. Com relação ao sistema de créditos havia uma recomendação do Conselho de Graduação⁸⁴: “a atribuição de um crédito por 15 horas de atividade deve restringir-se apenas aos casos em que a hora/aula exigir do aluno um real esforço adicional, fora do período normal de escolaridade”. Tal normativa afetava diretamente a lógica pragmática do curso de Educação Física por ter grande parte da carga horária destinada a aulas práticas. Por meio desta norma uma disciplina de 60 horas somente teóricas valeria mais créditos que outra de 60 como 30 horas práticas e 30 teóricas.

O currículo elaborado pela EEF usou a relação de 1 crédito para cada 15 horas-aula, mas o Conselho de Graduação não considerou que o curso de Educação Física se enquadrava nesse perfil. Desta forma a EEF deveria atribuir 1 crédito a cada 15 horas de atividades teóricas e a cada 30 horas de atividades práticas. Assim, na reformulação de uma nova proposta, uma disciplina com carga horária de 45 horas, com 15 horas teóricas e 30 práticas deveria equivaler a 2 créditos e não 3, como foi atribuído na proposta indeferida.

Com estas considerações, um órgão de grande importância na universidade como o Conselho de Graduação, questiona, discorda e nega uma demanda de uma Escola repleta de militares. Inspirada nos estudos de Iara Silva (2017)⁸⁵, talvez seja possível afirmar que tal posicionamento constituiu-se como uma ação de resistência ao regime ditatorial, nesse caso representado pelos dirigentes da recém-chegada EEF.

Os tempos não eram de muita transparência. Na mesma conversa informal, já mencionada, com o agora médico Reginaldo Teófanis, ele relatou que enquanto exerceu a função de representante discente no Conselho de Graduação da UFMG, a única vez que teve um “problema” foi após ter sido o

⁸⁴ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Função: Coordenação. Atividade: Cursos. Cx. 39. Pt. 01. Recomendação 01/71.

⁸⁵ Iara Souto Ribeiro da Silva pesquisou, em seu mestrado, os impactos que a ditadura militar teve na UFMG. A conclusão do estudo é que a Universidade configurou-se em muitas de suas ações, como instituição que resistiu às interferências autoritárias, conseguindo desta forma preservar sua autonomia.

parecerista do indeferimento. Segundo Reginaldo, pouco tempo após este episódio, o diretor da Escola de Medicina, recomendou que ele “sumisse” por uns dez dias, sem explicar os motivos. Mesmo sem entender as razões de tal orientação, o então estudante, permaneceu dentro do Hospital das Clínicas da UFMG, “sem colocar o pé na rua”. Já no ano de 1975, Reginaldo foi “fichado” no DOPS⁸⁶, o que o impediu de tentar qualquer concurso público⁸⁷, em seus primeiros anos de exercício da medicina.⁸⁸

⁸⁶ Departamento de Ordem e Política Social. Era o “setor responsável pela segurança do Estado e a manutenção da ordem; sua existência é justificada em nome da defesa dos interesses coletivos, mas, muitas vezes, sua preocupação efetiva é zelar pela segurança dos ocupantes do aparelho de Estado” (MOTTA, 2006, p.55).

⁸⁷ Para tentar um concurso público em 1978, Reginaldo precisou solicitar ao DOPS um “atestado de antecedentes políticos e sociais”. Por ser “fichado” no Departamento o atestado lhe foi negado. Acervo Arquivo Público Mineiro. Pasta 2151. Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, Departamento de Ordem e Política Social, 02 de agosto de 1978.

⁸⁸ Embora o uso de depoimentos não tenha sido estabelecido como parte do escopo metodológico do estudo, os comentários que trago para o texto, autorizados por Reginaldo Teófanos Ferreira de Araújo em conversa informal, me ajudaram a compor a compreensão sobre o contexto em que ocorreu esta reformulação curricular.

CAPÍTULO 2 – ENFIM, O CURRÍCULO APROVADO

Para conseguir a aprovação da almejada reforma curricular, os membros da comissão designada para tal função, trabalharam durante os anos de 1975 e 1976. Depois destes dois anos, a EEF teve seu novo currículo aprovado pelo Conselho de Graduação, uma vez que foi avaliado como adequado aos padrões curriculares exigidos pela Universidade.

Desta forma, este capítulo tem como objetivo analisar o processo de reelaboração da proposta de reformulação curricular da EEF que foi iniciado em 1975 e finalizado em 1976, bem como os jogos políticos ocorridos neste decurso.

2.1 A reconstrução do currículo

Após o indeferimento da proposta de reformulação curricular em 1974, a EEF teve que se reorganizar, visando à aprovação do currículo. Para o início deste processo de reestruturação curricular do curso, mostrou-se fundamental a adequação às normas institucionais da Universidade. Nesse intuito, uma das primeiras providências era determinar a qual área de conhecimento a EF pertencia, e esta era uma das funções da Coordenação de Ensino e Pesquisa (CEP) – setor da Administração da UFMG, ao qual o Conselho de Graduação estava vinculado. Vale pontuar que, naquele contexto, todos os cursos da Universidade eram alocados em uma das quatro áreas de conhecimento que organizavam a Instituição, do ponto de vista científico e acadêmico. De acordo com a documentação acessada, as áreas eram divididas em Artes, Ciências Biomédicas, Ciências Humanas e Sociais, e Ciências Exatas e Tecnológicas⁸⁹, podendo haver algumas variações de nomenclatura, como é o caso das Ciências Biomédicas que, em algumas fontes, era referenciada como Ciências Biológicas e da Saúde.

Poucos dias após o indeferimento da proposição da EEF, no final de 1974, a CEP se reuniu em sessão e decidiu que, além da inclusão do curso na área de “Ciências Biológicas e da Saúde”

⁸⁹ UFMG/Relatório das Atividades/1974. p.195.

- [...] o primeiro período do curso seria o mesmo atualmente oferecido para aquela área;
- Abrir prazo especial, até o dia 30/04/75 para que o Colegiado de Educação Física defina o restante do ciclo básico e reformule a proposta de modificação curricular encaminhada à CEP⁹⁰.

Embora a documentação pesquisada não mencione as justificativas para a decisão tomada pela CEP, podemos considerar que definir o lugar de inclusão da EF no espaço acadêmico-científico da Universidade interferiria nas mudanças curriculares a serem feitas e provocaria diferentes consequências na organização do próprio curso. Do ponto de vista do currículo, um importante resultado em decorrência desta definição seria a obrigatoriedade do cumprimento do Ciclo Biológico completo, o que resultaria num total de doze disciplinas a serem concluídas nos dois primeiros períodos do curso⁹¹. Diante do impacto que o cumprimento desta decisão acarretaria, o Instituto de Ciências Biológicas produziu um documento enviado à Reitoria, comunicando a dificuldade que seria para o ICB implementar essa mudança e solicitando o adiamento do cumprimento da decisão da CEP. Uma das principais justificativas alegadas no documento era a falta de espaço físico, uma vez que o prédio do Instituto não comportaria mais alunos⁹².

Em consonância com este ofício enviado à Reitoria, o professor Carlo Américo Fattini, do ICB, que exercia a função de Presidente da Comissão de Implantação do Ciclo Básico da EEF no Instituto de Ciências Biológicas, remeteu um documento similar ao coordenador do Núcleo de Assessoramento de Ensino do Instituto. Em seu conteúdo, o docente solicitou um estudo a respeito da viabilidade de serem mantidas as três disciplinas que já vinham sendo ministradas por professores do ICB para o curso de Educação Física: Biologia (90hs), Anatomia Básica Humana (75hs) e Fisiologia Básica (75hs). No ofício, ao falar sobre o cumprimento do ciclo básico biológico, Fattini ressaltou ainda

⁹⁰ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 14. Educação Física – Reformulação de Currículo.

⁹¹ As 12 disciplinas que compunham o ciclo básico biológico eram: Bioquímica Celular, Citologia e Histologia Geral, Genética e Evolução, Fisiologia Básica, Introdução à Anatomia de Mamíferos, Microbiologia Básica, Biofísica, Histologia Especial, Imunologia Básica, Embriologia Geral, Farmacologia Básica e Patologia Geral I. Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 14. Ofício enviado por Carlos Fattini ao coordenador do Núcleo de Assessoramento de Ensino do ICB em 14 de janeiro de 1975.

⁹² Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 14. Ofício GB/293/74.

que: “Parece-nos absolutamente absurdo que o aluno de Educação Física deva cursar Microbiologia Básica, Biofísica, Histologia Especial, Imunologia Básica, Embriologia Geral, Farmacologia Básica e Patologia Geral I”. Ao final, ele reforçou o argumento, considerando que bastava que no elenco de disciplinas do ICB fosse incluídas as três disciplinas que já existentes e lecionadas na Escola de Educação Física.⁹³

Percebemos por meio deste documento que o referido professor do ICB não parecia discordar da inclusão da Educação Física na área das Ciências Biológicas e da Saúde e sim do cumprimento do ciclo básico biológico completo para este curso. A utilização da expressão “absolutamente absurdo” por Fattini, para dizer que considerava inadequada e desnecessária a ampliação das disciplinas ministradas na EEF a cargo do ICB, nos permite interpretar que o professor considerava que as três disciplinas da área biológica, que já faziam parte do currículo da EEF, eram suficientes para a formação em Educação Física.

Por meio das fontes foi possível perceber que o Instituto e a Escola comunicaram-se durante o processo de tramitação das solicitações feitas pelo ICB à Reitoria. O diretor do ICB enviou, em janeiro de 1975, um ofício ao coordenador do Colegiado da EEF⁹⁴, dando ciência à Escola das solicitações remetidas à Reitoria e informando que aguardava decisão a respeito destas. Além disso, argumentava que o Instituto se propunha a continuar ministrando as disciplinas que já haviam sido incluídas na formulação da proposta curricular no ano anterior – as mesmas que já faziam parte do currículo da EEF.

Numa mesma direção, a EEF também parecia discordar da necessidade de se ampliar o número de disciplinas ofertadas pelo ICB. Em 1º de abril de 1975, o diretor da EEF, Cel. Ellos Pires de Carvalho, enviou um ofício ao Reitor, pedindo que fosse atendida a solicitação do Instituto, remetida à Reitoria em dezembro do ano anterior. No documento, o diretor enfatizou a necessidade de uma definição oficial quanto ao cumprimento do ciclo básico biológico, uma vez que se aproximava o prazo fixado pela CEP (30 de abril de 1975) para o envio

⁹³ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 14. Ofício ao Sr. Coordenador do Núcleo de Assessoramento de Ensino do ICB. 14 de janeiro de 1975.

⁹⁴ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 10. Pt. 11. Ofício GB/013/75. 10 de janeiro de 1975.

da proposta de alteração curricular reformulada⁹⁵. Desta forma, as duas unidades acadêmicas pareciam estar de acordo quanto à essa questão. Ou seja, o curso de EF estaria na área das Ciências Biológicas e da Saúde, recebendo, no entanto, apenas um conjunto mínimo de disciplinas relativas a essa área acadêmico-científica.

Enfim, as solicitações do ICB e da EEF foram definidas no fim do mês de abril. No ofício emitido pela Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (DIPLAN)⁹⁶ no dia 30 daquele mês, foi exposta a decisão acordada em reunião entre o Reitor e o diretor do ICB, professor Roberto Alvarenga, de que a EEF deveria definir o ciclo básico e que as disciplinas ministradas pelo Instituto teriam início em 1976, quando parte do ICB já estaria funcionando no “campus Pampulha”⁹⁷. A data de produção deste documento confere com o fim do prazo estipulado pela CEP para que a EEF reformulasse a proposta de modificação curricular, mas somente em 24 de maio o processo referente à reforma chegou à Escola. Ao receber tal documentação, o diretor Cel. Ellos Pires comunicou o ocorrido ao Coordenador do Colegiado do Curso de Educação Física, José Pereira da Silva, através do ofício nº 195/75⁹⁸. Neste documento podemos perceber a insatisfação do diretor quanto à demora para a chegada dos documentos quando ele afirma que: “É óbvio que se frise que o prazo [sic] dado à Escola, 30.04.75, já se extinguiu e, mesmo assim, foi preciso que houvesse interferência direta do Magnífico Reitor, para que chegasse a documentação a esta Escola”⁹⁹. Talvez este comentário do diretor esteja associado a uma possível dificuldade dos membros da EEF em lidar com uma imprevisibilidade de ações e definições que dependiam de outros setores da Universidade. Tal

⁹⁵ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 14. Ofício nº 107/75. 01 de abril de 1975

⁹⁶ A DIPLAN era um órgão auxiliar da Administração Superior da Universidade, vinculado à Reitoria, responsável pela condução do planejamento institucional, elaboração da proposta orçamentária anual, acompanhamento da aplicação orçamentária e execução financeira e prestação de contas. Também oferecia suporte aos demais setores da UFMG no que diz respeito à análise funcional de suas atividades, obtenção de informações, elaboração de planos, projetos, propostas de convênio, bem como auxílio às iniciativas de modernização administrativa e expansão de sua estrutura física. O referido ofício foi assinado pelo Diretor-Executivo da Diplan, professor Adalmo de Araújo Andrade, da Faculdade de Direito.

⁹⁷ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 14. DIPLAN/UFMG/214/75. 30 de abril de 1975.

⁹⁸ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 14. Ofício nº 195/75

⁹⁹ Idem.

fato pode guardar relação com essa nova experiência vivida pela Escola, de pertencer a uma Instituição maior, onde mostrava-se necessário a negociação de acordos e prazos para a realização de seus propósitos e onde estaria subordinada a instâncias superiores.

Só então, após a comunicação do diretor, o coordenador do Colegiado deu seguimento aos estudos do novo projeto de currículo. Para isto enviou uma solicitação aos professores Pedro Ad-Víncula e Pedro Nazareth para que procedessem “com urgência, a um estudo sobre a titulação das disciplinas genericamente designadas I, II, III, ..., etc., às quais convém uma designação objetiva, devendo esta ser formulada em função do conteúdo programático a ser executado”¹⁰⁰. E como forma de contribuição sugeriu:

Ginástica I – Atividades física gerais (ou Iniciação à Ginástica Geral)

Ginástica II – Métodos e processos de ginástica geral

Ginástica III – Ginástica atlética de condicionamento

Ginástica IV – Ginástica corretiva e estética

Rítmica I – Introdução ao Ritmo

Rítmica II – Rítmica Instrumental

Rítmica III – Dança Folclórica e moderna

Rítmica IV – Dança: expressão e arte¹⁰¹

As sugestões do professor José Pereira foram parcialmente acatadas na nova proposta curricular. As demais disciplinas ordenadas numericamente tiveram a nomenclatura modificada da proposta curricular de 1974 para a de 1976, como é mostrado comparativamente no Quadro 6 abaixo. Outra diferença percebida entre as propostas é que disciplinas cujo conteúdo temático estava dividido em quatro ou cinco disciplinas, foram condensadas em duas ou três¹⁰². As únicas disciplinas que permaneceram numeradas foram Fisiologia do Esforço I e II. Tal manutenção é explicada nas Justificativas Específicas da nova proposta remetida ao Conselho de Graduação em 1976, onde foi afirmado que estas disciplinas “apresentam desenvolvimento gradativo do mesmo assunto, justificando assim a sua denominação numérica” (Dossiê Currículo, 1976, p.8).

¹⁰⁰ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 14. Comunicação da Coordenadoria do Colegiado do Curso de Educação Física.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² As disciplinas do currículo de 1974 que tiveram seu conteúdo incorporado pelas disciplinas do currículo de 1976 foram: Rítmica III e IV; Ginástica Geral IV; Ginástica Moderna IV; Ginástica Olímpica IV e no currículo masculino, Ginástica Geral IV e VI.

Quadro 6 – Mudança nas rubricas das disciplinas nas propostas de reformulação curricular em 1974 e 1976

Disciplinas 1974	Disciplinas 1976	Currículo
Anatomia Humana	Anatomia Humana Básica	Fem. e Masc.
Atletismo I	Atletismo: Corridas e Marchas	Fem. e Masc.
Atletismo II	Atletismo: Saltos	Fem. e Masc.
Atletismo III	Atletismo: Lançamentos	Fem. e Masc.
Basquetebol I	Iniciação ao Basquetebol	Fem. e Masc.
Basquetebol II	Basquetebol: Aprimoramento Técnico	Fem. e Masc.
Basquetebol III	Basquetebol: Treinamento e Direção	Fem. e Masc.
Cinesiologia I	Fundamentos Biofísicos da Cinesiologia	Fem. e Masc.
Cinesiologia II	Cinesiologia Aplic. à Ed. Fís.	Fem. e Masc.
Est. de Prob. Brasileiros I	Estudo de Problemas Brasileiros A	Fem. e Masc.
Est. de Prob. Brasileiros II	Estudo de Problemas Brasileiros B	Fem. e Masc.
Fisioterapia Aplicada	Fisioterapia Aplicada à Ed. Física	Fem. e Masc.
Futebol I	Iniciação ao Futebol	Masculino
Futebol II	Futebol: Aprimoramento Técnico	Masculino
Ginástica Geral I	Introdução à Ginástica	Fem. e Masc.
Ginástica Geral II	Ginástica: Métodos	Fem. e Masc.
Ginástica Geral III	Ginástica de Form. Orgânica e Desportiva	Fem. e Masc.
Ginástica Moderna I	Ginástica Rítmica Desportiva Básica	Feminino
Ginástica Moderna II	Ginástica Rítmica Desportiva Escolar	Feminino
Ginástica Moderna III	Ginástica Rítmica com elementos	Feminino
Ginástica Olímpica I	Introdução à Ginástica Olímpica	Fem. e Masc.
Ginástica Olímpica II	Ginástica Olímpica: Evolução Técnica	Fem. e Masc.
Ginástica Olímpica III	Ginástica Olímpica: Regul. e Competições	Fem. e Masc.
Hand Ball I	Iniciação ao Handebol	Fem. e Masc.
Hand Ball II	Handebol: Aprimoramento Técnico	Fem. e Masc.
Hand Ball III	Handebol: Treinamento e Direção	Fem. e Masc.
Higiene Aplicada	Higiene Aplicada à Educação Física	Fem. e Masc.
Judô I	Iniciação ao Judô	Masculino
Judô II	Judô: Aprimoramento Técnico	Masculino
Natação I	Iniciação à Natação	Fem. e Masc.
Natação II	Natação: Aprimoramento Técnico	Fem. e Masc.
Natação III	Natação: Treinamento e Direção	Fem. e Masc.
Prática de Ensino	Prática de Ensino de Educação Física	Fem. e Masc.
Recreação I	Teoria da Recreação	Fem. e Masc.
Recreação II	Prática da Recreação	Fem. e Masc.
Rítmica I	Rítmica Básica	Fem. e Masc.
Rítmica II	Rítmica Coreográfica	Feminino
Voleibol I	Iniciação ao Voleibol	Fem. e Masc.
Voleibol II	Voleibol: Aprimoramento Técnico	Fem. e Masc.
Voleibol III	Voleibol: Treinamento e Direção	Fem. e Masc.

Fonte: informações contidas em UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Curso de Educação Física: Currículo e programas, 1977* e compiladas pela autora.

A modificação na nomenclatura das disciplinas nos permite pensar a intencionalidade que esta revelaria no currículo. Nesse sentido, é possível observar um novo tratamento para as disciplinas esportivas e ginásticas. Além disso, as rubricas das disciplinas que eram ordenadas numericamente foram alteradas de modo que o conteúdo referente fosse especificado. Tal mudança

pode ser interpretada em dois sentidos. O primeiro deles seria o cumprimento às normas relativas a alterações curriculares da UFMG presentes na Recomendação 01/71, que orienta que as disciplinas subsequentes deveriam ter nomes diferentes, “referentes aos tópicos mais específicos da matéria” (Recomendação 01/71, p.2). O segundo sentido poderia ser uma preocupação dos professores e gestores da EEF em traçar contornos pedagógico-científicos para as disciplinas, que justificassem uma progressão de conteúdos. Assim, a especificação do nome das disciplinas poderia traduzir que seu conteúdo não era somente prático, mas que estava fundamentado em um tipo de saber teórico, baseado na ciência. A busca pela cientificação do campo ganhou força a partir dos anos de 1970. Fernanda Santos (2017), ao analisar a Educação Física no contexto da ditadura militar, pontua que naquele momento, a produção de conhecimento dito “científico” era “uma forte premissa no campo” (SANTOS, 2017, p.62), uma estratégia de legitimação.

Desta forma, podemos pensar que a Educação Física começava a associar as rubricas científicas com as da esportivização. Um arranjo que atenderia a um conjunto de interesses em relação ao lugar para onde se queria levar a Educação Física naquele momento, o que implicava dotá-la de poder administrativo e acadêmico. Esse arranjo, que envolve disputas políticas e conciliação de ideias, acabaria refletindo na produção de um currículo onde tais questões seriam evidenciadas. Tal pensamento vai ao encontro do que Goodson (1995, p.120) afirma sobre as disciplinas, que estas “não constituem entidades monolíticas, mas amálgamas mutáveis de subgrupos e tradições que, mediante controvérsia e compromisso, influenciam a direção da mudança”. Portanto, podemos pensar que esses jogos relacionais entre os sujeitos, o que priorizavam, o que estava sendo gestado naquele momento para a Educação Física, vão ser fundamentais para as escolhas feitas para a conformação do currículo a ser construído, de forma a contemplar essas intencionalidades.

No que diz respeito à carga horária, é possível observar que algumas disciplinas sofreram modificações da proposta de 1974 para a de 1976. O aumento do número de horas destas disciplinas ocasionou conseqüentemente uma maior carga horária total do curso. Um exemplo desta modificação ocorreu na disciplina “História, Sociologia e Deontologia”, criada na primeira proposta com 45 horas, e que teve a carga horária aumentada em 15 horas na segunda.

As fontes não apresentam uma justificativa clara para a escolha das disciplinas que tiveram um acréscimo no número de horas. Uma hipótese é que isto tenha ocorrido pela intenção de aumentar a carga horária geral do curso. Da primeira proposta para a segunda, as horas totais foram aumentadas de 2655 para 2745 no currículo feminino, e de 2610 para 2745 no masculino. Desta forma foram uniformizados o número de créditos e horas dos dois currículos. Quanto às cargas horárias teóricas e práticas, as 2745 horas de cada currículo foram divididas em 1500 horas teóricas (54,6%) e 1250 horas práticas (45,6%).

A distinção entre as cargas horárias teóricas e práticas não estava presente na proposição de 1974. Essa divisão só ocorreu na proposta de 1976 e foi fundamental para a determinação do número de créditos de cada disciplina. Para este cálculo, foi considerado que cada 15 horas teóricas ou 30 horas práticas corresponderiam a 1 crédito, como determinava a Recomendação 02/72 do Conselho de Graduação. Isto difere da lógica utilizada em 1974, onde foi utilizada a relação de 1 crédito para quaisquer cada 15 horas-aula, o que acarretou um número de créditos maior que em 1976. Esta nova forma de cálculo ocasionou uma redução do número de créditos totais na segunda proposta curricular, de 173 para 138 no currículo feminino e de 170 para 138 no masculino.

Além dos ajustes de nomenclatura, carga horária, etc, o currículo precisava ganhar uma roupagem acadêmico-científica, que dialogasse com os preceitos técnicos exigidos pela Universidade. Nesta perspectiva, outra importante questão para o processo de reformulação curricular foi a designação da professora Rosa Belma Afonso Viotti para compor a equipe responsável pela reelaboração da proposta. Rosa Belma era professora de Didática de Licenciatura da Faculdade de Educação da UFMG e passou a ocupar a função de Coordenadora Pedagógica durante o processo¹⁰³. A designação da docente partiu da Coordenação do Núcleo de Assessoramento Pedagógico (NAP), setor

¹⁰³ Em 1976, a professora Rosa Belma ministrou a disciplina “Didática” junto à professora Eustáquia Salvadora de Sousa, durante o período de 8 de setembro a 09 de dezembro, no primeiro curso de pós-graduação realizado na Escola de Educação Física, o Curso de Especialização em Biomecânica Esportiva. A disciplina destinava-se a capacitar o “futuro Professor na tomada de decisões básicas e no planejamento didático, partindo da análise e avaliação de critérios capazes de assegurar a escolha adequada da orientação metodológica, a determinação dos objetivos e a definição do sistema de avaliação” (Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 8. Pt. 16. Programa da disciplina Didática, 1976). A metodologia da disciplina, conforme mostrou seu programa, guarda relação com elementos da didática tecnicista. Sobre tal didática trataremos no Capítulo 3.

da Universidade vinculado à Reitoria, após solicitação do Colegiado da EEF realizada no dia 10 de março de 1975, por meio do Ofício nº 88/75¹⁰⁴. O pedido de auxílio ao NAP, como mencionado, foi uma das sugestões apresentadas no parecer do Conselho de Graduação que indeferiu a proposta curricular em 1974. Tal sugestão foi acatada pela EEF, mesmo que num primeiro momento a Escola tenha afirmado desconhecer a existência do Núcleo. A solicitação deste auxílio pode ser interpretada como uma estratégia visando à aprovação do currículo a ser reformulado. Esta hipótese é baseada em dois fundamentos. O primeiro deles guarda relação com o lugar ocupado pelo NAP dentro da organização da Universidade. Era o Núcleo que possuía a função e, por consequência, a competência para avaliar a estrutura, a organização e o currículo em vigor com o objetivo de traçar planos e metas de ação. O outro fundamento relaciona-se à ação tática de atender as recomendações do Conselho de Graduação. Vale pontuar que era justamente este grupo que reavaliaria a nova proposta curricular e teria a decisão final de aprová-lo ou não.

Além da sugestão de consulta ao NAP, o parecer de indeferimento de 1974 também indicou uma participação mais efetiva do corpo discente no processo de reelaboração da proposta. Objetivando cumprir tal sugestão, o coordenador do Colegiado da EEF realizou uma consulta direta às 12 turmas de alunos existentes na Escola (6 femininas e 6 masculinas) por meio de um questionário de sete perguntas, sobre os aspectos pedagógicos, didáticos e decorrências profissionais da reformulação projetada. Cada turma deveria manifestar por escrito respostas às seguintes questões¹⁰⁵:

1 - O atual currículo satisfaz às exigências de formação de um bom professor de Educação Física?

- a) Examinar o conteúdo cultural e profissional
- b) A carga horária reservada a cada área de conhecimento
- c) A dosagem de aulas teóricas e práticas
- d) O tempo reservado a treinamento e pesquisa
- e) A eficiência do ensino descentralizado para as 3 áreas:
E.E.F – I.C.B – F.E. 2 – Há necessidade de um currículo moldado à base de 4 anos? Por que?¹⁰⁶

¹⁰⁴ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 11. Pt. 10. Ofício nº 88/75.

¹⁰⁵ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 10. Pt. 07. Questionário aplicado aos alunos pelo Colegiado – participação discente.

¹⁰⁶ Idem.

Das doze turmas consultadas, pudemos analisar as respostas de quatro delas (1º, 2º e 6º período feminino e 4º período masculino)¹⁰⁷. Por meio de uma análise mais ampla destes questionários, foi possível perceber que todas as turmas consideraram que o currículo em vigor não satisfazia à formação de um bom professor de Educação Física, porém não foi explicitado o que consideravam necessário à tal formação. Foram alvos de críticas a falta de objetividade do currículo em vigor, a má distribuição das cargas horárias e a distância entre os locais de ensino, o que seria prejudicial pela dificuldade de transporte e absorção do tempo. A maioria das turmas considerou necessário um aumento do tempo do curso por sentirem necessidade de um maior tempo de prática e mais conhecimentos pedagógicos. Em contrapartida, os alunos da turma do 4º período masculino discordaram dos demais, considerando que o curso não deveria ser estendido. Segundo as respostas desta turma ao questionário, havia uma demanda no mercado de trabalho por professores que tivessem Licenciatura Plena, e se o curso passasse a ter 4 anos de duração, “demoraria ainda mais a satisfazer essa necessidade”¹⁰⁸.

Enquanto os alunos demandavam prioritariamente uma formação mais rápida, mais prática e mais voltada para a ampliação de seus repertórios docentes, a reforma do currículo priorizava adequações técnicas, progressão de conteúdos, diálogo com outras unidades acadêmicas. É possível supor que o conjunto de práticas e representações relativas à UFMG era, ainda, pouco conhecido pelos estudantes do curso.

A divergência de opiniões entre os alunos quanto à necessidade de aumento do tempo do curso, reflete a existência de diferentes expectativas em relação ao processo de reformulação deste currículo, nem sempre explicitadas. As justificativas da nova proposta de alteração curricular, por exemplo, apresentam uma argumentação que contraria o posicionamento dos alunos do 4º período masculino. Objetivando a aprovação do currículo, em seu texto foi

¹⁰⁷ Durante a pesquisa não foram encontrados todos os questionários respondidos pelos alunos.

¹⁰⁸ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 10. Pt. 07.

afirmado que “todos os alunos optaram pela reforma” (Dossiê Currículo 1976, p.5)¹⁰⁹.

A questão da participação discente de fato parecia figurar um lugar de relevância durante o processo de reformulação curricular. Isto porque a presença dos alunos do curso de Educação Física foi demandada, neste processo, para além da consulta por questionários. No parecer que deferiria a proposta de reformulação curricular da EEF, por exemplo, um dos pontos levantados refere-se novamente à pouca participação desses estudantes¹¹⁰. Mesmo a Escola afirmando, nas justificativas específicas da nova proposta, que houve “amplos debates e estudos entre o Corpo Docente e Discente” e pontuando a representação estudantil no Colegiado, tal participação não foi considerada suficiente no parecer que deferiu o currículo proposto, sendo também criticada a ausência de estudantes como membros da comissão que elaborou a proposta. Na Recomendação s/nº/74 para a elaboração de currículos, citada no referido parecer, consta a orientação de que os estudantes deveriam ser envolvidos no processo de construção do currículo¹¹¹. A EEF, por sua vez, afirmou ter cumprido tal indicação quando aplicou o questionário aos alunos do curso. Desta forma é possível perceber que a EEF e o Conselho de Graduação possuíam diferentes parâmetros sobre o que deveria ser a participação discente. Se, por um lado, o Conselho de Graduação reivindicava a participação dos estudantes durante todo o processo, inclusive ocupando lugar na comissão de elaboração do currículo, por outro, a EEF, por meio de seu diretor Cel. Ellos Pires, questionava de forma contundente a capacidade dos alunos de opinarem sobre esta questão. Vale lembrar que no recurso elaborado pela direção da Escola ao indeferimento da primeira proposta curricular, os alunos não foram considerados capazes de avaliar currículos, nem de seus próprios cursos¹¹².

¹⁰⁹ Grifo nosso.

¹¹⁰ UFMG/PROGRAD – Setor da Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação. Acervo do Conselho de Graduação da UFMG (1969-1978) – Parecer 100/76. 11 de novembro de 1976 – Em processo de organização documental.

¹¹¹ Durante o decorrer desta pesquisa não foi encontrado o documento intitulado Recomendação s/n/74, citado na documentação utilizada neste trabalho.

¹¹² Reginaldo Teófanos relata que os representantes discentes no Conselho de Graduação eram bem valorizados pelos conselheiros, tendo seu voto considerado como os demais em decisões do Conselho. Reginaldo informou que após o indeferimento da proposta da EEF, o diretor Cel. Ellos Pires, compareceu à reunião do Conselho de Graduação para questionar o motivo de um aluno ter sido relator do parecer. A decisão foi reafirmada pelo conselheiro Celso de

Após todas as tentativas de contornar o que havia sido criticado no parecer de indeferimento, a EEF chegou a um currículo que tinha a possibilidade de aprovação. Por meio da negociação, a Escola buscou modificar os elementos que foram considerados problemáticos num primeiro momento, mesmo que não os tenha resolvido completamente, como a questão da participação discente. Neste momento, o novo currículo seria submetido novamente à análise do Conselho de Graduação, que decidiria se este reunia os elementos necessários para ser aprovado.

2.2 A aprovação do currículo pelo Conselho de Graduação

O intervalo de dois anos, entre as idas e vindas ocorridas desde a primeira proposta, foi um período de intensas negociações e conciliações para que um currículo possível de ser aprovado fosse reelaborado pela EEF. Após este período, uma proposta de modificação curricular foi submetida novamente ao Conselho de Graduação, por meio do Ofício nº 384/76¹¹³, em 24 de setembro de 1976. Nota-se a diferença entre as duas propostas, a começar pelo volume da documentação remetida formando um Dossiê¹¹⁴. Este foi composto por 16 documentos, organizados em:

- Justificativas Gerais e Específicas;
- Lista de Disciplinas que integravam o currículo;
- Classificação das Disciplinas por Unidades e Departamentos;
- Participação percentual das áreas de formação no Currículo;
- Créditos por áreas didáticas e departamentos;
- Natureza das Disciplinas - Cargas horárias - Pré-requisitos;
- Quadro demonstrativo dos pré-requisitos;
- Participação percentual das áreas didáticas;
- Participação percentual de cada disciplina no Currículo Pleno;

Vasconcellos, o mesmo que solicitou a Reginaldo que fosse o responsável por elaborar o parecer.

¹¹³ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física - UFMG (1969-1979). Função: Ensino. Atividade: Cursos. Cx. 12. Pt. 15. Ofício nº 384/76. 24 de setembro de 1976

¹¹⁴ Baseadas na definição de "Dossiê" do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005 - "Conjunto de documentos relacionados entre si por assunto, que constitui uma unidade de arquivamento" – nomeamos o conjunto de documentos remetidos ao Conselho de Graduação de "Dossiê".

- Quadro percentual demonstrativo de Teoria e Prática;
- Alterações havidas com as disciplinas no currículo vigente;
- Distribuição das Disciplinas por períodos (C/H Créd. Pré-Requisito);
- Quadro de análise pormenorizada de cada um dos 8 períodos.
- Ementário da Disciplinas do Currículo Pleno (masc. e fem.)
- Objetivos Gerais das Disciplinas do Currículo Pleno (masc. e fem.);
- Programas das Disciplinas do Instituto de Ciências Biológicas, Escola de Educação Física e Faculdade de Educação.

É possível observar uma diferença significativa do ponto de vista pedagógico e didático entre as propostas colocadas em questão. Ainda que a EEF tenha se esforçado para se adequar às normas da UFMG, vale lembrar que na elaboração da segunda proposta, a comissão já contava com a participação da professora Rosa Belma. Nossa hipótese é de que designação da docente para a função de coordenadora pedagógica da comissão tenha refinado as questões didáticas e pedagógicas para a nova proposta curricular que foi finalizada em 1976, visto sua autoridade no assunto e na Faculdade de Educação.

As diferenças entre as proposições já são perceptíveis nas justificativas Gerais e Específicas. As justificativas gerais da primeira proposta reproduziam integralmente aquele documento intitulado “Relatório” que concluía pela necessidade de aumento do tempo do curso e as justificativas específicas se resumiram a mostrar quais as alterações propostas em cada disciplina de cada Departamento. Já na proposição de 1976, podemos perceber o aumento do nível de detalhamento de cada tópico.

Nas “Justificativas Gerais” é salientado que, desde a proposta elaborada em 1974, que não logrou êxito, a comissão responsável por tal elaboração vinha “estudando, ininterruptamente, as modificações necessárias, observando e testando todas as falhas apontadas na primeira tentativa”. Segundo o documento, foram observadas todas as exigências previstas nas Recomendações 01/71, 02/72 e s/n/74, que disciplinavam sobre essa matéria. Por meio da análise das Recomendações 01 e 02, percebemos que os modelos

de apresentação do currículo, bem como os critérios para cálculo do número de créditos das disciplinas, foram rigorosamente seguidos nesta segunda proposta.

Já as “Justificativas Específicas” foram divididas em subtópicos de forma a explicitar todas as modificações propostas e o percurso de construção do currículo a ser analisado. O primeiro subtópico abordado foi relativo à participação das unidades externas interessadas: o Instituto de Ciências Biológicas que, após estudo realizado pela Comissão de Implantação do Ciclo Básico da EEF no ICB em conjunto com o Núcleo de Assessoramento do Ensino concluíram pela permanência das disciplinas: Biologia, Anatomia Humana Básica e Fisiologia B. Com relação à Faculdade de Educação, nem as disciplinas nem as cargas horárias sofreram modificações. Os demais subtópicos explicitaram como se deu a Assistência Pedagógica na elaboração da nova proposta, os debates entre o corpo docente e discente, quais foram as orientações normativas da proposta, as disciplinas criadas, as que sofreram mudança de nome e as que foram suprimidas. Também foi abordada a distribuição das disciplinas por períodos, a relação entre teoria e prática no currículo, as cargas horárias, créditos, os pré-requisitos, e as disciplinas optativas.

É possível perceber no ofício que encaminhou o novo projeto de reforma do currículo à reitoria, a mudança da forma como o diretor se refere ao parecer aprovado pelo Conselho de Graduação em 1974, que indeferiu a primeira proposta. Embora Ellos Pires de Carvalho tenha se mostrado radicalmente incomodado com as críticas ao primeiro currículo elaborado, afirmou que na segunda proposição “procurou atentamente, observar todas as falhas apontadas na primeira proposta e obedecer, rigorosamente, as recomendações emanadas do Conselho de Graduação” (Ofício nº 384/76). A atitude do Cel. Ellos guarda relação com as principais estratégias adotadas nos meios acadêmico-científico durante a ditadura militar. Para problematizar tais atitudes, Rodrigo Motta propõe a tríade “adesão, acomodação e resistência”. Segundo o autor, entre a adesão e a resistência ao regime, “havia possibilidades intermediárias” que exigiam certa flexibilidade dos dois lados (MOTTA, 2014, p.310). Para que ocorresse o que Motta chama de “jogos de acomodação”, era necessário negociações, conciliações e arranjos como estratégia de convivência. Nesse sentido, percebemos que, se num primeiro momento Ellos foi relutante, ao perceber que

para obter a almejada aprovação precisaria ceder, negociar e dialogar, adota um posicionamento de acomodação.

Após o envio da nova proposição à Reitoria, em setembro de 1975, foi emitido um parecer favorável à sua aprovação em 11 de novembro do mesmo ano¹¹⁵. Neste documento, assinado pela Conselheira Maria Auxiliadora Roque de Carvalho, do ICB, a proposta elaborada pela EEF foi elogiada: “A proposta curricular parece-nos muito bem estruturada, em termos do que estabelecem as resoluções da CEP e recomendações do Conselho de Graduação e impecável quanto à apresentação” (Parecer 100/76). Uma questão que chama a atenção neste documento, foram os diálogos que a parecerista sinaliza terem ocorrido entre o Conselho de Graduação e o Colegiado e direção da EEF, durante a elaboração da versão curricular remetida à análise:

Em tentativa de encontrar uma uniformidade maior, tomamos a liberdade de sugerir ao Coordenador do Colegiado uma redistribuição de disciplinas nos períodos, sem ferir a orientação proposta. Por duas vezes mantivemos contato com o Coordenador, Membros do Colegiado e Diretor da Faculdade, quando tivemos a oportunidade de discutir os pontos mais importantes e esclarecer dúvidas nossas (Parecer 100/76).

Ao usar a expressão “tomamos a liberdade de sugerir”, a relatora pode ter se referido à ações que ela mesma executou. Essa interpretação é baseada no possível interesse da parecerista de que a proposta fosse aprovada, uma vez que ela era professora do ICB, e este Instituto exerceu influência direta durante o processo de reelaboração do novo currículo por meio dos estudos realizados para que fossem mantidas as disciplinas biológicas que já vinham sendo ministradas no curso de Educação Física. Esta hipótese é fortalecida ao compararmos o primeiro e o segundo parecer, elaborados em 1974 e 1976, respectivamente. No primeiro, as comunicações sinalizadas referem-se a esclarecimentos durante a análise do mérito, já no segundo, há menção a uma interlocução relacionada à sugestões de ajuste para a aprovação da proposta. Tais sugestões não ocorreram na análise da primeira proposta, e quando ocorreram na segunda, vieram de uma docente do ICB. Este movimento pode então ser relacionado aos jogos políticos que permearam todo o processo em

¹¹⁵ UFMG/PROGRAD – Setor da Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação. Acervo do Conselho de Graduação da UFMG (1969-1978) – Parecer 100/76. 11 de novembro de 1976 – Em processo de organização documental.

questão, revelando alianças que a EEF precisou fazer, de modo a afirmar-se neste seu novo lugar, a UFMG.

O referido parecer foi aprovado pelo Conselho de Graduação em reunião ocorrida em 16 de novembro, presidida pelo Pró-Reitor Prof. Celso de Vasconcellos Pinheiro, da Escola de Arquitetura¹¹⁶. Naquele momento, o Conselho estava quase totalmente renovado. Apenas os professores Fabiano Marques dos Santos do Instituto de GeoCiências e Wolney de Andrade Lima, da Faculdade de Odontologia, faziam parte do Conselho no momento do indeferimento do currículo. Não foi mencionado em ata quem eram os representantes discentes no Conselho. Todavia, na pesquisa de cada um dos nomes constantes na ata, identifiquei que Túlio Lincoln Lamounier Barbosa era estudante do curso de Psicologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e pertencia à diretoria do Diretório Central de Estudantes (DCE) na condição de representante discente no Conselho Universitário entre 1974 e 1975¹¹⁷. Não foi possível identificar se haviam outros representantes discentes no Conselho. Os demais membros eram professores, foram assim identificados¹¹⁸:

- Ewaldo M. de Carvalho – Departamento de Física
- Jarbas Bruno – Departamento de Engenharia Química
- José Ronaldo G. Lasmar – Instituto de GeoCiências
- Letícia Malard – Faculdade de Letras
- Ludmila Albergaria Konovaloff Jannotti – Faculdade de Farmácia
- Maria Auxiliadora Roque de Carvalho – Instituto de Ciências Biológicas
- Tarcísio de Campos Ribeiro – Faculdade de Farmácia
- Vanessa Guimarães Marri – Faculdade de Educação
- Liliane M. L. Dardot Magalhães Carneiro – Escola de Belas Artes
- Roberto de Assis Ferreira – Faculdade de Medicina
- Arthur Alexandre Mafra – Faculdade de Direito

¹¹⁶ UFMG/PROGRAD – Setor da Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação. Acervo do Conselho de Graduação da UFMG (1969-1978) – Ata da reunião do Conselho de Graduação da UFMG em 16 de novembro de 1976. – Em processo de organização documental.

¹¹⁷ Carta-programa da Gestão DCE UFMG 74-75. Disponível em: <<https://dceufmg7475.wordpress.com/>> Acesso em: 10 de maio de 2019.

¹¹⁸ Embora não constasse em ata, ao investigar currículos e trajetórias acadêmicas dos membros citados, foi possível constatar seu local acadêmico de inserção.

No parecer analisado pelos conselheiros, consta que “a modificação curricular marcante é referente ao aumento de dois semestres letivos, completando-se em oito semestres a Licenciatura Plena em Educação Física na UFMG” (Parecer 100/76, p.1). Comparando ao currículo que estava vigente, a alteração significaria¹¹⁹, conforme o Quadro 7 abaixo:

Quadro 7 – Comparação da carga horária dos dois currículos

	Currículo padrão em vigor		Proposta atual	
	C.H.	Créditos	C.H.	Créditos
Licenciatura Masculina	1965	133	2745	138
Licenciatura Feminina	1920	129	2745	138

Fonte: Parecer 100/76

Analisando as mudanças propostas na carga horária e nos créditos percebemos um aumento de 780 horas e 5 créditos no currículo masculino, e 825 horas e 9 créditos no currículo feminino. Apesar da uniformidade de cargas horárias, o currículo permanecia dividido entre os dois gêneros. Várias disciplinas possuíam a mesma rubrica e programa para ambos. Desta forma, foi criticada no parecer 100/76 a pertinência dessa divisão curricular

Parece-nos que, se não há distinção quanto à habilitação, como também não há no próprio vestibular, seria conveniente que a discriminação fosse mínima, que o padrão fosse basicamente único variando somente com relação ao que será específico quanto ao sexo; segundo determinação do currículo mínimo e legislação em vigor.¹²⁰

A distinção por sexo entre os currículos parece ter causado incômodo durante a análise da proposta curricular. Em um parecer de quatro páginas, o assunto é mencionado duas vezes. Na segunda ocorrência é indicado que “seria válido um reestudo do problema sobre o ponto de vista de áreas de habilitação masculina e feminina” (Parecer 100/76, p.4). Isso porque, apesar de distintas em grande parte do curso, “permanece uma habilitação única e um vestibular comum quanto às vagas” (Parecer 100/76, p.4). No novo currículo, a maioria das

¹¹⁹ UFMG/PROGRAD – Setor da Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação. Acervo do Conselho de Graduação da UFMG (1969-1978) – Parecer 100/76. 11 de novembro de 1976 – Em processo de organização documental.

¹²⁰ Idem.

disciplinas esportivas e ginásticas comuns a homens e mulheres, apresentava a mesma rubrica e ementas diferentes. Quanto a esta questão, foi sugerido neste parecer que fosse feita uma distinção das disciplinas consideradas específicas e que apresentavam mesma denominação. Por exemplo: Introdução à Ginástica, comum aos dois currículos mas com programas diferentes, deveriam ser nomeadas – Introdução à Ginástica feminina e Introdução à Ginástica masculina. De acordo com o parecer, o Colegiado da EEF já teria sido consultado e aceitado esta sugestão.

Essa divisão entre o feminino e masculino, que a Educação Física sempre justificou pelo fator biológico, guarda relação com um apelo moral presente no campo. As relações de gênero presentes na prática de ensino de Educação Física em Belo Horizonte entre 1897 e 1994, foram o objeto central de análise de Eustáquia Salvadora de Souza (1994) em seu doutoramento. Seu estudo trouxe importantes apontamentos sobre a história da Educação Física em Minas Gerais bem como da EEF-MG e nos ajuda a compreender a permanência, ainda na década de 1970, da divisão de homens e mulheres durante a formação e a prática pedagógica na Educação Física. Segundo Sousa (1994, p.144), essa separação das atividades docentes entre professores e professoras não é fundamentada nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas sim “em questões culturais relacionadas à construção dos gêneros (masculino e feminino) em nossa sociedade”. Nesse sentido, com a inclusão dos termos feminino e masculino nos nomes das disciplinas no novo currículo, seria dada continuidade à essa divisão que sempre permeou as práticas da Educação Física.

Ainda no que se refere ao curso desse processo, para a nova avaliação do currículo da EEF, os conselheiros contaram com o parecer 100/76, o currículo vigente, além do currículo proposto e suas justificativas gerais. Após discussão deste conjunto de documentos, cujo teor não há menção em ata, o parecer foi aprovado com a seguinte conclusão

Considerando que a proposta de reforma do currículo de licenciatura plena do curso de Educação Física segue a Orientação Básica do Currículo Mínimo em vigor, (resolução 69/69 do CPE) orientada pelas resoluções da CEP e recomendações do Conselho de Graduação referentes à Estruturação Curricular; considerando que, pelo exposto,

parece-nos, propiciará uma melhor formação profissional ao Estudante; considerando ainda sua viabilidade imediata, somos pela aprovação, com as correções sugeridas. Ficou claro que o número de vagas para o curso, independentemente de ser masculino ou feminino, permanece inalterado e igual a 100 (cem) vagas. (Parecer 100/76. Conselho de Graduação, p.4)

Este parecer aprovado teve dois votos contrários. O primeiro deles foi o da professora Letícia Malard¹²¹, da Faculdade de Letras e o segundo o do estudante de psicologia, Túlio Lincoln de Lamounier Barbosa. Em sua declaração de voto a professora Letícia afirmou:

Voto contra a reformulação proposta porque ela apenas reflete a orientação do Plano Nacional de Educação Física, principalmente pela criação de disciplinas ligadas a Jogos Olímpicos refletindo o currículo, não uma preocupação com a formação do professor de Educação Física, mas sim com a obtenção de medalhas olímpicas[...].¹²²

O Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED) ao qual Letícia se refere, foi elaborado pelo Ministério de Educação e Cultura em 1975, em conformidade à Lei nº 6.251/75¹²³ e a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com o intuito de regulamentar a “organização desportiva no país”, (BRASIL, 1975, p.7). Esta política, que tinha o aprimoramento das representações esportivas nacionais como um dos objetivos centrais, foi mencionada duas vezes nas Justificativas Gerais da proposta de reformulação curricular, as quais os conselheiros tiveram acesso para balizarem seus votos. O PNED, mobilizado nas justificativas pelo argumento de que o conteúdo e a didática curriculares deveriam adequar-se aos propósitos das “elevadas metas da política governamental”. A crítica que a professora Letícia Malard faz à proximidade entre o currículo proposto e o PNED, indicia seu incômodo com uma política de governo na qual os investimentos estiveram voltados especificamente para as questões esportivas e olímpicas. Se o Plano não tinha a formação de professores como uma preocupação central, o currículo que estava alinhado a esta política também não teria.

¹²¹ Em 1976 Letícia Malard era professora de Literatura Brasileira na UFMG, escritora e crítica literária. Escrevia sobre a censura na literatura no período ditatorial.

¹²² UFMG/PROGRAD – Setor da Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação. Acervo do Conselho de Graduação da UFMG (1969-1978) – Ata da reunião do Conselho de Graduação da UFMG em 16 de novembro de 1976. – Em processo de organização documental.

¹²³ BRASIL – Lei nº 6.251 de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.

O PNED objetivava produzir políticas de conscientização da população para a prática de esportes, a fim de desenvolver uma mentalidade esportiva. Nessa direção seria reforçada a condição técnica que traria excelência para a prática, e por decorrência reforçando o “esporte de elite”, o alto nível esportivo. Neste sentido, a esportivização da Educação Física se alinhava a uma política do governo militar, mais preocupada com a formação técnica do que a formação pedagógica dos professores. Desta maneira, a escolha da EEF de alinhar-se explicitamente ao PNED pode ser relacionada ao lugar de poder que o Esporte, a Educação Física e as políticas para essa área tomavam naquele momento. Afirmar tal alinhamento seria uma forma de reafirmar esse lugar, e mostrar que a Escola estava em consonância com a ideia da esportivização, da formação de atletas e da busca por visibilidade internacional por meio de conquistas olímpicas. E é esse modelo esportivista da ditadura que a professora Letícia questiona.

Nesta mesma direção, os estudos de Taborda de Oliveira (2002) também apontam a redução da atuação pedagógica da Educação Física à prática de algumas modalidades esportivas neste período. Tal redução empobrecia a formação de professores e as práticas escolares de Educação Física, que “passaram a ter como fundamento primeiro a técnica esportiva, o gesto técnico, a repetição”, reduzindo-se desta forma “as possibilidades corporais a algumas poucas técnicas estereotipadas” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2002, p 53).

O outro voto contrário à aprovação do currículo proposto pela EEF foi do estudante Túlio que, em sua declaração de voto pontuou

As justificativas gerais para a mudança de currículo da Escola de Educação Física não me parecem válidas. A nosso ver, uma coisa é colocar o esporte como uma extensão do nível cultural e social de um povo, tendo as necessidades básicas de saúde, alimentação e vestuário atendidas; a outra é partir do esporte como pressuposte[*sic*] de uma mentalidade olímpica de traduzir em medalhas o investimento na educação física. Nesse particular cabe o exame da atuação brasileira na Olimpíada de Montreal¹²⁴. Nesse sentido é que ficamos, a nível filosófico, na discussão dos princípios que orientam a mudança, e votamos

¹²⁴ Nas Olimpíadas de Montreal em 1976, o desempenho da delegação Brasileira repetiu o das Olimpíadas de Munique, com a conquista de somente 2 medalhas de bronze. O Brasil terminou a competição na 36ª posição, á frente de apenas da Áustria, Bermudas, Paquistão, Porto Rico e Tailândia.

contra a modificação proposta, nos termos de sua justificativa geral, através dessa declaração de voto.”¹²⁵

O posicionamento de Túlio reforça e amplia os argumentos da professora Letícia Malard. O estudante considerou haver uma contradição nos princípios que orientavam a mudança curricular. Uma coisa seria tomar o esporte como uma dimensão da vida de um povo e outra seria investir no esporte na perspectiva de seleção e exclusão próprias do alto nível esportivo. Ao mencionar o desempenho brasileiro nas Olimpíadas de Montreal, Túlio aponta a contradição existente: Sem melhores condições de vida, que poderiam incluir o esporte, não faz sentido ir em busca de medalhas olímpicas e utilizar tal justificativa para o investimento em Educação Física.

Merece destaque a coerência dos argumentos e o posicionamento contrário de um representante discente, num momento em que o regime militar monitorava estudantes. Neste período, as lideranças estudantis eram consideradas uma ameaça à ditadura e deveriam, portanto, ser controladas (MOTTA, 2014). Como participante do movimento estudantil, junto ao Conselho Universitário da UFMG, Túlio e outros líderes estudantis foram monitorados pela Coordenação Geral de Segurança (COSEG) e pela Polícia Militar de Minas Gerais, conforme consta no documento intitulado “Ordem de Operações da Secretaria de Estado de Segurança Pública” de 13 de maio de 1976. As atividades e reuniões dos estudantes deveriam ser acompanhadas, de forma velada e ininterrupta por “agentes à paisana e viaturas descaracterizadas” (Ordem de Operações de Informações nº 002/76 - COSEG)¹²⁶. O objetivo era colher dados que permitissem o desencadeamento de Operações Repressivas de Defesa Interna no momento oportuno”. No documento, os líderes estudantis foram considerados “elementos subversivos” que “sob a bandeira da defesa dos Direitos Humanos e a luz da contestação ao atual Regime vem tentando agitar a vida nacional, visando o comprometimento e o enfraquecimento do Governo Federal” (Ordem de Operações de Informações nº 002/76 - COSEG).

¹²⁵ UFMG/PROGRAD – Setor da Secretaria Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação. Acervo do Conselho de Graduação da UFMG (1969-1978) – Ata da reunião do Conselho de Graduação da UFMG em 16 de novembro de 1976. – Em processo de organização documental.

¹²⁶ Acervo Arquivo Público Mineiro. Pasta 0317B459. Rolo 20 A. Ordem de Operações de Informações nº 002/76 - COSEG, de 13 de maio de 1976.

A crítica feita por Túlio naquele momento, era um argumento de potência contestatória ao regime. O posicionamento do estudante dentro de um contexto universitário em que os estudantes sofriam intensa perseguição política, não foi um ato simples por três motivos. Primeiro, quem estava do outro lado era a Escola de Educação Física, congregando militares alinhados com a ditadura. Segundo, ele estava criticando uma das políticas de grande importância para o governo naquele momento, que eram as políticas relacionadas à Educação Física e ao esporte e, terceiro, ele estava criticando a argumentação cerne dessa política, que refere-se à esportivização, ao talento esportivo, à medalha olímpica, ao investimento pesado em esporte, e ainda com uma argumentação que enlaça elementos sociais e culturais num momento que isso não era discutido. Por isso essa fala pode ser considerada uma ação de resistência ao regime ditatorial.

Todavia, mesmo com os dois votos contrários, o currículo foi aprovado por decisão da maioria dos membros do Conselho de Graduação. De forma ampla, Letícia Malard e Túlio Lincoln adotaram um posicionamento de resistência, mesmo percebendo que o Conselho escolheria uma posição conciliatória e aprovaria a proposta curricular da EEF. Isto nos mostra a complexidade do contexto que era vivido no momento. Esse jogo de acomodação permeou todo o processo de reformulação curricular, da primeira proposta em 1974, que não logrou êxito até a aprovação da segunda proposição em 1976. Se, num primeiro momento, houve posicionamentos de contestação por parte da EEF e da Reitoria, as negociações parecem ter se tornado inevitáveis para ambos os lados.

De modo geral a UFMG fazia uma frente de resistência à ditadura, mas, na busca pela manutenção da autonomia durante o regime, precisou adotar ações de acomodação (SILVA, 2017). Ao mesmo tempo, o Cel. Ellos Pires, diretor da EEF, que era claramente adepto ao regime, precisou agir de forma conciliatória, e ceder em seus posicionamentos, objetivando a almejada aprovação da reforma curricular.

Incorporada à UFMG por um decreto militar, a EEF realizou muitas ações para se enquadrar às normas e políticas da Universidade. Desta forma, durante um processo repleto de contradições e ambiguidades, foi necessário um rearranjo político. Na tentativa de se chegar a um ponto comum, cada lado

precisou ceder, mesmo que não abrissem mão de seus posicionamentos políticos.

No próximo capítulo serão discutidas as relações do currículo aprovado, que já anunciava seu caráter esportivista, e seu alinhamento às Políticas do governo militar para a Educação Física, com o rearranjo do campo naquele momento e suas as implicações para a formação de professores.

CAPÍTULO 3 - “UM CURRÍCULO AMPLO E MEDITADO, PROFUNDO E OBJETIVO”: O QUE ANUNCIAVA O NOVO CURRÍCULO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFMG?

Após a apreciação de todo o processo de reformulação curricular pelo qual passou a Escola de Educação Física da UFMG, entre os anos de 1974 e 1976, este capítulo tem por objetivo analisar o currículo aprovado, que passou a vigorar em 1977. O conjunto de documentos aprovados pelo Conselho de Graduação foi publicado no formato de um livro. Diante de tal fato, a análise foi desenvolvida em dois movimentos: no primeiro, priorizamos a materialidade da publicação, a disposição textual dada aos documentos, buscando identificar suas ênfases. Em um segundo movimento foram estabelecidas conexões entre o currículo e alguns elementos de contexto: a Política Nacional, a Esportivização da Educação Física, a busca de cientificidade no campo, e as relações de gênero.

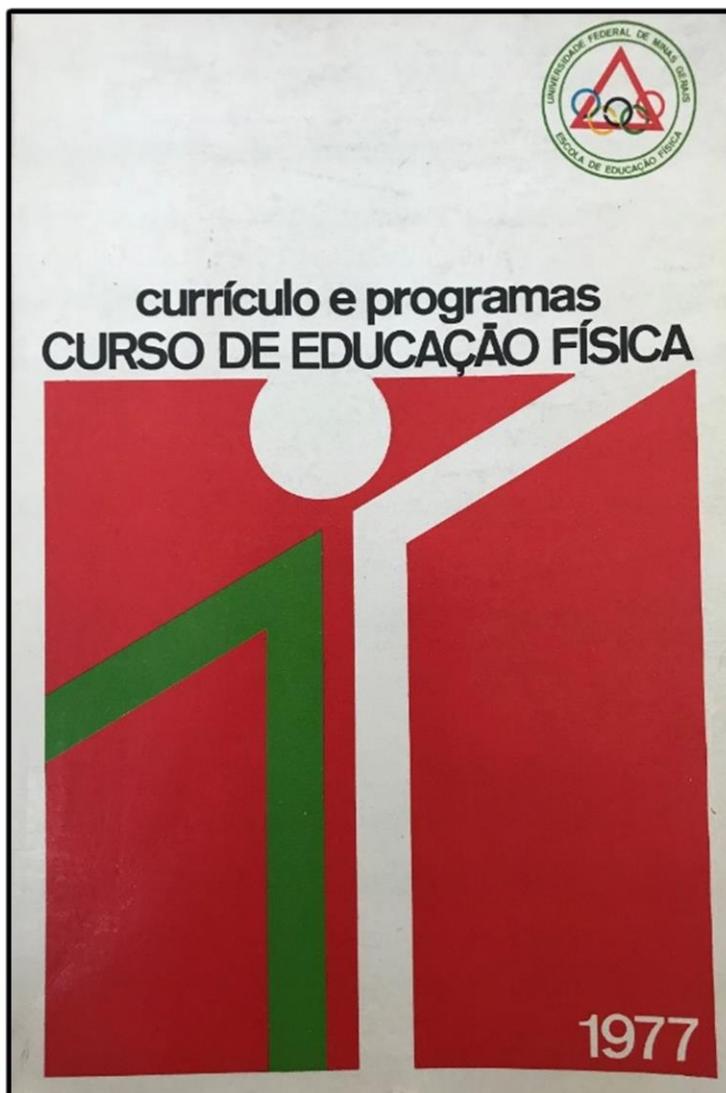
3.1 Feito para durar – O Currículo em forma de livro

Ao final de um processo de três anos de construção, o novo currículo da Escola de Educação Física da UFMG, aprovado em 1976, passou a vigorar no ano seguinte. Apresentado ao Conselho de Graduação como um documento de aproximadamente 290 páginas, após sua aprovação foi editado em forma de livro e intitulado *Currículos e Programas: Curso de Educação Física, 1977*. A obra foi publicada em um ano de dupla comemoração: o cinquentenário da UFMG e os 25 anos da Escola de Educação Física. Ao publicizar um conjunto de prescrições e normativas e uma seleção de saberes em formato de livro, dando-lhe um tratamento editorial, elementos gráficos de destaque, etc., seria possível supor uma intencionalidade duradoura para esse currículo. Nesse sentido, sua vigência permaneceu até o ano de 1991 (SOUSA, 1994, p.179), quando o currículo da Escola foi novamente modificado em função de duas normativas do Conselho Federal de Educação publicadas em 1987 – o Parecer 215/87 que dispôs sobre a reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo, e a Resolução 03/87, que fixou os mínimos de conteúdo e duração a serem

observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena).

Com uma encadernação tipo brochura, a publicação traz em sua capa a logomarca da Escola, que continha os nomes da EEF e da UFMG, além de um símbolo composto por um triângulo vermelho – que representaria o Estado de Minas Gerais – e os anéis olímpicos. Os dizeres “currículo e programas” estão em letras minúsculas e “CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA” todo em letras maiúsculas, como é possível observar na Figura 2 abaixo. Pode-se perceber que foram utilizadas na capa as cores vermelho, verde, preto e branco. Além da capa, no interior do livro estão presentes gráficos coloridos, diferente daqueles, em preto e branco, encaminhados ao Conselho de Graduação.

Figura 2 – Capa do livro Currículos e Programas: Curso de Educação Física. 1977



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1977.

Outra questão a ser pontuada refere-se às distintas formatações observadas na publicação. Há diferentes tipos e tamanhos de letra e formas de apresentação dos programas, com modos desiguais de listar e enumerar o conteúdo programático. Nota-se a existência de formatações semelhantes nos programas das disciplinas de uma mesma unidade, como a Faculdade de Educação, por exemplo. Desta forma, temos um indício de que cada das unidades acadêmicas (EEF, ICB e FaE) possa ter formatado e organizado as informações de suas respectivas disciplinas sem dialogarem entre si.

A obra contém, à exceção das Justificativas Gerais e Específicas, todos os documentos que compunham o referido Dossiê. Além disso, há uma “Apresentação”, um “Histórico”, um organograma dos setores da Escola e um “Índice” remissivo”. A partir do “Índice” é possível perceber a forma como o currículo foi organizado e subdividido. Nesse caso, ao apresentar as segmentações do “Currículo”, foi enfatizada uma separação entre as Áreas Masculina e Feminina, indicando, segundo o próprio documento, a existência de dois cursos, denominados respectivamente de “Curso: Educação Física-Masculino” e “Curso: Educação Física - Feminino”. Ainda no “Índice”, é possível observar um detalhamento dos elementos que compunham cada um dos dois cursos. São listados os mesmos documentos para ambos e é este conjunto que recebe a denominação de “Currículo”. Essa divisão entre os gêneros, como já mencionada, foi criticada no parecer de deferimento deste currículo. A crítica do Conselho de Graduação não só foi desconsiderada, como, no próprio livro, também foi apresentada uma clara afirmação da existência de dois cursos. Nesse sentido, a divisão do currículo por gênero acabou ganhando uma conotação de “Área”, demarcando, assim, o reconhecimento de uma distinção entre o processo formativo de homens e mulheres.

Ainda com relação à segmentação do currículo proposta no “Índice”, é exibido o “Ementário” e os “Objetivos Gerais das Disciplinas do Currículo Pleno (masc. e fem.)”, seguido dos “Programas” das disciplinas, apresentadas por unidade acadêmica (ICB; EEF - divididas em Departamento de Educação Física e Departamento de Esportes, e FaE). Do ponto de vista da disposição do conteúdo no decorrer da elaboração curricular, a EEF e o ICB fazem uma divisão semelhante, posicionando os elementos – ementas, objetivos e programas – separadamente. A FaE, por sua vez, adotou uma outra abordagem, unificando

os objetivos ao conteúdo programático. Tal apreciação dá indícios do entendimento que a Faculdade de Educação teria sobre o programa de uma disciplina, de que se tratava de algo conectado e não seccionado.

Merece destaque, ainda, a “Apresentação” contida na página inicial do livro. Escrita pelo diretor Prof. Ellos Pires de Carvalho, o texto em questão denota algumas possíveis representações sobre educação, Educação Física e currículo, fundamentalmente marcadas pela retórica vigente naquele período histórico. Na ocasião, o diretor destaca que a Educação Física se configurou durante muitos anos na área estudantil, como uma “prática” de exercícios e que naquele momento, passou a integrar, “como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino” (Art. 2º do Dec. 69.450, de 1º/11/71)¹²⁷. Vale ressaltar que o diretor faz menção direta à citada lei que instituiu a prática da EF em todos os níveis da educação¹²⁸. A implementação de tal lei requereria da Educação Física um conjunto renovado de ações, como investimento na formação de professores e nos currículos, de forma a alcançar certo grau de legitimidade. Tal demanda foi abordada pelo prof. Ellos Pires ao afirmar que “o campo de trabalho e a responsabilidade didática exigem agora do professor um acultramento muito mais profundo, uma qualificação à altura da complexidade do ser humano, cujo desenvolvimento ideal será sua meta” (Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, 1977, p. 1).

Na sequência da Apresentação, é destacado que a Educação Física seria dogmática ou formativa na infância, e pragmática ou competitiva da juventude em diante, constituindo um meio educacional ou lazer como causa, e desporto de alto nível como efeito. Na bibliografia produzida nesta época, um teórico e autor de vários trabalhos na área de Educação Física e Desportos, Manoel José Gomes Tubino (1975), procurou conceituar as orientações *dogmática* e *pragmática* ao analisar as “Tendências Internacionais da Educação Física”. Neste artigo, o autor descreve que na orientação dogmática havia predominância

¹²⁷ Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências.

¹²⁸ Note-se que anteriormente à lei mencionada pelo diretor Ellos Pires, a Educação Física já possuía outras legislações como a Portaria Ministerial nº161, de 27 de março de 1953, que determinou a obrigatoriedade de frequência em Educação Física, fixando em dois o número mínimo semanal de sessões de exercícios físicos, com duração de cinquenta minutos cada e dados com assistência médica. Esta e outras regulamentações anteriores ao ano de 1971, já buscavam normatizar a educação física brasileira.

do humanismo e objetivava-se “alcançar o homem total”, sendo o desporto parte da Educação Física (TUBINO, 1975, p.9). Já a orientação pragmática era norteada por interesses políticos na “busca de campeões para propaganda internacional”, e a Educação Física era um caminho para o desporto (*opus cit.*, p.11). Ainda sobre a orientação pragmática, o autor parece defender uma predominância do tecnicismo e da racionalização do movimento, objetivando o resultado desportivo. Esta orientação, que, segundo Tubino (1975), se tornou uma tendência mundial, também foi expressa no campo da Educação Física naquele momento e chegou até o currículo apresentado pela EEF, como será abordado detalhadamente mais adiante neste capítulo.

Ainda no texto introdutório, o diretor elogiou o currículo elaborado e afirmou que sua aplicação seria “*fator seguro de formação adequada, e de conseqüente qualificação cultural e técnica do professorado superior*”¹²⁹. Pensando o currículo como um “artefato social” que é “concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos” (GOODSON, 1997, p.17), podemos observar que, na proposição curricular apresentada pela EEF, eram indicados quais os propósitos almejados por sua aplicação: “a conquista dos ideais de saúde, de potencialidade produtiva, de lazer e de projeção desportiva internacional”¹³⁰. Por meio destas finalidades, podemos perceber uma reafirmação do já anunciado alinhamento à Política Nacional de Educação Física e Desportos, uma vez que os propósitos do currículo também são os da Política. Sobre tal Política, Taborda de Oliveira (2009, p. 393) destaca que a pretensão era desenvolver na população uma “mentalidade esportiva” por meio de um discurso voltado para a “saúde (aptidão física) e o bem-estar do trabalhador” além de uma ideia de “vida comunitária” e “harmonia social”. Ao final da “Apresentação” o diretor Ellos Pires oferece o currículo – como se fosse uma produção própria – “a quantos se responsabilizem pela ingente tarefa de implantação, em níveis ideais, da Educação Física no ensino brasileiro”¹³¹, indicando desta forma sua intenção de que este “artefato” fosse tomado como referência em outras escolas de Educação Física no país.

¹²⁹ Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, 1977, p.1. Grifos nossos.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Idem.

Outra questão a ser enfatizada deste livro é a presença de um organograma da Escola, onde foi disposta a organização e vinculação dos diversos setores da unidade. Ressalta-se nesta estrutura a indicação de três departamentos: o de Educação Física, o de Esportes e o Bio-Desportivo. Vale aqui um destaque a respeito deste último. O Departamento Bio-Desportivo não fazia parte da estrutura departamental da Escola e ao longo de todo o livro é apresentado apenas neste organograma. Nesse sentido, a possibilidade de sua criação ocorreria a partir do processo de reformulação dos currículos do curso de Educação Física. A ele foram vinculados quatro laboratórios a serem criados na Escola: o de Esforço Físico, o de Biomecânica, o de Fisioterapia Desportiva, e o de Biometria. A menção à criação deste possível departamento e laboratórios pode ser relacionada à busca por legitimidade por meio de um projeto de cientificidade neste currículo. A busca por esse modelo científico seria calcada, como nos lembra Taborda de Oliveira (2001, p.76), “na verificação, na mensuração, no controle, além do planejamento dos resultados”, elementos que poderiam conferir legitimidade aos laboratórios. Estas relações reforçariam a tendência pragmática que este currículo anunciava.

3.2 As sub-áreas que compõe o currículo

Para além da materialidade do livro, a detalhada forma de distribuição e exposição das disciplinas e conteúdo dentro dele, também merecem ser pontuadas. Ao analisar tais elementos, optei por agrupar as disciplinas em três sub-áreas de conhecimento: a dos conhecimento biofísicos, a dos conteúdos relativos aos esportes e às ginásticas, e a dos conhecimentos pedagógicos. Estes três blocos de disciplinas foram construídos objetivando a análise a ser realizada neste estudo, com base na observação de características comuns entre elas. Os conhecimentos *biofísicos* englobavam as disciplinas do ICB e as demais do Departamento de Educação Física em que a perspectiva do corpo e do movimento eram relacionadas aos conteúdos biológicos e da área da saúde. Já os conhecimentos relativos aos esportes e às ginásticas reuniram todas as disciplinas do Departamento de Esportes e algumas do Departamento de Educação Física. Por último, as disciplinas da área de conhecimentos pedagógicos relacionam-se ao modo de ensinar a Educação Física. A análise

seguirá a partir desse agrupamento de disciplinas que, com suas diferentes ênfases, compõem a formação em Educação Física. As mesmas podem ser observadas nos Apêndices A e B.

Do ponto de vista dos conhecimentos biofísicos, as disciplinas visavam propiciar aquele embasamento científico que a Escola buscou implementar ao currículo. Segundo Taborda de Oliveira (2001, p.104) a aproximação à ciência dotaria a Educação Física de legitimidade e reconhecimento social, “a partir da racionalização das suas práticas, que passariam a ter mais sentido na direta proporção do seu atrelamento aos cânones científicos”. Vale aqui pontuar que esta concepção científica sobre a qual o autor se refere, desponta naquele contexto em contrapartida a uma concepção apresentada pelo campo em décadas anteriores. Estudos recentes na historiografia da Educação Física (LINHALES, 2019; LIMA, 2012; SANTOS, 2017; CUNHA, 2018) têm evidenciado uma espécie de deslocamento científico e pedagógico sofrido pela área, na passagem dos anos 1960 para a década de 1970. De acordo com a argumentação apresentada nestes estudos, a Educação Física brasileira das décadas de 1940, 1950 e 1960 passaria de um modelo orientado por uma atuação pedagógica de caráter mais humanista, que priorizava a ideia de que a formação dos sujeitos constituía um todo bio-psico-social, para uma modelagem mais cientificista da década de 1970, ligada ao esporte e a dimensão de rendimento, desempenho, treinamento e eficiência corporal. Assim, sobre o ponto de vista do currículo, podemos observar uma associação das ementas, objetivos e programas destas disciplinas ao discurso científico, baseado na especialização, mensuração, verificação, avaliação, controle e prova, por meio de expressões presentes no livro “Currículos e Programas”:

[...] fornecer informações que constituem base científica (Ementa da disciplina Anatomia Humana Básica, p.76)

Adquirir uma base científica necessária aos estudos ulteriores das disciplinas do currículo biológico e demais disciplinas do currículo profissional.” (Objetivos da disciplina Biologia, p.86)

[...] controle do treinamento desportivo [...] (Ementa da disciplina Biometria, p.76)

[...] demonstrar as relações entre o fato físico e os fenômenos cinético-biológicos. (Ementa da disciplina Fundamentos Biofísicos da Cinesiologia, p.76)

[...] processos de aperfeiçoamento do desempenho esportivo. (Ementa da disciplina Cinesiologia Aplicada à Educação Física, p.76)

[...] analisar e avaliar as habilidades motoras individuais. (Ementa da disciplina Fisiologia do Esforço I, p.76)

[...] aplicar os fundamentos biológicos do exercício físico no treinamento desportivo[...] (Ementa da disciplina Fisiologia do Esforço II, p.77).

Aplicar os conhecimentos adquiridos nesta disciplina à atividade física educativa, visando um melhor rendimento na prática esportiva [...] (Objetivos da disciplina Fisiologia do Esforço II, p. 87)

Das onze disciplinas que compõem o grupo relativo aos conhecimentos biofísicos, três eram ministradas pelo ICB e 8 pela EEF. Estas disciplinas tiveram um aumento significativo de aproximadamente 48% das cargas horárias, passando de 405 para 600 horas, conforme o Quadro 8. Vale lembrar que, durante o processo de reformulação curricular, a EEF recusou a ampliação do número de disciplinas no Instituto, mas não recusou a ampliação geral das cargas horárias desse conjunto de disciplinas, estando a maioria delas sobre domínio da Escola. Desta maneira, é notório o reconhecimento da necessidade da apropriação dos saberes do campo biofísico para a constituição do campo científico. Entretanto, amparado por um jogo de disputas, não era interessante para a EEF que esse poder fosse delegado ao ICB. Esta luta por poder na estruturação curricular é inerente à construção deste currículo, que foi permeada por acordos, transações, negociações, imposições e interesses, conforme contribuições das análises feitas por Goodson (1995).

Quadro 8 – Aumento de cargas horárias das disciplinas relativas aos conhecimentos Biofísicos nos currículos Feminino e Masculino

Disciplina	CH currículo até 1976	CH Currículo 1977
Anatomia Humana Básica	45	90
Biologia	75	75
Fisiologia B	45	45
Biometria	30	45
Fundamentos Biofísicos da Cinesiologia	15	45
Cinesiologia Aplicada à Educação Física	30	45
Fisiologia do Esforço I	30	45
Fisiologia do Esforço II	45	45
Fisioterapia aplicada à Educação Física	30	45
Higiene aplicada à Educação Física	30	45
Socorros Urgentes	30	45
TOTAL	405	600

Fonte: informações contidas em UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Curso de Educação Física: Currículo e programas, 1977* e compiladas pela autora.

Desta forma, foi necessária uma conciliação que culminou no aumento da carga das disciplinas de fundamentos, a cargo do ICB, mas também ocorreu um considerável aumento nas disciplinas que, do ponto de vista dos saberes biofísicos, continuavam sobre controle da EEF e muito vinculadas ao esporte. Nessa perspectiva foi anunciada a criação do Departamento Bio-Desportivo, estando a ele vinculados 4 laboratórios, explicitando a busca pelo caráter científicista no currículo. Vale aqui pontuar que, embora o referido departamento ocupe um lugar na organização institucional da Escola, descrita no documento resultante da reforma, não há registros de sua efetiva criação. Entretanto, no ano de aprovação do novo currículo, a instituição já contava com o funcionamento de primeiro laboratório de pesquisa: o de Fisiologia do Esforço (LAFISE). Embora tenha sido criado em 1974, o LAFISE começou seus trabalhos de forma mais sistemática apenas em 1976, com a chegada do médico Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues, que ficou responsável pelo laboratório (VIMIEIRO-GOMES; VIANA; RODRIGUES, 2007). O referido médico era professor auxiliar de ensino em Clínica Médica na Faculdade de Medicina da UFMG, o que possibilitou a realização de atividades de pesquisa com ênfase na medicina esportiva, área de

conhecimento de destaque na EF do período (VIMIEIRO-GOMES; VIANA; RODRIGUES, 2007).

Observamos, também, que mesmo as disciplinas ministradas pelo ICB mantinham uma relação de similaridade com o escopo teórico-metodológico da EEF. Um exemplo desta relação se expressa em um dos objetivos da disciplina Fisiologia B: “Compreender fenômenos descritos por outras disciplinas do currículo profissional, especialmente da Cinesiologia e Fisiologia do Esforço I e II” (Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, 1977, p.86).

Do ponto de vista das disciplinas relacionadas aos esportes e às ginásticas, a área de maior expansão de carga horária e abarcou 81,94% do total de horas aumentadas nos currículos. Apesar de tamanha ampliação, a carga horária de algumas disciplinas foi reduzida. Este foi o caso das Ginásticas, disciplinas de formação, e métodos. Tal diminuição da carga horária pode ser interpretada como uma quebra de uma tradição, uma vez que tais disciplinas compunham o alicerce da formação de professores em Educação Física até aquele momento. Ao mesmo tempo, é possível percebermos uma predominância do conteúdo esportivo anunciada no novo currículo. Tal questão guarda estreita relação com um cenário esportivo mundial em franca expansão.

Por fim, são apresentadas na formulação curricular as disciplinas relativas aos conhecimentos pedagógicos. Trata-se de cinco disciplinas, todas sob a responsabilidade da Faculdade de Educação. Estas não sofreram alteração de carga horária, porém houve uma redução de seu número, de nove para cinco, devido ao agrupamento entre algumas delas. No que se refere ao conteúdo programático, aos temas a serem abordados e objetivos apresentados em cada ementário, vale ressaltar a marcada presença de uma matriz pedagógica. Observando alguns estudos históricos relacionados ao campo da didática, pode-se confirmar uma predominância da didática tecnicista naquele contexto, o que se refletiu nas disciplinas ministradas pela Faculdade de Educação apresentadas no novo currículo do curso de EF. Essa vertente pedagógica se tornou uma tendência na década de 1970 e privilegiava a tecnologia educacional que era caracterizada, como afirma Tubino (1980, p. 18) como uma,

ciência aplicada que partindo de leis científicas e de princípios gerais, estabelece umas leis ou normas e utiliza instrumentos

que permitem ao docente manejar variáveis independentes com a finalidade e de obter dos discentes aquelas respostas que constituem os objetivos propostos.

Nesta mesma direção, as disciplinas ministradas pela FaE mantinham o modelo de formação em que ensinar é um conhecimento técnico, tendo por objetivo fornecer ferramentas para os professores em formação, sendo que o conteúdo desse ensino era da EEF. Um exemplo da lógica tecnicista presente nestas disciplinas pode ser observado no programa de “Prática de Ensino de Educação Física”. Os procedimentos de ensino, listados no tópico “Metodologia da Educação Física” eram: Estudo Dirigido, Instrução Programada e Trabalho de Grupo. A *Instrução Programada* foi conceituada por Tubino (1980, p. 18) como,

uma tecnologia ou parte da tecnologia educacional que partindo de princípios gerais (tomados da didática geral) e de leis científicas (tomadas da teoria da aprendizagem, da cibernética, da lógica moderna) expõe as normas ou técnicas que orientam a construção de programas didáticos.

Assim, por meio de escolhas curriculares que expressavam diferentes questões relacionadas não só à constituição do campo da EF, mas também aos jogos relacionais da Escola com as demais unidades acadêmicas e com a própria UFMG, um determinado currículo foi desenhado. Tal currículo priorizava saberes e práticas científicas e pedagógicas que correspondiam a uma demanda externa aos seus propósitos de formação docente. Tal demanda respondia a uma articulação muito mais complexa - que estava ocorrendo tanto no campo da educação quanto da própria EF – atrelada a jogos políticos em âmbito mundial e brasileiro.

3.3 As estreitas relações do currículo: a Política Nacional de Educação Física e Desportos, a esportivização e a cientificidade

Nas duas últimas décadas o campo da história da EF tem apresentado relevantes investigações cujo recorte temporal se situa nos anos da ditadura militar brasileira (entre as décadas de 1960 e 1980). Embora tais estudos apresentem objetos de pesquisa de naturezas distintas, é possível percebermos a abordagem, em maior ou menor grau de verticalização de análise, de temas como as políticas de EF e esporte do período, a formação de professores, o

processo de esportivização e cientificização do campo, os convênios internacionais, dentre outras questões (PINTO, 2003; TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; SILVA, GUSTAVO, 2013; SANTOS, 2017; BAPTISTA, 2015, entre outros). Entre eles nos apoiaremos mais nos argumentos apresentados por Fernanda Santos (2017) em sua dissertação de mestrado. Ao estudar o Convênio de Assistência Técnico-científico estabelecido entre o Brasil e a República Federal da Alemanha entre os anos de 1960 e 1980, a pesquisadora privilegiou como lugar de análise a EEF da UFMG. Ao estabelecer tal recorte, Santos (2017) apresenta um caminho que considera e evidencia os diferentes jogos relacionais presentes na Instituição naquele contexto e, assim, o lugar dos sujeitos, suas práticas, discursos, intenções, elaborações, resistências, etc. Desta maneira, tal estudo corrobora com a análise neste trabalho, uma vez que compartilha do mesmo espaço, tempo e conjuntura.

3.3.1 O currículo e a Política Nacional de Educação Física e Desportos

As ações e projetos propostos pelo Departamento de Educação Física e Desportos do MEC ao longo da década de 1970 caminharam em diferentes direções. É possível observarmos uma profusão de normas, planos, diretrizes e projetos de Estado que buscavam, em movimentos distintos, a centralização administrativa, o direcionamento na gestão dos recursos aplicados, a constituição de uma “mentalidade” e de uma cultura de prática da educação física e dos esportes junto a população, a visibilidade do país no cenário esportivo mundial, a busca por legitimidade científica e pedagógica do campo, entre outras questões. Como ponto de partida para a sistematização destas variadas frentes de investimento estava a constituição do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil. Trata-se de um documento oficial do governo federal, produzido em 1969, a partir de um amplo estudo de caráter quantitativo sobre a condição da Educação Física e do esporte em território nacional. Tal documento foi elaborado por um grupo de estudos formado por especialistas da área e objetivava fundamentalmente apresentar uma análise sobre os problemas e as condições enfrentadas pelo setor para que, então, medidas de melhoramento pudessem ser tomadas.

É relevante notar que tal movimento ocorreu de maneira articulada com um cenário mundial consonante com tais investimentos sobre as práticas esportivas e a Educação Física. Como argumentam Marques, Gutierrez e Almeida (2008), o contexto da Guerra Fria e as intensas disputas por hegemonia política transformaram o Esporte e as questões a ele relacionadas, em uma potente ferramenta de Estado, tornando-se em uma forma de manifestar superioridade frente a outros povos. Quando não praticado, o Esporte era amplamente consumido. Ainda segundo os autores, havia um movimento pelo

fortalecimento da perspectiva espetacular do esporte, pois para que seu uso político fosse eficiente, era necessário divulgá-lo, fazer desse fenômeno uma manifestação cultural importante, que gerasse interesse e que unificasse formas de comunicação entre todo o mundo (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008, p.3).

Assim, o DED/MEC, por meio de seus gestores e com amplo respaldo do governo militar, empreendeu notórios esforços sobre as políticas públicas de Educação Física e Esportes no Brasil. A criação de um Plano de Educação Física e Desportos (PED) em 1971, cujos objetivos eram “os mesmos do CND e do DED: elevação, no país, do nível da Educação Física integral, do Desporto, em todas as suas áreas e da Recreação ativa e passiva” (BRASIL, 1971, p. 14), caracterizou-se como uma das medidas de maior destaque do Departamento. Ao apresentar algumas diretrizes para a Educação Física, os fundamentos apresentados em seu texto serviram de baliza para outros tantos investimentos na área. No caso do currículo implementado na EEF da UFMG no ano de 1977, é possível percebermos uma relação clara com esses dispositivos legais, a partir da disciplina “Organização e Administração da Educação Física”. Tal disciplina objetivava capacitar o aluno para conhecer a “Estrutura e competência administrativa dos órgãos de ensino e prática da Educação Física”, a “Legislação”, o “Currículo de Educação Física no ensino de 1º e 2º graus” e as “Competições” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Educação Física, 1977, p. 255-256). Em seu conteúdo programático foram abordados temas como o MEC, o DED, o Conselho Nacional de Desportos, o Comitê Olímpico Brasileiro, a Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo, bem como a legislação que normalizava os setores ligados ao ensino e à aplicação da Educação Física. Nesse sentido, a bibliografia utilizada na

disciplina era em sua maioria, produções oficiais do governo federal, tais como o Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil de 1971, o Estatuto do DED, e as leis e decretos.

O Plano em questão foi subdividido em três grandes programas que desenvolviam projetos distintos e com certa autonomia. O primeiro deles, denominado Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos, objetivava realizar projetos de integração das Escolas de Educação Física às Universidades, o aperfeiçoamento dos professores da área nos diversos níveis de ensino e dos técnicos desportivos, além de fomentar a pesquisa do campo e implementar Centros Regionais de Pós-graduação. O segundo chamava-se Programa de Assistência Técnica e Financeira a Projetos de Educação Física, e apresentava propostas para a melhoria do equipamento desportivo no território nacional, ocupava-se da aquisição de material desportivo (Nacional e Estrangeiro), bem como da assistência técnica e financeira a entidades desportivas amadoras e profissionais, além de promover as competições desportivas Estudantis (Nacionais e Internacionais), entre outros projetos. E, por fim, o terceiro programa, Intercâmbio Difusão Cultural Desportiva, objetivava a realização de congressos, simpósios, jornadas estudantis, estágios técnicos, cursos de aperfeiçoamento e promoção de intercâmbios desportivos. Além disso, teve como destaque dentre suas ações a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED), que se constituiu como o principal plano de disseminação esportiva junto à população.

A Campanha, que objetivava promover uma modificação comportamental significativa, levando a população nacional “à prática costumeira de atividades físicas em todas as suas manifestações” (LEMOS, 1985, p.32), lançou mão de diferentes dispositivos de divulgação esportiva para os mais variados públicos da sociedade em geral. Merece destaque aqui aqueles direcionados ao processo de formação dos professores como, por exemplo, os Cadernos Didáticos e Técnicos, a Revista Brasileira de Educação Física, os Filmes Técnicos Desportivos, entre outros. Ao serem direcionados ao público das Escolas Superiores de Educação Física, tais materiais apresentavam em seu conteúdo representações desejáveis sobre a docência em Educação Física, a prática de atividades, a produção científica, o saber técnico, dentre outras questões. Nesse sentido, tais materiais permearam a formação de professores na EEF, sendo

apresentados no novo currículo. Assim, é possível encontrar como parte da referência bibliográfica apresentada no ementário das disciplinas que compõe o currículo aprovado, artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Física, bem como alguns Cadernos Didáticos e Técnicos de diferentes modalidades produzidos pelo DED/MEC. Tais referências, de caráter oficial, foram indicadas em diferentes disciplinas do novo currículo, tais como: Higiene Aplicada à Educação Física, Handebol, Métodos e Processos de Treinamento, Judô, Esgrima e Esportes Complementares B. Versando sobre temas diversos – regras oficiais, treinamento, fundamentos, metabolismo, entre outros – pareciam compor o quadro das poucas referências nacionais apresentadas nos programas das disciplinas.

Outro investimento que estava a cargo do mesmo programa que coordenava a CNED, foi aquele relacionado aos intercâmbios técnico-científicos e à qualificação de docentes no exterior. Como argumenta Santos (2017), convênios desta natureza foram firmados especialmente com os Estados Unidos da América (EUA) e a Alemanha, e uma quantidade significativa de docentes das Escolas Superiores de Educação Física foram enviados a esses países para a realização de cursos de mestrado e aperfeiçoamento técnico. Além disso, as Escolas brasileiras também contaram com a participação de especialistas estrangeiros, que aqui ministraram cursos, prestaram consultorias e desenvolveram projetos de diferentes naturezas. No que tange a EEF da UFMG, os intercâmbios realizados tanto com a Alemanha quanto com os EUA se configuraram como importantes projetos na qualificação de seu corpo docente e na constituição dos modos científicos e pedagógicos do curso, que acabaram refletindo na constituição curricular da instituição. Neste currículo, é possível observamos, na seção relativa aos programas das disciplinas, a presença significativa de referências bibliográficas tanto em alemão, quanto em inglês. No caso dos autores alemães, as referências aparecem prioritariamente nas disciplinas ministradas por professores que estiveram no país europeu realizando processos de qualificação docente. É o caso da professora Therezinha Ribeiro da Silva que, no ano de 1974, havia realizado um estágio de aperfeiçoamento técnico em ginástica – disciplina a qual ministrava na

graduação em Educação Física – na *Deutsche Sporthochschule Köln*¹³², na Alemanha (SANTOS, 2017). No caso específico das disciplinas de Ginástica Olímpica (Introdução, Evolução Técnica, e Regulamentação e Competições), ministradas pela referida professora, toda a bibliografia apresentada ao final da progressão didática, presente no currículo, era estrangeira e predominantemente em alemão. Das dezessete obras indicadas, doze são no idioma europeu, escritas por especialistas da EF/esportes da Alemanha naquele contexto, como, Jürgen Dieckert, professor doutor da *Universität Oldenburg*. Dieckert foi um dos docentes que, nas décadas de 1970 e 1980, participou do “Convênio de Assistência Técnica Brasil/Alemanha”, realizando significativas ações em projetos do governo brasileiro, como, por exemplo, o “Esporte para Todos”¹³³. Esta marcada presença de um referencial internacional estende-se por todo o currículo, especialmente nas disciplinas vinculadas ao Departamento de Esportes, conforme pode ser observado do Quadro 9.

Quadro 9 – Relação quantitativa de bibliografia em português e em língua estrangeira das disciplinas do Departamento de Esportes

Disciplinas Departamento de Esportes da EEF-UFMG	Referências em Português	Referências em língua estrangeira (predominantemente alemão, espanhol, inglês, francês)
Atletismo – Corridas e Marchas; Saltos; Lançamentos	04	23
Ginástica Olímpica – Introdução; Evolução Técnica; Regulamentação e Competições	-	27
Natação – Iniciação; Aprimoramento Técnico; Treinamento e Direção	04	13
Basquete – Iniciação; Aprimoramento Técnico; Treinamento e Direção	04	14
Handebol – Iniciação; Aprimoramento Técnico; Treinamento e Direção	02	10
Voleibol – Iniciação; Aprimoramento Técnico; Treinamento e Direção	04	11
Judô – Iniciação; Aprimoramento Técnico; Treinamento e Direção	02	06
Esportes Complementares A e B	09	09
Métodos e Processos de Treinamento	04	58
História, Sociologia e Deontologia	02	07
Organização e Administração da Educação Física	09	-
Esgrima	10	09

¹³² Escola Superior de Esportes de Colônia (Tradução nossa).

¹³³ Sobre o Convênio de Assistência Técnica Brasil/Alemanha ver Santos (2017) e sobre o programa Esporte para Todos. Ver Pazin (2014).

Disciplinas Departamento de Esportes da EEF-UFG	Referências em Português	Referências em língua estrangeira (predominantemente alemão, espanhol, inglês, francês)
Futebol – Iniciação; Aprimoramento Técnico; Treinamento e Direção	-	-

Fonte: informações contidas em UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Curso de Educação Física: Currículo e programas, 1977 e compiladas pela autora.

É relevante destacarmos que a ampla adoção de referenciais estrangeiros na Educação Física brasileira foi uma prática efetivada por diferentes espaços de constituição do campo. Como argumentam Taborda de Oliveira (2001) e Santos (2017), os periódicos da área existentes naquele contexto também recorreram significativamente às referências internacionais. Além de apresentarem uma quantidade volumosa de textos de autores de outros países, traziam artigos de autores brasileiros que apresentavam “formulações francamente ancoradas nos estudos internacionais, até mesmo abusando da referência a autores estrangeiros, numa nítida tentativa de conferir legitimidade aos seus trabalhos” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 118). Pode-se perceber que esta apropriação da literatura internacional caminhava basicamente em dois sentidos. O primeiro guardava relação com o “impulso científico” (SANTOS, 2017) almejado pelo campo. O segundo relacionava-se à pouca produção acadêmica e científica da Educação Física brasileira até aquele momento. Nesse sentido, em geral, o que havia em português eram as publicações oficiais ligadas ao DED/MEC, alguns poucos livros, como o “Sistemas e Métodos” e “História da Educação Física e dos Desportos no Brasil” de Inezil Penna Marinho, e o “Introdução à Didática da Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Jr., além de apostilas, na maior parte das vezes, compiladas e produzidas pelos próprios docentes dos cursos superiores. Como resposta a essa escassez, além da publicação de textos em outros idiomas, a partir dos anos 1970, o campo inicia um processo mais sistemático de tradução de obras internacionais. É o caso, como apresenta Santos (2017), da “Coleção Educação Física” publicada pela editora “Ao Livro Técnico” a partir da segunda metade da década de 1970 e durante os anos de 1980. De acordo com a autora, a coleção teve 38 volumes em seu total e contou, majoritariamente, com publicações traduzidas de autores

alemães e estadunidenses, além de algumas poucas produções de brasileiros¹³⁴. Assim, foi a partir deste contexto de expansão e legitimação do campo, especialmente naquilo que deveria ser reconhecido como conhecimento científico válido, que a Educação Física empenhou esforços em ações de tradução de obras internacionais e na adoção de referenciais estrangeiros como ferramenta de formação de seus docentes e legitimação de seus saberes e práticas pedagógicas.

3.3.2 O currículo e a esportivização

Por meio da análise deste currículo pode-se identificar uma proximidade entre questões ligadas ao campo da Educação Física e questões afeitas ao contexto político vigente. Uma destas ligações refere-se ao processo de esportivização da Educação Física. Embora tal processo tenha tomado uma configuração central nos anos da Ditadura Militar, não é exclusiva deste período, nem era uma novidade na constituição histórica do campo. Os estudos de Meily Linhales (2006), Cássia Lima (2012) e Gabriela Arantes (2013), entre outros, mostram que a Educação Física já vinha incorporando de forma sistemática o esporte como um de seus conteúdos, dentro e fora da escola, bem como na formação de professores. A apropriação do esporte pela educação física ocorreu com diferentes nuances ao longo do século XX.

Em seu estudo de doutoramento, Meily Linhales evidenciou que o encontro entre o esporte e a educação física brasileira já se apresentava em meados de 1920. Ao longo do século XX, o esporte expandiu-se “como prática e como prescrição corporal”, alcançando grande visibilidade (LINHALES, 2006, p.24). Detendo-se mais especificamente sobre o cenário da Educação Física em Minas Gerais, os estudos de Lima (2012) e Arantes (2013) revelam que nas décadas de 1950 e 1960 o esporte configurava-se como meio para se alcançar determinados objetivos. Arantes (2013), ao analisar a EF no Colégio Central de Belo Horizonte, destaca que nestas décadas de 1950 e 1960, o esporte era o

¹³⁴ A Lista de publicações da “Coleção Educação Física” da Editora “Ao Livro Técnico” contou com 11 publicações de “Fundamentação”, 19 de “Prática”, 3 de “Aperfeiçoamento” e 5 “Diversos”, totalizando 38 publicações. (SANTOS, 2017, p.179, apêndice 04)

principal conteúdo nas práticas da Educação Física, mas com ênfase em princípios educativos e de socialização dos jovens, não tendo como objetivos únicos a competição e a aptidão física. Esta dimensão educativa do esporte também era uma proposição das Jornadas Internacionais de Educação Física, que, segundo a investigação de Lima (2012), contaram com a participação ativa da EEF de Minas Gerais. Em um movimento distinto, a partir década de 1970, o esporte assumiu uma concepção diferente, configurando-se como fim e não mais como meio. Tal configuração manifestava-se também na formação de professores como enfatiza Santos (2017), cujo estudo situa-se no período da ditadura militar. Neste momento, a estrutura de ensino da EEF

passou, paulatinamente, a incorporar um modelo mais ligado ao Esporte e às questões que se relacionavam prioritariamente ao rendimento e ao treinamento corporal, o que naquele contexto despontava como uma potencialidade renovadora para a Educação Física (SANTOS, 2017, p.28).

Tomando como referência esses estudos da História da Educação Física em Belo Horizonte, podemos considerar que, pelo menos no caso mineiro, o grande diferencial da ditadura foi que, durante este período, o esporte passava a ser tomado como elemento central, ou seja, tornava-se o conteúdo hegemônico nas pesquisas, na política e na formação docente. É possível perceber na análise do currículo em questão um modelo de formação no qual o esporte apresenta-se como conteúdo prioritário. As mudanças curriculares ocorreram majoritariamente nas disciplinas relativas à prática esportiva. Foram criadas nove disciplinas criadas em cada currículo, e dessas, oito do masculino e seis do feminino eram do Departamento de Esportes. O ementário, os objetivos e os programas de tais disciplinas explicitam que o professor deveria “executar com maior eficiência técnica e tática os movimentos” esportivos.¹³⁵ Para desenvolver tais habilidades os candidatos ao curso de Educação Física deveriam possuir características específicas. Homens e mulheres deveriam ter menos de trinta anos, “peso proporcional à altura e ao tipo constitucional e

¹³⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Educação Física, 1977, p.96.

perfeita integridade física"¹³⁶. Sousa (1994, p.145) nos lembra que as Escolas de Educação Física buscavam tais atributos nos docentes contratados pois,

segundo a legislação, os professores catedráticos que as ministravam não poderiam ser admitidos, se tivessem idade superior a trinta e cinco anos, nem poderiam permanecer no exercício da função, depois dos quarenta anos. Estava evidente que o ensino da Física idealizado pelos legisladores exigia de seus docentes, não só as habilidades de atleta, mas também a demonstração de gestos padrões - atribuídos a cada sexo - para serem copiados por alunos ou alunas.

Ainda sobre as disciplinas do Departamento de Esportes, pode-se perceber uma recorrência na progressão pedagógica da maioria das disciplinas do Departamento de Esportes - Basquetebol, Futebol, Ginástica Olímpica, Handebol, Judô, Natação e Voleibol. A sequência didática era subdividida em três disciplinas que partiam da "Iniciação", passavam pelo "Aprimoramento Técnico/Evolução Técnica" e finalizavam no "Treinamento e Direção/Regulamento e Competições". Vale lembrar que no currículo anterior, tais disciplinas eram subdivididas numericamente (disciplina I, II, III, etc), sem rubricas que especificassem o conteúdo ao qual a disciplina se referia. A criação das disciplinas referentes ao treinamento e direção, neste currículo, é outra questão que merece destaque. Isso porque parece haver uma correspondência da criação destas disciplinas com a nova tendência científica, tomada pelo campo da Educação Física naquele momento, e orientada pelos interesses e necessidades do treinamento esportivo.

3.3.3 Currículo e Cientificidade

A partir dos anos finais de 1960 e durante a década seguinte, se fez cada vez mais presente na Educação Física brasileira, uma retórica modernizadora e renovadora, baseada em investimentos de caráter tecnológico e científico. Esse apelo às questões científicas foi evocado tanto nas políticas para a área, determinadas pelo governo federal, quanto nas medidas e projetos empreendidos no interior do próprio campo. O Diagnóstico da Educação Física

¹³⁶ PORTARIA MINISTERIAL N° 346, de 8 de novembro de 1955. Regulamenta a realização do concurso de habilitação e a matrícula nas Escolas de Educação Física sob jurisdição do Ministério da Educação e Cultura.

e Desportos no Brasil, documento oficial do DED/MEC que orientou as ações para a área a partir da década de 1970, apresenta em seu texto introdutório pistas a respeito desse apelo científico:

O Diagnóstico coloca o País na posição privilegiada de poder, imediatamente, determinar uma política nacional para o setor, *fundada em bases científicas e racionais*, que permitirá, em prazo médio, desempenhar importante papel no aperfeiçoamento dos recursos humanos disponíveis no Brasil (Da COSTA, 1971, p. 8. Grifos nossos).

Ao considerar a relevância do Diagnóstico como documento balizador para os investimentos e projetos desenvolvidos posteriormente para a Educação Física, é fundamental observarmos o ideário científico nele apresentado. Além disso, está presente no documento um investimento de análise sobre as Escolas Superiores de Educação Física, pontuando questões acadêmicas e científicas e destacando a fragilidade e a necessidade de melhorias nesses aspectos. Isso se torna relevante já que foi justamente nos cursos superiores de Educação Física que ocorreram os investimentos mais expressivos a respeito desse projeto científico intentado pelo campo, como argumenta Santos (2017, p. 23)

Além do aumento significativo de vagas para os cursos superiores, outras questões se fizeram importantes: criação de laboratórios de pesquisa e de cursos de pós-graduação nas universidades públicas, a parceria do Brasil com países como a Alemanha e os Estados Unidos objetivando principalmente o intercâmbio científico e a qualificação dos professores do Ensino Superior, o investimento na produção de conhecimento científico, entre outras ações.

Em uma mesma direção, a Escola de Educação Física da UFMG também buscou promover ações no sentido de desenvolver projetos de caráter científico. Foram os casos, por exemplo, da realização do chamado Projeto Brasil em 1974 (SANTOS, 2013) e do Curso de Especialização em Biomecânica Desportiva, no ano de 1976 (SANTOS, 2012). Da realização do Projeto Brasil – que objetivou traçar um perfil da população brasileira por meio de testes médicos-biométricos e físicos por todo o território nacional – resultou a criação do Laboratório de Fisiologia do Esforço, primeiro centro de pesquisa da instituição. Já no que se refere ao curso de Especialização, este constituiu-se como o primeiro curso de pós-graduação da Escola, integrando um conjunto de ações desenvolvidas a partir do Intercâmbio de Assistência Técnico-científico firmado com a Alemanha

e construindo precedentes para o que, na década de 1990, viria a ser o curso de mestrado da EEF (SANTOS, 2017). Tais ações também cumpriram um papel político frente à Universidade. Isso porque a Escola vinha de um longo e conturbado processo de federalização que exigiu ações, em diferentes caminhos, que contribuíssem para sua legitimação perante a UFMG. Em entrevista concedida à pesquisadora Fernanda Santos (2013), o professor Reginaldo Gomes, docente da EEF à época da reforma curricular e também do Projeto Brasil e do Curso de Especialização, ressalta que toda chance nesse sentido era oportuna:

Estávamos acabando de sair da federalização, então a turma [professores da EEF-UFMG] ainda brigava muito na parte política. Então, tudo que aparecia a gente entrava. Era pra consolidar a Escola, colocar a Escola mais num âmbito de ciências. Nós tínhamos essa preocupação¹³⁷.

Assim, essa preocupação de colocar a Escola em um âmbito mais científico também se expressou no novo currículo aprovado em 1976. Nesse sentido, merece destaque a criação da disciplina Métodos e Processos de Treinamento. Em sua ementa consta que a disciplina

Tem por objetivo capacitar o futuro professor de Educação Física para *planejar, controlar e avaliar cientificamente os treinamentos físicos, individuais e coletivos*. São ensinados os princípios básicos do treinamento desportivo e os métodos utilizados para o desenvolvimento de força, velocidade, resistência, flexibilidade e coordenação, qualidades físicas indispensáveis a uma satisfatória performance nas atividades desportivas.¹³⁸

É possível pensar que, ao evocar em seu texto de apresentação termos como “planejar”, “avaliar”, “treinamentos” e “cientificamente”, a intencionalidade conferida a disciplina passa pelo ideal de que era necessário conceber um espaço próprio de produção e transmissão de um conhecimento específico que se ancorava nos novos e emergentes pressupostos científicos nos quais a EF começava a se apoiar. Desta forma, é possível perceber que algo que já vinha sendo pensado dentro das balizas de cada modalidade esportiva, ganha uma

¹³⁷ Entrevista realizada com o professor Reginaldo Gomes em 10 de outubro de 2013 por Fernanda Santos para seu Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física intitulado: “Um poderoso estímulo de soergimento nacional”: a realização do Projeto Brasil na EEF da UFMG (1974).

¹³⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE EDUCAÇÃO Física, 1977, p. 92. Grifos nossos.

autonomia. Ao combinar elementos relacionados a um saber teórico-científico e a um conhecimento prático, o texto apresentado na ementa da referida disciplina vai ao encontro de uma proposição do campo da EF expressa também em outros lugares da área. É o caso, por exemplo, de um editorial da Revista Brasileira de Ciências do Esporte – veículo de divulgação científica pertencente à principal instituição científica do campo, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – publicado em um dos primeiros números da revista, que argumentava que,

O professor de Educação Física não pode mais ser representado como homem forte e de boa vontade que distrai os alunos entre aulas de biologia e matemática. [...]. Hoje, mais do que nunca, ele está envolvido no processo global de formação sociocultural do nosso jovem; hoje ele deve associar seu apito e seu cronômetro ao trabalho de laboratório de fisiologia do exercício; [...] em resumo, hoje ele não é mais o “professor de ginástica”, mas o mestre em ciências do esporte (RBCE, 1981, p.5) (Grifos do autor).

Nota-se, portanto, que a formação docente foi tomada como lugar privilegiado de proposição e disseminação destes novos pressupostos científicos para a área. Assim, tratando-se o currículo de um caminho fundamental neste processo de formação, muito significa que a ele tenham sido incorporadas disciplinas especializadas no trato destes novos pressupostos, bem como conteúdos e práticas referentes ao treinamento, ao desempenho, ao esporte e à cientificidade.

3.4 Masculino, feminino: dois currículos?

Além das relações estabelecidas entre estes currículos e de questões ligadas à política nacional, à esportivização e à cientificidade, outro ponto que merece ser destacado é referente ao gênero. Como já visto, os currículos aprovados em 1976 continuaram marcadamente separados em feminino e masculino. Tal divisão parecia ser uma prática do campo na formação de professores de Educação Física, uma vez que outras Escolas de referência, como por exemplo a Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também possuía tal separação, como confirma o estudo de Gustavo Silva sobre a Escola de Educação Física da UFRJ, durante o período da ditadura militar (SILVA, GUSTAVO. 2013). A retórica

legitimadora utilizada no campo para justificar a existência de dois currículos era o fator biológico, mas Sousa (1994, p.181) analisa que tal divisão também era influenciada por “determinantes culturais”.

Ao analisar as ementas, objetivos e programas das disciplinas, pode-se perceber que aquelas agrupadas em conhecimentos biofísicos e conhecimentos pedagógicos (Capítulo 3) possuem exatamente os mesmos programas em ambos os currículos. Das disciplinas que compuseram os conhecimentos relativos aos esportes e às ginásticas – 39 no currículo masculino e 37 no feminino - 21 disciplinas eram comuns aos dois currículos e possuíam o mesmo programa, 12 eram comuns com programas distintos, 6 eram exclusivas do currículo masculino e 4 do feminino, como é possível observar no Quadro 09. Por meio das disciplinas comuns com programas distintos e as exclusivas em cada currículo podemos analisar em que consistia a diferenciação na formação dos professores e professoras de Educação Física, o que era considerado um saber próprio ao masculino e ao feminino.

Quadro 10 – Divisão das disciplinas relativas aos conhecimentos relativos aos esportes e às ginásticas nos currículos masculino e feminino

<p>Disciplinas comuns com o mesmo programa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dança Elementar - Teoria da Recreação - Prática da Recreação - Hist., Sociologia e Deontologia da Ed. Física - Org. e Administração da Educação Física - Atletismo: Corridas e Marchas - Métodos e Processos de Treinamento - Iniciação ao Basquetebol - Basquetebol - Aprimoramento Técnico - Basquetebol -Treinamento E Direção - Iniciação ao Handebol - Handebol - Aprimoramento Técnico - Handebol - Treinamento E Direção - Iniciação à Nataação - Nataação - Aprimoramento Técnico - Iniciação ao Voleibol - Voleibol - Aprimoramento Técnico - Voleibol - Treinamento e Direção - Esgrima - Estudo de Problemas Brasileiros A - Estudo de Problemas Brasileiros B
<p>Disciplinas comuns com programas distintos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução à Ginástica - Ginástica: Métodos - Ginástica de Form. Orgânica e Desportiva - Rítmica Básica - Atletismo - Saltos - Atletismo - Lançamentos - Introdução à Ginástica Olímpica - Ginástica Olímpica - Evolução Técnica - Ginástica Olímpica – Regulam. e Competições - Nataação - Treinamento e Direção - Esportes Complementares A - Esportes Complementares B
<p>Disciplinas exclusivas no currículo masculino</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciação ao Futebol - Futebol - Aprimoramento Técnico - Futebol - Treinamento e Direção - Iniciação ao Judô - Judô - Aprimoramento Técnico - Judô - Treinamento e Direção
<p>Disciplinas exclusivas no currículo feminino</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ginástica Rítmica Desportiva Básica - Ginástica Rítmica Desportiva Escolar - Ginástica Rítmica Desportiva - com Elementos - Rítmica Coreográfica

Fonte: informações contidas em UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Curso de Educação Física: Currículo e programas, 1977 e compiladas pela autora.

Foi possível observar que, das disciplinas comuns com programas diferentes, metade possuía praticamente os mesmos conteúdos, contendo apenas alterações na forma de apresentação, na ordem dos tópicos ou número de temas, como, por exemplo, na disciplina “Ginástica – Métodos” (Figura 3). No programa das turmas masculinas, os quatro métodos abordados – o “Natural

Austríaco”, o de “Educação Física Esportiva Generalizada”, o “Sueco Moderno” e o “Psico-cinético” – foram reunidos em uma “Unidade” enquanto no feminino foram quatro “Unidades” – uma para cada método. As “Subunidades” eram as mesmas nos dois programas e o que os diferenciava era a forma de distribuição das cargas horárias, o que no masculino significou uma concentração das horas práticas na “Aplicação do Método” e no feminino fracionou-se este tempo juntamente aos “Tipos de atividades requeridas pelo método”.

Figura 3 – Programas da Disciplina Ginástica – Métodos. Turmas Masculinas e Turmas Femininas.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA		137	
Disciplina: Ginástica – Métodos			
Carga Horária: Teórica: 30			
Prática: 30			
Créditos: 3			
Turmas: Masculinas			
UNIDADES	SUBUNIDADES	Horas/Aula	
		T	P
1. MÉTODOS E FORMAS DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	1.1. Método Natural Austríaco:		
	– Histórico	1	
	– Objetivos e formas de trabalho	1	
	– Divisão da aula e seus objetivos específicos	2	
	– Tipos de atividades	3	
	– Aplicação		8
	1.2. Método de Educação Física Esportiva Generalizada:		
	– Histórico	1	
	– Objetivos e formas de trabalho	1	
	– A sessão de Educação Física Esportiva Generalizada – sua divisão e objetivos específicos	2	
	– A sessão de Iniciação Esportiva – sua divisão e objetivos específicos	1	
	– Tipos de atividades	3	
	– Aplicação		7
	1.3. Método Sueco Moderno:		
	– Histórico	1	
	– Objetivos e formas de trabalho	1	
	– Divisão da aula e seus objetivos específicos	2	
	– Tipos de atividade	3	
	– Aplicação		8
	1.4. Método Psico-cinético:		
	– Conceito – Fundamentos pedagógicos	2	
	– As relações entre os indivíduos e o mundo, percebidas através das capacidades fundamentais de:		
	. estruturação perceptiva	1	
	. ajuste postural	1	
	. ajuste motor	1	
	. a importância da habilidade motora e sua influência no desenvolvimento de outras habilidades básicas	2	2
	. organização de sessões do método	1	
	. aplicação do método		5
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA		138	
Disciplina: Ginástica – Métodos			
Carga Horária: Teórica: 30			
Prática: 30			
Créditos: 3			
Turmas: Femininas			
UNIDADES	SUBUNIDADES	Horas/Aula	
		T	P
1. MÉTODO NATURAL AUSTRÍACO	1.1. Histórico e fundamentos básicos do método		1
	1.2. Objetivos e formas de trabalho		1
	1.3. A aula, segundo o método natural austríaco, suas subdivisões e objetivos específicos		2
	1.4. Atividades requeridas pelo método natural austríaco	1	2
	1.5. Aplicação prática		5
2. MÉTODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DESPORTIVA GENERALIZADA	2.1. Histórico e fundamentos básicos		1
	2.2. Objetivos e formas de trabalho		1
	2.3. A sessão de Educação Física Desportiva Generalizada – suas subdivisões e objetivos específicos		2
	2.4. A sessão de Iniciação Desportiva – suas subdivisões e objetivos específicos		2
	2.5. Tipos de atividades requeridas pelo método	1	2
	2.6. Aplicação prática		5
3. MÉTODO SUECO	3.1. Histórico e fundamentos		1
	3.2. Objetivos e formas de trabalho		1
	3.3. A aula, segundo o método sueco, suas subdivisões e objetivos específicos		2
	3.4. Atividades requeridas pelos métodos	1	2
	3.5. Aplicação prática		5
4. MÉTODO PSICO-CINÉTICO	4.1. Conceito e fundamentos básicos do método		2
	4.2. As relações entre o indivíduo e o meio, percebidas através das capacidades fundamentais de:		
	. estruturação perceptiva		1
	. ajuste postural		1
	. ajuste motor		1
	4.3. A importância da habilidade motora e sua influência no desenvolvimento de outras habilidades básicas		3
	4.4. A organização de sessões no método psico-cinético		2
	4.5. Atividades de psicomotricidade	3	5
	4.6. Aplicação do método		4

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1977

Já em relação às disciplinas exclusivas do currículo masculino – futebol e judô - foi possível observar que estavam presentes também no currículo feminino, todavia, apenas como parte do conteúdo previsto da disciplina “Esportes Complementares A”, obrigatória no currículo feminino, de forma predominantemente teórica, sendo planejada a prática somente do Judô. Tal distinção nos leva à reflexão dos motivos pelos quais tais disciplinas eram excluídas da formação das professoras de Educação Física, embora figurassem como um tópico a ser abordado em uma disciplina. A restrição a tais práticas

pode estar relacionada à manutenção de um viés moral, mas também pode haver uma correspondência ao modelo esportivo de alto rendimento, que era algo muito demarcado naquele momento nos cursos de formação em EF, como mostra Gustavo Silva (2013). A limitação do ensino do futebol no currículo feminino suscita uma discussão ainda mais ampla, de uma condição de exclusão feminina em esportes que fossem contra sua “natureza”. Nesse sentido, ao pesquisar a relação entre as mulheres e o futebol no Brasil a partir do início do século XX, Silvana Goellner (2005) analisa que a pouca visibilidade feminina neste esporte ocorre devido

a aproximação, por vezes recorrente, entre o futebol e a masculinização da mulher e naturalização de uma representação de feminilidade que estabelece uma relação linear e imperativa entre mulher, feminilidade e beleza. Por estarem profundamente entrelaçados, esses argumentos acabam por reforçar alguns discursos direcionados para a privação da participação das mulheres em algumas modalidades esportivas tais como o futebol e o as lutas (GOELLNER, 2005, p.143).

Tal privação da participação das mulheres em alguns esportes, era balizada por uma lei de 1941, que em seu artigo 54^o, expressava que “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”¹³⁹. No caso específico do futebol, a proibição ocorreu durante quase a totalidade do regime militar, sendo as mulheres cerceadas da prática de 1965 a 1983, como mostra o estudo de mestrado de Giovana Capucim e Silva (2015). Nessa perspectiva, a mulher seria considerada um ser frágil e biologicamente inferior ao sexo masculino. Com base nestes argumentos, as mulheres não experimentariam movimentos que confrontassem a “imagem ideal de ser feminina” (GOELLNER, 2005, p.144). Diante de tais movimentos não oportunizados, tendo em vista a manutenção desta “imagem”, Soares e Terra (2007) questionam se

A suposta “fragilidade feminina”, naturalizada largamente e universalizada, não seria o resultado do que na história se atribui

¹³⁹ BRASIL, Decreto-Lei nº3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

ao corpo feminino? Esse corpo educado em igualdade de condições, aberto a experiências expressivas e de movimento, vestido e calçado com conforto não seria diferente? (SOARES; TERRA, 2007, p.114) (Grifos dos autores).

Essa visão cultural da vulnerabilidade do corpo feminino permanecia no currículo. As disciplinas exclusivas na formação das professoras eram ligadas à rítmica, à dança, à ginástica – lugares que, historicamente sempre foram legítimos às mulheres. Mas, além desta relação com a fragilidade feminina em contraste com a força masculina, tanto para a formação das mulheres, quanto para a formação dos homens, identifica-se um pareamento com a instituição esportiva de alto rendimento. Nessa direção, a formação seria orientada de acordo com o que era oficial do esporte em termos competitivos, tanto para homens quanto para mulheres. Nesse sentido, não justificaria ensinar às mulheres os exercícios de Ginástica Olímpica nas argolas, sendo que elas não participariam de competições neste aparelho. O mesmo ocorre em relação à Ginástica Rítmica, presente apenas na formação das professoras e considerada oficialmente uma modalidade somente para mulheres.

De um ponto de vista analítico que leva em consideração a inserção feminina no esporte, a historiadora Helen Lenkkyj citada por Adelman (2003) argumenta como o esporte poderia ser um lugar em que a visão social da mulher fosse modificada, pois,

A habilidade esportiva dificilmente se compatibilizava com a subordinação feminina tradicional da sociedade patriarcal; de fato, o esporte oferecia a possibilidade de tornar igualitárias as relações entre os sexos. O esporte, ao minimizar as diferenças socialmente construídas entre os sexos, revelava o caráter tênue das bases biológicas de tais diferenças; portanto, constituía uma ameaça séria ao mito da fragilidade feminina (LENKKYJ *apud* ADELMAN, 2003, p. 448).

Vale lembrar que a existência de currículos diferentes para homens e mulheres foi criticada no processo de aprovação da proposta de reformulação curricular, uma vez que o vestibular era comum e a habilitação era única. O Conselho de Graduação não considerava academicamente plausível o argumento da distinção biológica que a EEF utilizava para justificar a separação da formação de professores e professoras.

Ao fim desta análise, pode-se perceber que havia mais semelhanças que diferenças entre os programas dos currículos masculino e feminino, como

analisou Sousa (1994). Porém, as diferenças encontradas denotam que estes currículos figuraram como um lugar de reprodução social das relações de gênero. Além disso, foi possível estabelecer relação entre as disciplinas presentes na formação dos professores e professoras e as modalidades esportivas disputadas por homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desta dissertação foi um importante componente de aprendizado em minha formação como pesquisadora no campo da História da Educação e, mais especificamente, da História da Educação Física. A narrativa construída é resultante da articulação entre as disciplinas cursadas, a experiência com as fontes e arquivos e as diferentes leituras, ou seja, todas as dimensões que compuseram meu ingresso na pós-graduação. Além disso, as partilhas no grupo de pesquisa do Cemef foram muito relevantes para que esta pesquisa fosse realizada.

Foi um desafio para mim tratar de coisas que eram novas: tanto do ponto de vista da dinâmica política e científica do período quanto do desenvolvimento da análise de um currículo. Em função disso, optei por dialogar com autores que já tinham uma interpretação do período abordado para que, então, eu pudesse associar a isso às minhas interpretações sobre a especificidade do currículo. Desta forma, as contribuições de Marcus Taborda de Oliveira e Fernanda Santos foram de suma importância.

Ao longo deste trabalho de pesquisa, interessou-nos compreender, num primeiro momento, como a reforma curricular tornou-se necessária e como ela foi elaborada em 1974. Nesse intuito, mostrou-se relevante conhecer os sujeitos que fizeram parte desse movimento, bem como as ações e influências estabelecidas no decurso deste processo. Após o currículo aprovado, foi possível perceber que as disciplinas foram conformadas por demandas (externas) relacionadas com os sujeitos, com o campo da EF e com as políticas.

Outro ponto que chamou bastante atenção durante a pesquisa foram as fontes que permitiram conhecer os debates travados dentro de um órgão colegiado como o Conselho de Graduação. Antes de acessar tal acervo, só tínhamos ciência dos documentos resultantes das deliberações deste órgão. Após a consulta a tais fontes, pode-se perceber que os pontos chave da análise deste currículo – as relações com a esportivização, relação com a Política Nacional e a divisão entre a formação de homens e mulheres - foram criticados pelo Conselho de Graduação durante seu processo de aprovação.

Pode-se destacar que o currículo aprovado pareceu ter sido considerado, tanto pela EEF quanto pela UFMG, “um fator seguro de formação adequada” uma vez que ele só foi novamente modificado quando uma nova legislação em âmbito nacional exigiu sua alteração. O estudo deste currículo confirma um dos pressupostos coletivos nos estudos em História da Educação Física, de que o primado da cientificidade passou de fato a vigorar. Embora o esporte já estivesse presente no campo, ele ganhou uma conotação mais explícita rumo ao alto nível esportivo.

Por fim, é importante destacar que a opção por trabalhar com documentos tornou evidente que esta história pode ser ampliada nos seus detalhes com a História Oral, metodologia que tomamos a decisão de não adotar. Tal evidência se confirma pelo fato da conversa informal com médico Reginaldo Teófanos ter sido muito elucidativa. Há também a possibilidade de utilizar como fonte as entrevistas que estão sendo realizadas dentro do projeto “História oral: produzindo fontes sobre a Escola de Educação Física da UFMG e os 50 anos de sua federalização” tais como as dos professores Ivany Bomfim e Eustáquia Salvadora de Sousa, que participaram da EEF durante a temporalidade abordada.¹⁴⁰

Assim posto, espero que este estudo possa somar-se aos outros temas de investigação que buscam construir uma escrita da história da Educação Física em Minas Gerais e, mais especificamente, em Belo Horizonte. Um acontecimento, específico da década de 1970, que, escrutinado em seus detalhes, abre possibilidades para outros estudos, outras perguntas, outras interpretações.

¹⁴⁰ O Projeto de Pesquisa e Extensão, intitulado “História oral: produzindo fontes sobre a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG e os 50 anos de sua federalização”, tem como objetivo estudar o processo de federalização da Escola. O projeto tem o compromisso de produzir fontes para a Coleção História Oral do Centro de Memória da Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (Cemef/UFMG), que serão posteriormente disponibilizadas para os consulentes.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, v.11 (2), p.445-465, 2003.
- ARANTES, Gabriela Villela. **A Educação Física em Cena: Olhares sobre o Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1973)** Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação/UFMG, 2013.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p
- BAPTISTA, Guilherme Gonçalves. **A Formação de Professores na Escola de Educação Física e Desportos de 1979 a 1985: a educação do corpo e os territórios de diálogo**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer n. 215/87**. Ministério da Educação: Brasília, 1987.
- _____. Conselho Federal de Educação. **Resolução n. 03/87**. Ministério da Educação: Brasília, 1987.
- CAMPOS, Marcos Antônio Almeida. **Histórias entrelaçadas: presença da dança na Escola de Educação Física da UFMG (1952-1977)**. 204f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- CARDOSO JÚNIOR, Hélio. Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 28(2): 105-116, 2005.
- CORRADI, Gabriela Fischer Fernandes. **A Escola de Educação Física na UFMG: nova escola, antigos professores (1969-1979)**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/314007865/Corradi-Gabriela-f-f-A-Escola-de-Educacao-Fisica-Na-Ufmg-Nova-Escola-Antigos-Professores-1969-1979>>. Acesso em: maio de 2018.
- CUNHA, Luciana Bicalho da. **Educação Física Desportiva Generalizada: saberes e práticas de um método em circulação no Brasil (1952-1980)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.
- DA COSTA, Lamartini Pereira. **Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil**. Brasília: CDRH-MP/DEF-MEC, 1971, p. 232.
- ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. *In*: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-57.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 352p.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, abr./jun. 2005

GOODSON, Ivor F. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 144p.

_____. A construção social do currículo. Lisboa: Educa, 1997.

LEMOS, Roberto Jenkins de. **Corpo e mente**: o humano direito de suar com alegria. Brasília: Thesaurus, 1985. p. 123.

LIMA, Cássia Daniele Monteiro Dias. **Ensino e formação**: “os mais modernos conceitos e métodos” em circulação nas jornadas internacionais de Educação Física (Belo Horizonte, 1957-1962). 2012. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

LINHALES, Meily Assbú. **A escola, o esporte e a “energização do caráter”**: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

LINHALES, Meily Assbú. “Necessidades de criação da Escola de Educação Física e Desportos de Minas Gerais”: uma missiva ao Governador Milton Campos. *In: VII Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação de Minas Gerais*, 2013, Mariana MG. Anais do VII Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação de Minas Gerais. Mariana MG: UFOP - Grupo de pesquisa em História da Educação, 2013. v. 1.

LINHALES, Meily Assbú. O ensino de Educação Física em Minas Gerais e a Formação de seus professores: *modelagens pedagógicas, modelagens culturais*. *In: História da educação em Minas Gerais: da Colônia à República*: volume 3: República/ organizadores do volume 3, Wenceslau Gonçalves Neto, Carlos Henrique de Carvalho; coordenadores da coleção, Carlos Henrique de Carvalho, Luciano Mendes de Faria Filho. – EDUFU – 2019. 416p. (vol.3).

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de. **A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo**: tendências de mercantilização a partir do final da Guerra Fria. 2008. Disponível em: <<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/a-transicao-esporte-moderno-para-o-esporte-contemporaneo-tendencia-mercantilizacao-partir-final-guerra-fria.pdf>>. Acesso em: Agosto de 2019.

MORAES, Luiz Gustavo dos Santos. Formação de professores de Educação Física: a reforma curricular indeferida em 1974 na Escola de Educação Física da UFMG. *In: Anais VXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte*. Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2011.

MORAIS, Ramona Mendes Fontoura de. **Gestando uma “profissão relativamente nova”**: a Educação Física na Escola de Aperfeiçoamento (Belo Horizonte, 1927-1945). 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação – UFMG. Belo Horizonte, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte v. XLII, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_oficio_das_sombras.pdf>. Acesso em: agosto de 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e ditadura militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PAZIN, Nailze Pereira de Azevedo. **Esporte para Todos (EPT)**: a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985). Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. **Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização**: condições de possibilidade para o engendramento do campo da Educação Física no Brasil. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

PINTO, Joelcio Fernandes. **Representações de Esporte e Educação Física na Ditadura Militar**: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho (1969-1974). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

REVEL, Jacques. Apresentação. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 7-14

RBCE. Editorial. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.2, n. 2. CBCE: 1981, p. 05.

SANTOS, Fernanda Cristina dos. Da especialização a formação docente: vestígios de práticas no Curso de Especialização em Biomecânica Desportiva da Escola de Educação Física da UFMG, 1976. In: **Anais da VII Semana de História Política e IV Seminário Nacional de História**: Política Cultura & Sociedade. Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Fernanda Cristina dos. **“Um poderoso estímulo de soerguimento nacional”**: o “Projeto Brasil” na Escola de Educação Física da UFMG (1974). Monografia (Licenciatura em Educação Física). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Fernanda Cristina dos. **Bola em jogo entre Brasil e República Federal da Alemanha**: cientificidade e modelagem pedagógica na formação de professores na Escola de Educação Física da UFMG (1963-1982). 194f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação – UFMG. Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Giovanna Camila da . **A partir da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da Educação Física no Estado.** 229f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação – UFMG. Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Giovana Capucim e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983).** Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. 2015

SILVA, Gustavo da Motta. **A Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ no Período do Governo militar (1968-1979): o curso de formação de professores e sua “invenção”.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Iara Souto Ribeiro. **Memórias sobre a UFMG: modernização e repressão durante a ditadura militar.** Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 2017.

SOARES, Carmen; TERRA, Vinícius. Lições de anatomia: geografias o olhar. *In:* SOARES, Carmen Lúcia. [Org.]. **Pesquisas sobre o corpo:** ciências humanas e educação. Campinas/SP: Autores Associados, 2007. p. 101-116.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. **Meninos, à marcha! Meninas, à sombra.** A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994). 1994. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas. 1994.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Educação Física e ditadura militar no Brasil (1968-1984). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p.51-75, jan./jun.2002.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. **A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba:** entre a adesão e a resistência. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2001.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. **Rev. Bras. Cienc. Esporte.** Campinas, v. 25, n.2, p. 9-20, jan. 2004

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da ditadura (1964-1985). *In:* DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). **História do esporte no Brasil:** do Império aos tempos atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 387-416.

TUBINO, Manoel José Gomes. As tendências internacionais da Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, Brasília, n. 26, p. 6-11, 1975.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Em busca de uma tecnologia educacional para as Escolas de Educação Física**. São Paulo: IBRASA, 1980. p. 134.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Curso de Educação Física: Currículo e programas**. Belo Horizonte: UFMG, 1977. 275p.

VEIGA, C. G. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Trad. de Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983. [1971]

VIMIEIRO-GOMES, Ana Carolina; VIANA, Cássia Carla; RODRIGUES, Luiz Oswaldo Carneiro. História, Ciência e Educação Física: os 30 anos do Laboratório de Fisiologia do Exercício da UFMG. *In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*, Recife, 2007.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.18set./dez.2008. p.173-215.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Currículo Masculino 1976

	Disciplinas	Aumento de CH	
Conhecimentos relativos aos esportes e às ginásticas	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução à Ginástica - Ginástica: Métodos - Ginástica de Form. Orgânica e Desportiva - Rítmica Básica - Dança Elementar - Teoria da Recreação - Prática da Recreação - Hist., Sociologia e Deontologia da Ed. Física - Org. e Administração da Educação Física - Atletismo: Corridas e Marchas - Atletismo - Saltos - Atletismo - Lançamentos - Métodos e Processos de Treinamento - Introdução à Ginástica Olímpica - Ginástica Olímpica - Evolução Técnica - Ginástica Olímpica – Regulam. e Competições - Iniciação ao Basquetebol - Basquetebol - Aprimoramento Técnico - Basquetebol -Treinamento E Direção - Iniciação ao Handebol 	<ul style="list-style-type: none"> - Handebol - Aprimoramento Técnico - Handebol - Treinamento E Direção - Iniciação à Natação - Natação - Aprimoramento Técnico - Natação - Treinamento e Direção - Iniciação ao Voleibol - Voleibol - Aprimoramento Técnico - Voleibol - Treinamento e Direção - Iniciação ao Futebol - Futebol - Aprimoramento Técnico - Futebol - Treinamento e Direção - Iniciação ao Judô - Judô - Aprimoramento Técnico - Judô - Treinamento e Direção - Esgrima - Esportes Complementares A - Esportes Complementares B - Estudo de Problemas Brasileiros A - Estudo de Problemas Brasileiros B 	885h
Conhecimentos Biofísicos	<ul style="list-style-type: none"> - Anatomia Humana Básica - Biologia - Fisiologia B - Biometria - Fundamentos Biofísicos da Cinesiologia - Cinesiologia Aplicada à Educação Física - Fisiologia do Esforço I - Fisiologia do Esforço II - Fisioterapia aplicada à Educação Física - Higiene aplicada à Educação Física - Socorros Urgentes 	195h	
Conhecimentos Pedagógicos	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução à Educação; - Psicologia da Educação – Aprendizagem; - Estrutura e Funcionamento; - Didática de Licenciatura; - Prática de Ensino de Educação Física. 	0h	

APÊNDICE B - Currículo Feminino 1976

	Disciplinas		Aumento de CH
Conhecimentos relativos aos esportes e às ginásticas	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução à Ginástica - Ginástica: Métodos - Ginástica de Formação Orgânica e Desportiva - Ginástica Rítmica Desportiva Básica - Ginástica Rítmica Desportiva Escolar - Ginástica Rítmica Desportiva - com Elementos - Rítmica Básica - Dança Elementar - Rítmica Coreográfica - Teoria da Recreação - Prática da Recreação - Hist., Sociol. e Deontologia da Educação Física - Organização e Administração da Educação Física - Atletismo: Corridas e Marchas - Atletismo - Saltos - Atletismo - Lançamentos - Métodos e Processos de Treinamento - Introdução à Ginástica Olímpica - Ginástica Olímpica - Evolução Técnica 	<ul style="list-style-type: none"> - Ginástica Olímpica – Regul. e Competições - Iniciação ao Basquetebol - Basquetebol - Aprimoramento Técnico - Basquetebol - Treinamento e Direção - Iniciação ao Handebol - Handebol - Aprimoramento Técnico - Handebol - Treinamento E Direção - Iniciação à Natação - Natação - Aprimoramento Técnico - Natação - Treinamento e Direção - Iniciação ao Voleibol - Voleibol - Aprimoramento Técnico - Voleibol - Treinamento e Direção - Esgrima - Esportes Complementares A - Esportes Complementares B - Estudo de Problemas Brasileiros A - Estudo de Problemas Brasileiros B 	885h
Conhecimentos Biofísicos	<ul style="list-style-type: none"> - Anatomia Humana Básica - Biologia - Fisiologia B - Biometria - Fundamentos Biofísicos da Cinesiologia - Cinesiologia Aplicada à Educação Física - Fisiologia do Esforço I - Fisiologia do Esforço II - Fisioterapia aplicada à Educação Física - Higiene aplicada à Educação Física - Socorros Urgentes 		195h
Conhecimentos Pedagógicos	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução à Educação; - Psicologia da Educação – Aprendizagem; - Estrutura e Funcionamento; - Didática de Licenciatura; - Prática de Ensino de Educação Física. 		0h